



Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia

Ramôn Wylken Pantoja de Miranda

**Saberes e estratégias pedagógicas inscritas nas memórias de  
lutas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí Pós  
1985**

Belém-PA

2019

Ramôn Wylken Pantoja de Miranda

**Saberes e estratégias pedagógicas inscritas nas memórias de lutas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí Pós 1985**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva

Belém-PA

2019

Ramôn Wylken Pantoja de Miranda

**Saberes e estratégias pedagógicas inscritas nas memórias de lutas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí Pós 1985.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2019.

Banca Examinadora

\_\_\_\_\_ - Orientadora  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças da Silva  
Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ)  
Universidade do Estado do Pará

\_\_\_\_\_ - Examinadora Externa  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto  
Doutorado em História (PUC/SP)  
Universidade Federal do Pará

\_\_\_\_\_ - Examinadora Interna  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nazaré Cristina Carvalho  
Doutorado em Educação Física e Cultura (UFG)  
Universidade do Estado do Pará

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)**  
**Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA**

---

Miranda, Ramôn Wylken Pantoja de

Saberes e estratégias pedagógicas inscritas nas memórias de lutas dos atingidos pela Usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí pós 1985 / Ramôn Wylken Pantoja de Miranda; orientação de Maria das Graças da Silva, 2019.

Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

1. Memórias. 2. Prática de ensino. 3. Desapropriação. 4. Usina Hidrelétrica de Tucuruí. 5. Mobilização. I. Silva, Maria das Graças da (orient.). II. Título.

CDD. 23° ed. 371.3

---

Bibliotecária: Regina Ribeiro CRB-2 739

Dedico a todos que de alguma forma foram atingidos pela implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em especial ,o movimento dos expropriados que foram deslocados compulsoriamente de seus territórios.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me proporcionado sabedoria e força de vontade para continuar a minha trajetória de pesquisador que se iniciou em 2012, durante a graduação no Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA), que me rendeu bons frutos.

A minha orientadora, Maria das Graças da Silva por ter me ajudado a chegar até aqui, sem ela essa pesquisa não seria possível, pois por muitos momentos demonstrei sinais de quem iria desistir, mas graças a sua sabedoria e maturidade me ajudou a me reerguer em meus estudos. A professora Graça, como costumo chamar, não foi somente minha orientadora, foi também psicóloga, terapeuta, conselheira e uma verdadeira mãe.

A minha avó, Antonina Maria, e minha tia, Carla Miranda, que mesmo sem saber ou ter dimensão da complexidade do mestrado estiveram sempre ao meu lado, me apoiando e ajudando para que nada interrompesse essa caminhada.

A Daniele Mendes e Mayanne Souza, que além de amigas foram ótimas companheiras no mestrado, compartilhávamos experiências, angústias e alegrias que emergiram durante os dois anos no programa de pós-graduação..

Agradeço a minha amiga Elizabeth Brito, que em muitos momentos de tensão, me aconselhou e estimulou para não desistir, pois eu tinha capacidade de ter o título de mestre.

Agradeço aos meus queridos amigos, Moisés Costa, Lídia Moraes e Luís Felipe, nos momentos de alegria, conforto e apoio, que também foram fundamentais para a construção da pesquisa.

Aos professores e funcionários do PPGE/UEPA, pela aprendizagem e apoio nos momentos de formação e informação.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelas bolsas concedidas a todos que se dedicam a pesquisa, assim como eu, para dar continuidade em suas respectivas pesquisas. A bolsa concedida pela Coordenação, foi de grande importância para a materialização deste estudo, e que mesmo em um cenário de cortes está resistindo para que futuros bolsistas possam ter o acesso a essa ajuda.

As participantes da banca de qualificação e defesa Professoras Benedita Celeste de Moraes Pinto, Nazaré Cristina Carvalho e Josebel Akel Fares, está ultimo

por outros compromissos acadêmicos de extrema importância, não pode estar presente no momento final desta pesquisa, mas que ajudou muito na fase da qualificação com as suas críticas construtivas para concretização da pesquisa.

A memória dos expropriados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí que ajudou no processo de construção do objeto de pesquisa, assim como a entender um momento histórico da sociedade brasileira ainda pouco aprofundado.

*Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: Para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com varias: Educação? Educações.*

*(CARLOS HENRIQUE BRANDÃO)*

**Resumo:**

Trata-se de um estudo que busca identificar em registros documentais relacionados à memórias de luta e mobilização dos expropriados pela construção da UHE Tucuruí, no pós 1985, aprendizagens e práticas educativas que foram se constituindo e orientando seus processos de resistências e reivindicações. Orienta-se pela seguinte questão problema: Que saberes e estratégias pedagógicas orientaram e sustentaram as mobilizações e as lutas dos atingidos no contexto da implantação e funcionamento da UHE de Tucuruí no pós 1985? Fundamenta-se por uma abordagem qualitativa realizada por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, cujas fontes primárias foram cartas, entrevistas gravadas que já haviam sido realizadas, atas de reuniões e relatórios, assim como monografias, teses e dissertações como fontes bibliográficas e documental como referências às análises desse estudo. Por ser uma pesquisa em que envolve a memória de um movimento social de luta, orientou-se pelos fundamentos do método materialismo histórico dialético, por considerar a possibilidade de obter uma análise mais profunda da micro e macro estrutura que envolveu o processo de mobilização e de luta dos sujeitos expropriados pelo Grande Projeto Hidroelétrico, além de realizar uma leitura do objeto a partir de uma perspectiva dialética. Como recorte territorial das lutas, optou-se pela região de montante, pois os impactos sofridos nessa área territorial foram de proporções incalculáveis, e também pelo fato de que as comunidades e grupos sociais que lá viviam se uniram e se organizaram para lutar por seus direitos, assim originando o movimento denominado inicialmente dos expropriados, e depois “movimento dos atingidos”. Os resultados indicam que as lutas empreendidas foram fundamentais para rever aspectos do direito das indenizações compensatórias, apesar de não terem obtidas todas elas. O processo de mobilização e de luta desses sujeitos foram momentos de grande aprendizagem, pois foi a partir da convivência coletiva, muitas vezes de forma cotidiana, que os expropriados, com apoio de mediadores, aprenderam a se organizar, articular, planejar, produzindo assim um saber pautado nas suas experiências de lutas.

**Palavras-chave:** Memórias, Processos Educativos, Expropriação, Mobilização e Lutas, .

## **ABSTRAT**

It is a study that seeks to identify in documentary records related to the struggles and mobilization memories of those expropriated for the construction of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant, in the post-1985 period, learning and educational practices that were forming and guiding their resistance and demands processes. It is guided by the following problem question: Which pedagogical knowledge and strategies guided and sustained the mobilizations and fights of those affected in the context of the implementation and operation of the Tucuruí hydroelectric power plant after 1985? It is based on a qualitative approach carried out through a documentary and bibliographical research, whose primary sources were letters, recorded interviews that had already been made, minutes of meetings and reports, as well as monographs, theses and dissertations as bibliographic sources and documentary as references to the analyzes of this study. Because it is a research involving the memory of a social movement of struggle, it was guided by the foundations of the dialectical historical materialism method, considering the possibility of obtaining a deeper analysis of the micro and macro structure that involved the process of mobilization and fighting of the subjects expropriated by the Great Hydroelectric Project, besides making a reading of the object from a dialectical perspective. As a territorial cut of the struggles, the region was chosen because the impacts suffered in this territorial area were of incalculable proportions, and also because the communities and social groups that lived there joined and organized to fight for their rights, thus originating the movement denominated initially of the expropriados, and later "motion of the reached ones". The results indicate that the struggles undertaken were fundamental to review aspects of the law of compensatory reparations, although they did not obtain all of them. The process of mobilization and struggle of these subjects were moments of great learning, because it was from the collective coexistence, often on a daily basis, that the expropriated, with the support of mediators, learned to organize, articulate, plan, know in their experiences of struggles.

**Key words:** Memories, Educational Processes, Expropriation, Mobilization and Struggles.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Capa do dossiê elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, Cametá. ....	101
<b>Figura 02</b> - Tragédia em Mariana-MG.....	104
<b>Figura 03</b> – Extensão da área atingida pelo rompimento da barragem em Mariana.....	105
<b>Figura 04</b> – Reservatório da empresa Hydro Alunorte em Barcarena.....	106
<b>Figura 05</b> – Igarapé poluído com rejeitos – caso Hydro.....	107
<b>Figura 06</b> – Área devastada pelos rejeitos em BrumadinhoMG.....	109

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Síntese do levantamento de das produções acadêmicas de maior de maior relevância para este estudo.....	20
<b>Quadro 02</b> – Documentos selecionados para análise.....	42
<b>Quadro 03</b> – Deslocamento compulsório.....	53
<b>Quadro 04</b> – Deslocamento compulsório (continuação).....	61
<b>Quadro 05</b> – Primeiras mobilizações e estratégias de lutas.....	63
<b>Quadro 06</b> – Primeiros episódios de lutas.....	65
<b>Quadro 07</b> – A luta continua.....	66
<b>Quadro08</b> – Propostas estudadas e elaboradas através das comissões representativas.....	74
<b>Quadro 09</b> – Propostas deferidas através do Governo do Estado do Pará....	76
<b>Quadro 10</b> – As esperanças.....	77
<b>Quadro 11</b> – Organização do movimento dos desapropriados.....	80
<b>Quadro 12</b> –Reterritorialização dos expropriados e estratégias de desmobilização do movimento.....	86
<b>Quadro 13</b> – Montante e Jusante.....	93
<b>Quadro 14</b> – Reunião dos atingidos por barragens para o planejamento das lutas na região.....	96
<b>Quadro 15</b> – Modificações no modo de vida.....	100

## SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 Origem e Motivação da Pesquisa .....	13
1.2 Problemática, Objeto e Objetivos da Pesquisa .....	15
1.3 Referencial teórico-conceitual de análise.....	19
1.4 Trajetória metodológica.....	30
1.4.1 Caracterização do tipo de Pesquisa.....	30
1.4.2 Contextualização documental da área referente à Pesquisa .....	39
1.4.3 Técnicas e Produção de Dados .....	41
1.3.5 Sistematização e Análise de dados.....	44
<b>II SEÇÃO: PROCESSO DE MOBILIZAÇÕES, LUTAS NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DA UHE TUCURUÍ: mediações e estratégias políticopedagógicas</b> .....	47
2.1 Contexto sócio-histórico de implantação da UHE de Tucuruí e seus impactos na região de montante. ....	47
2. 2 A configuração sócio- territorial da área de montante da Hidrelétrica Tucuruí...55	
2.3 Mobilizações, Lutas: mediadores e estratégias político- pedagógicas.....	57
<b>III SEÇÃO: PRÁTICAS EDUCATIVAS E DE APRENDIZAGENS NOS PROCESSOS DE LUTAS NO PÓS-1985</b> .....	83
3.1 Abertura democrática: um novo contexto de luta dos expropriados.....	83
3.2 A percepção da luta sob lógicas diferenciadas: da sustentabilidade e do capital.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	112

## **I INTRODUÇÃO**

### **1.1 Origem e Motivação da Pesquisa**

O presente texto, elaborado com o objetivo de submeter como relatório final, ao Mestrado em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação/ Universidade do Estado do Pará (CCSE/UEPA), situa-se epistemologicamente na relação entre saberes, educação e movimentos sociais, e intitula-se “Saberes e estratégias pedagógicas inscritas nas memórias de lutas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí Pós 1985”.

O interesse em estudar tal temática, advém de dois motivos. O primeiro está relacionado na minha inserção no Grupo de Pesquisa Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA), que trata de temáticas voltadas para o campo da educação no seu sentido e conceito ampliado, como: territórios educativos; educação do campo; cartografias de saberes socioeducativos e ambientais; processos educativos em experiências do cotidiano na relação trabalho e educação. Trata-se de práticas e/ou processos dentre outros, que não se efetivam necessariamente no espaço escolar, o que possibilita tecer uma linha de pensamento acerca da educação para além do ambiente escolar e trabalhar com uma concepção ampliada de educação.

O segundo motivo provém por meio de minha participação como pesquisador voluntário no projeto de pesquisa “As lutas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do País”, aprovado pela CAPES, sob a coordenação geral do prof. Dr. Henri Acserald, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com a participação direta da minha orientadora, professora doutora Maria das Graças da Silva, que dispõe, mediante ao seu arquivo pessoal, de aproximadamente, duzentos documentos relacionados ao processo de barramento do rio Tocantins, a construção da UHE Tucuruí e as lutas empreendidas pelos “atingidos pela barragem”, e que já estão catalogados e estão sendo utilizados como fonte documental da minha pesquisa.

Nesse projeto no qual estou inserido como pesquisador voluntário, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integrando pesquisadores de outras universidades como a Universidade Federal do Pará

(UFPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA), tornando a equipe multidisciplinar, o que abre possibilidades de realizar investigações com diferentes olhares em diferentes campos da ciência.

Além disso, escolhi realizar a pesquisa como minha dissertação, dado que o projeto já está em execução, pelo fato de que o tempo no qual o programa de mestrado nos destina para realizar a pesquisa é de curto prazo, com duração de no máximo vinte e quatro meses, no caso de bolsistas.

Assim, optei, como integrante deste projeto, fazer um recorte compatível com a linha de pesquisa do PPGED, na perspectiva de elaborar um mapeamento dos saberes que foram se constituindo por meio dos processos de mobilização e que orientaram as estratégias de luta utilizadas pelo movimento dos expropriados pela UHE Tucuruí, tendo como fonte de pesquisa, os registros de memórias em documentos escritos, no período pós 1985. Trata-se de um estudo que, trabalha com outras dimensões de práticas pedagógicas, àquelas que orientam saberes que circularam ou permearam os espaços de lutas e resistências desse movimento, portanto, práticas pedagógicas que estão para além dos espaços escolares institucionalizados.

Defini a periodicidade do estudo, o pós 1985, que corresponde o período após a abertura democrática no sistema político brasileiro, justamente por ter sido um momento histórico em que a sociedade brasileira ainda vivenciava os reflexos do regime militar que durou entorno de vinte anos.

O processo de abertura democrática começou a demonstrar sinais quando em 1982 um deputado federal chamado Dante de Oliveira, apresentou um projeto de emenda constitucional em que estabelecia as eleições diretas. No entanto, só no ano de 1984 tal emenda foi votada, porém, devido uma manobra de políticos contra a redemocratização do país, conseguiram que a emenda fosse rejeitada, devido ao número reduzido de parlamentares no dia da votação.

No entanto, isso gerou uma mobilização popular que forçou um processo de transição para a democracia. Tancredo Neves é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, adoeceu e faleceu antes de ser empossado, então o seu

vice José Sarney assume a presidência. A transição para a democracia apenas se completa após promulgação com a nova Constituição Brasileira, datada de 1988.

Este período do pós 1985 foi conturbado justamente pelos altos índices de dívidas referentes aos períodos e os planos de desenvolvimento que não obtiveram sucesso, levando ao País o endividamento externo frente ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi um período em que a sociedade brasileira enfrentou altos índices inflacionários e a estagnação econômica.

Tal década do ponto de vista econômico e do desenvolvimento ficou conhecida como a “década perdida”<sup>1</sup>, de acordo com Barros e Mendonça (2002) em um artigo científico baseado em dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) acerca do percurso econômico e sua relação com as desigualdades sociais, expansão educacional e desempenho educacional brasileiro.

E ainda que o estudo tenha sido realizado no pós 1985, avaliei a necessidade de realizar um diálogo com alguns documentos que tratam de situações e acontecimentos que antecedem a esse período, com o intuito de buscar evidências de questões que guardam relação com a instauração com o movimento de lutas e resistência dos atingidos pela UHE Tucuruí, seu processo de construção, formação e mobilização..

O projeto da construção da UHE de Tucuruí começou a ser pensada no governo do general Emílio Garratazu Médici, em 1973, período no qual o Brasil vivia sob o regime militar. Regime político que se estendeu até o governo do general João Batista Figueiredo, o último presidente do regime militar (1964-1985). É neste contexto, de transição entre o regime militar e o democrático, que foi pensado, operacionalizado e executado a construção e a abertura da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

## **1.2 Problemática, Objeto e Objetivos da Pesquisa**

A região amazônica possui a maior bacia hidrográfica do planeta, sendo o seu principal rio o Amazonas, com os seus mais de mil afluentes, com

---

<sup>1</sup>Segundo os autores desse texto, denominou-se como “década perdida” os anos, 70, 80 e 90, devido o crescimento das desigualdades sociais, aumento da inflação e um lento processo de expansão educacional.

características diversas em relação a sua coloração, o seu ph, e a sua biodiversidade aquática, além de outros rios de grande importância que também compõem essa bacia hídrica, como o rio Xingu, Tapajós, Madeira, Uatumã e Tocantins.

Essa região dispõe de um elevado potencial hidrelétrico em seus rios, correspondente a 9,11 mil (MW) na geração de energia em sua totalidade. Inclusive a referida produção de energia já era estipulada acerca dessa magnitude na década de 1970. Entretanto, juntamente com a alta produtividade de energia elétrica, as instalações das usinas acarretaram em grandes impactos na região, como no caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins.

Após o barramento do Rio Tocantins e a abertura da UHE Tucuruí ocorreram diversos problemas socioambientais, decorrentes do processo de deslocamentos compulsórios ou podemos chamar, também, de processos de desterritorialização de comunidades locais, tanto no campo da materialidade quanto da imaterialidade das diversas culturas.

Na região de montante<sup>2</sup>, além de mudanças em sua dinâmica social, particularmente, em relação as suas atividades de subsistência (agricultura e pesca), ocorreram conflitos e lutas sociais pela apropriação de terras. Apoiados por agentes sociais da Igreja, Universidade e Sindicatos, os grupos locais empreenderam um amplo processo de mobilizações e resistências, marcado por conflitos e lutas, cujo aprendizado foi registrado em vários documentos, foram elaborados naquele contexto (cartas, relatórios de pesquisas, jornais, atas de reuniões e gravação de áudio em fitas).

Estes documentos retratam muito do contexto sóciohistórico daquele período, sendo que um dos fatos sociais foi os chamados “deslocamentos compulsórios” de populações locais, que acarretaram diversos problemas socioambientais, culturais, econômicos e até mesmo nas relações afetivas entre os indivíduos habitavam em seus respectivos territórios, porque os seus modos de vida e sua dinâmica social passavam a se reconfigurar a partir da realidade sócio espacial dos novos territórios para onde grupo de populações eram

---

<sup>2</sup>Os municípios pertencentes à mesorregião sudeste paraense, como Itupiranga, Marabá, Tucuruí, Bréu Branco e Velha Jacundá. Tais territórios foram diretamente afetados com a construção da UHE de Tucuruí.

deslocados Assim, com esses deslocamentos, ou, como denominamos aqui, de “processo de desterritorialização” na perspectiva de Haesbart (2011), os grupos sociais deslocados passaram por um processo de redefinição em suas práticas de reprodução material e sociocultural.

O referido autor acredita que a desterritorialização é um “mito”, porque esse movimento material e espacial promove um processo de reterritorialização, no qual há uma nova apropriação do espaço em que os indivíduos, sendo sujeitos históricos, levam junto de si os conhecimentos adquiridos para o novo território, entretanto, ao se reterritorializar este mesmo sujeito se desdobra para viver uma nova lógica do espaço.

As comunidades que habitavam a região de montante, tinham como base econômica as práticas de pesca, agricultura familiar e até mesmo as atividades de garimpo, a exemplo a cidade de Jacundá que foi totalmente submersa com a formação do grande lago de Tucuruí, e os colonos<sup>3</sup> que lá residiam se reterritorializaram na Vila dos Arraias, que posteriormente foi denominada de nova Jacundá. A mudança de território causou estranheza, pois se tratava de uma realidade que tinha outra configuração socioespacial, na qual o rio não fazia parte dela, mas sim a rodovia, ou seja, colocou para os expropriados um novo desafio, a de se reorganizarem a uma nova lógica em seu cotidiano de trabalho.

Diante deste contexto, os expropriados passaram a experimentar toda a falta de apoio e de reconhecimento da Eletronorte, particularmente em relação ao reconhecimento de seus direitos em relação ao processo indenizatório, pois a empresa pautou-se em critérios de eficiência administrativa e financeira, cuja a base de sustentação foram os procedimentos jurídicos e a noção de tempo condicionada ao prazo de construção da usina, segundo o relatório final da fase de escopo da Comissão Mundial de Barragem, estudo de caso da UHE de Tucuruí, publicado em agosto de 1999.

---

<sup>3</sup> Essa é uma autodenominação dos expropriados da região de montante, justamente por advirem das regiões nordeste e sudeste do país em períodos de migração à Amazônia, atraídos pelo ciclo da borracha e posteriormente aos grandes projetos de integração nacional na década de 1970, neste sentido essa autoafirmação como colonizador pode ser vista em diversos momentos nos documentos analisados desta pesquisa. Podemos inferir este termo nos documentos codificados em D138, D139, D147 e D158, no quadro 02 sobre os documentos selecionados para análise, na seção I, no tópico 1.4.3 técnicas e produções de dados.

Ou seja, de acordo com esse relatório, não era levado em consideração o tempo de trabalho na construção de áreas para a produção da agricultura em que alguns moradores dedicaram-se anos para consolidar um patrimônio, o qual não seria indenizado por isso. Logo, este pequeno agricultor tinha que iniciar novamente um trabalho que tinha consolidado há anos. Existem informações neste relatório que comunidades ribeirinhas foram deslocadas para áreas interioranas, e que grupos extrativistas foram transferidos para lotes onde deveriam ser desenvolvidas atividades agropastoris, dessa forma é perceptível o descaso da Eletronorte para com as comunidades atingidas.

Diante de todo esse problema, um pequeno grupo de moradores, sem saber exatamente o que fazer, mobilizou-se para reivindicar seus direitos, no momento sem nenhum apoio do governo ou instituições “representativas”, mas que ao longo do tempo se organizaram coletivamente com as colônias de pescadores, Comissão Pastoral da Terra e prelazia, sindicatos e expropriados, assim dando início as primeiras mobilizações.

Ainda que não possuíssem um conhecimento específico de como organizar-se enquanto movimento social, os expropriados passaram alutar, em que pese seus respectivos limites e dificuldades.

O interesse em realizar tal pesquisa se deu por meio da problematização desse contexto histórico marcado pela transição de regime político, crises econômicas e impactos socioambientais que atingiram brutalmente populações locais da região amazônica, na qual estou inserido enquanto pesquisador como também indivíduo, apesar de não residir nas proximidades das regiões afetadas pela construção da Usina.

Vale ressaltar a importância epistemológica do que a pesquisa vem a contribuir não somente para materializar as memórias de lutas dos sujeitos envolvidos, como também a maneira como os saberes e as “estratégias pedagógicas” estavam tangenciando silenciosamente as mobilizações e as lutas dos atingidos.

Por isso a escolha da Memória, Movimento Social e Educação como categorias teóricas, pois só através das relações entre elas, poderia enquanto pesquisador realizar esta dissertação.

Diante deste contexto foi possível elaborar a seguinte questão problema: Que saberes e estratégias pedagógicas orientaram e sustentaram as mobilizações e as lutas dos atingidos no contexto da implantação e funcionamento da UHE de Tucuruí no pós 1985?

Decorrente desta pergunta central, foram definidas algumas questões norteadoras no sentido de objetivar ainda mais o problema, tais com: Que estratégias pedagógicas marcaram os processos de mobilização e luta dos atingidos pela UHE de Tucuruí? Que saberes foram produzidos em decorrência do processo de mobilização e de luta dos atingidos pela UHE de Tucuruí? Que lições ficaram em termos de resistência e conquistas em decorrência das mobilizações e lutas?

Como objetivo geral optei por: Analisar memórias inscritas nos registros documentais pós 1985, identificando as estratégias pedagógicas e saberes utilizados pelo movimento nos seus processos de mobilização, luta e resistência no contexto da implantação e funcionamento da UHE de Tucuruí no pós 1985.

Como objetivos específicos que subsidiam as questões que norteiam a problemática deste trabalho, foram construídos os seguintes: analisar as estratégias pedagógicas e saberes que se configuraram nos processos de lutas; analisar lições que ficaram das estratégias pedagógicas das lutas; Mapear agentes educadores nesses processos de mobilização e de luta.

Para realizar a pesquisa conto como fontes de consulta o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) pela UHE de Tucuruí. É de suma importância deixar registrado aqui, que não se trata do movimento atual que conta com um grupo amplo de atingidos por outras barragens do território nacional, como exemplo a de Belo Monte, mas sim no movimento oriundo ao caso da UHE de Tucuruí que se autodenominaram como colonos ou expropriados nas décadas de 1970 e 1980.

O trabalho sustenta-se teoricamente em diversas categorias, como saberes, práticas pedagógicas, território, expropriado, deslocamento compulsório, relação homem e natureza o que torna necessário fazer um debate teórico- conceitual introdutório no sentido de entender a dinâmica de como ocorreu às lutas dos atingidos pela barragem da usina hidrelétrica.

### 1.3 Referencial teórico-conceitual de análise

Neste tópico da seção introdução, opto por realizar um debate teórico conceitual acerca das categorias que emergem neste trabalho, como: educação, memória, expropriados, território, deslocamento compulsório, relação homem e natureza. O delineamento desse referencial teórico-conceitual necessita de um levantamento das produções acadêmicas.

Desse modo, realizei um mapeamento das produções nos bancos de teses e dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no repositório institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA), e no banco de dados da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Nesta busca, utilizei os seguintes descritores: deslocamento compulsório, processos educativos, saberes, Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

No levantamento realizado na plataforma da UEPA, não foram encontradas dissertações no, período de 2005 a 2015, que trabalharam com estes agrupamentos de descritores, principalmente em relação ao de deslocamento compulsório e o de Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

No repositório da UFPA e na plataforma da CAPES, considerei estudos concentrados acerca da temática, sendo um universo de 18 e 155 produções acadêmicas, respectivamente, entretanto nem um trabalho que agregue estes descritores em conjunto: deslocamento compulsório, Usina Hidrelétrica de Tucuruí e estratégias pedagógicas. Desse universo, destaco quatro obras importantes que apontam questões utilizadas nesta dissertação.

**Quadro 01: Síntese do Levantamento das Produções Acadêmicas de maior relevância para este estudo**

Nº	Título	Autor (a)	Instituição	Origem	Ano
01	Planejamento territorial, deslocamento compulsório e conflito socio-ambiental: mosquitos e pistolagem na barragem de Tucuruí _ PA	SILVA, M. G.	IPPUR/UFRJ	Portal de teses da Capes	1997

	<b>Dissertação</b>				
02	Memórias da promessa e do fim do mundo: experiência vivida do deslocamento compulsório em Tucuruí <b>Dissertação</b>	MERCES, J. A. S.	UFPA/IFCH	Portal de teses da Capes	2017
03	Lamento e dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens <b>Tese</b>	SANTOS, S. M. S. B. M.	UFPA	Portal de Teses da Capes	2007
04	Discurso educativo e apropriação do meio ambiente na área de um Grande Projeto de Investimento. O caso UHE-Tucuruí/PA <b>Tese</b>	SILVA, M. G.	UFRJ	Portal de Teses da Capes	2002

Fonte: Portal de dissertações e teses da CAPES, 2019.

Foram selecionadas estas produções acadêmicas como as de maior relevância, devido à aproximação que elas possuem em relação a minha dissertação. Para selecioná-las, utilizou-se da leitura dos resumos de cada trabalho e os descritores mencionados anteriormente para refinar o número de trabalhos em um grupo mais específico.

Nessa busca, foi constatado que não havia produções acadêmicas que continham os descritores a respeito de deslocamento compulsório, memória, estratégias pedagógicas e UHE de Tucuruí em um mesmo trabalho. Dessa

forma, tornando assim esta pesquisa de mestrado como que trabalhe com essa dimensão epistemológica.

Na maioria dos trabalhos, observava a presença de deslocamento compulsório e UHE de Tucuruí, porém não os processos educativos, estratégias pedagógicas ou de aprendizagens. A maioria dos trabalhos que se aproximavam, eram dos campos da sociologia, antropologia, planejamento urbano e regional, história, geografia, das engenharias de pesca e agricultura, mas não no campo da pedagogia, onde se insere o meu objeto de pesquisa.

Na dissertação 01, intitulada “Planejamento territorial, deslocamento compulsório e conflito socioambiental: mosquitos e pistolagem na barragem de Tucuruí – PA”, a autora trata da dinâmica dos conflitos socioambientais na área da UHE de Tucuruí a partir de 1999, na segunda etapa da construção da usina, na qual em seus estudos mostra uma realidade, infelizmente cruel, mas necessária de pessoas que habitavam tal região antes da implantação dos grandes projetos na Amazônia.

Na dissertação 02 “Memórias da promessa e do fim do mundo: experiência vivida do deslocamento compulsório em Tucuruí”, Mercês (2007), por meio das narrativas de testemunhos, compreendeu a experiência vivida pelo deslocamento compulsório por meio da reconstituição da memória desses sujeitos. Debruçado metodologicamente da etnografia para obter os significados atribuídos por seus interlocutores acerca das territorialidades do Velho Breú Branco<sup>4</sup> ao Novo Breú Branco, o autor confere que nessa passagem os deslocados se deslumbraram com as promessas feitas pela Eletronorte sobre o processo indenizatório e também a localização geográfica, pois o Novo Breú era o espaço que abriria possibilidades de melhoria de vida, desde que a empresa de energia cumprisse com as suas promessas aos deslocados, porém este não foi o “final” ocorrido, pois onde haviam esperanças tornaram-se “experiências apocalípticas” (MERCES, 2007).

A tese de Santos (2007), intitulada “Lamento e dor: Uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens”, nesta obra a autora tem como ideia central o sentido subjetivo

---

<sup>4</sup>Este município, faz parte da região de montante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O autor faz uma demarcação na dimensão simbólica entre o “Velho Breú” e o “Novo Breú”.

expresso no lamento e na dor, que para ela é algo que nos estudos realizados sobre deslocamento compulsório, embora mencione a dimensão do sofrimento social, não se submetem a análise. A pesquisa analisou o processo de deslocamento compulsório em áreas atingidas pela barragem no município de Tucuruí (região de montante), utilizando a investigação de cunho etnográfico.

Na produção 04 de Silva (2002) "Discurso educativo e apropriação do meio ambiente na área de um Grande Projeto de Investimento. O caso UHE-Tucuruí/PA", nos possibilita pensar as questões educativas nos processos, ademais ao trazer um discurso socioambiental a partir das relações, apropriação e práticas ambientais de sujeitos históricos que sofreram com os deslocamentos.

Portanto, após esse levantamento sobre os trabalhos mais relevantes para a construção desta pesquisa, podemos perceber a importância de ampliar o debate em relação aos processos educativos e produção dos saberes no contexto dos deslocamentos compulsórios, pois podemos constatar que é pouco trabalhada essa dimensão educativa.

Para dar continuidade neste tópico, faço agora um breve debate em relação às categorias que emergem neste estudo, assim diferenciando-as das demais dissertações e teses já publicadas, na plataforma da UEPA, banco de teses da CAPES e o repositório da UFPA.

Este estudo está direcionado nas seguintes categorias teóricas: educação em sua dimensão ampliada, saberes, memória território e deslocamento compulsório. Portanto, ajudando na compreensão teórica e epistemológica desta pesquisa para dar base no entendimento nas seções adiante.

Iniciaremos aqui, o conceito de território adotado neste estudo, pois tal concepção tem dupla conotação, até porque ambas estão para além da concepção da geografia, no sentido de espacialidade, mas também para a simbologia que demarca as lutas, as relações de poder e no contexto estudado.

A categoria território como já mencionado, possui dupla conotação, material e simbólica. Para Haesbaert (2005) território em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

O estudo está permeado por esse debate teórico-conceitual, por considerar que os atingidos pela usina sofreram uma espécie de desterritorialização, porque foram deslocados compulsoriamente de seus territórios nativos para novos espaços que demandavam outro processo de reterritorialização.

No entanto, mesmo levando consigo os seus territórios (simbolicamente), as perdas foram significativas, pois a dinâmica social de trabalho teve que ser readaptada para o novo espaço.

Outra categoria que emerge nesse trabalho, que dialoga com as outras categorias e inclusive as que foram citadas acima (cartografia e território), pois para a compreensão do processo de deslocamento compulsório ocorre a necessidade de entender através da memória desses expropriados inscritos nos documentos, faço essa reconstituição por intermédio de dados impressos (atas de reuniões, de assembleias e relatórios).

A memória tornou-se um dos pontos mais importantes neste trabalho, porém apenas sendo possível baseado pela terceira geração da escola dos *Annales*, que ajudou nesta configuração epistemológica atual, que até então prevalecia da memória ou da história das “grandes personalidades históricas”, dessa forma negando a visibilidade de outros atores fundamentais para o entendimento de como se configurou uma determinada sociedade ou contexto histórico.

Nessa perspectiva, a revista *Annales* em sua terceira geração nos dá essa abertura para discutir e pesquisar outros sujeitos, que até então eram marginalizados<sup>5</sup> historicamente, que se caracteriza na organização de indivíduos os quais estão à margem da sociedade, como pescadores, extrativistas e pequenos agricultores, que tiveram seus direitos básicos negados.

A exemplo as indenizações de compensação dos atingidos pela barragem de Tucuruí, onde alguns foram indenizados, porém apenas com a metade do valor estipulado e outros não receberam nada, levando em consideração que esses valores repassados eram referentes as estipulações feitas por meio da Eletronorte, que se pautou em critérios de eficiência administrativa e financeira em relação ao período de construção da Usina, ou seja, excluindo todo o trabalho de mudança

---

<sup>5</sup>Este termo utilizado refere-se às pesquisas históricas que antes não abordavam sujeitos os quais estão à margem da sociedade em suas investigações, porém mesmo atualmente sendo alvos de estudos contraditoriamente não deixam de ser marginalizados socialmente.

espacial do território, no sentido patrimonial, cultural, suas religiosidades e os saberes que ali existiam e os que foram construídos.

A revista *Annales* (1929)<sup>6</sup>, nada mais foi que um trabalho desenvolvido por vários historiadores que questionavam a forma de como era produzida a historiografia na França em meados de 1910 e 1920. Insatisfeitos com esse modo de historiografia, March Bloch e Lucien Febvre problematizaram as suas análises que se viam reduzidas a um jogo de poder entre grandes (homens ou países), onde se ignorava outros aspectos da história, Como afirma Burke (1991):

Não seria possível continuar a fazer esse tipo de história convencional que nem correspondia aos anseio de uma humanidade que vivia, nessas décadas, momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguia responder satisfatoriamente às exigências do novo homem que daí surgia (p.4).

Esta passagem de Peter Burke juntamente com as reflexões de March Bloch e Lucien Febvre, demonstram a necessidade que havia na época, acerca de uma história mais abrangente e totalizante, onde a história do ser humano, sua forma de sentir, de agir e de pensar, não poderia reduzir-se a um reflexo de jogos de poder ou de sentir, de pensar e de agir dos poderosos do momento (monarcas, burgueses, representantes políticos e militares, a exemplo).

Nessa intenção de dar um novo olhar para o fazer historiográfico, como também diversifica-lo em diversos campos, Bloch e Febvre fundam a revista *Annales* com o objetivo de fazer dela um instrumento de enriquecimento da história, pela inovação temática e sua aproximação com as ciências vizinhas. Com isso, levando uma renovação dos estudos historiográficos e atinge a sua expansão na chamada História Nova.

E é neste contexto da História Nova, que os estudos no campo da história antropológica, cultural, da cultura de baixo e da micro história, surge a categoria memória no campo da historiografia, fundamentada nas ciências humanas (história e antropologia), embora se ocupe mais da memória coletiva que das memórias individuais.

Segundo Le Goff (2013) a memória de maneira geral tem como propriedade a conservar certas informações, remetendo-nos em primeiro lugar a um conjunto de

---

<sup>6</sup> A revista teve quatro títulos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-39); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942, 45); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-4); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-).

funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa.

O estudo da memória, desse ponto de vista, abarca varias ciências como a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia e a biologia, segundo Meudlers, Brion e Lieury (1971). Entretanto, apesar dessas ciências estarem ligadas ao corpo humano e/ou a mente, no interior de qualquer uma delas, de acordo com Morin e PiattelliPalinari (1974), podem evocar de forma metafórica ou concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social.

Le Goff em sua obra “História e Memória” (2013) nos traz “as mnemotécnicas”, que nada mais é do que uma fase importante de aquisição da memória onde a noção de aprendizagem desperta o interesse pelos diversos sistemas de educação da memória que existiram nas varias sociedades e em diferentes épocas. Referindo-se assim na complexidade dos vestígios que para Changeux (1972, p.356) “O processo de memória no homem faz intervir não só na ordenação de vestígios, mas também na releitura desses vestígios”.

O conceito de memória é visto de maneira lato, onde alguns autores dividem a memória específica étnica e artificial, outros nos chamam atenção para a linguagem, por ela própria ser produto de uma sociedade, seja por via da oralidade quanto da escritura, até porque algumas sociedades são agrafas.

Segundo Le Goff (1991, p.390) “No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória escrita”. Se torna relevante esta separação entre tipos de memórias justamente para entender uma memória coletiva de um grupo, pois ao não levar em consideração esse ponto, deixamos de lado uma parte importante da cultura, do processo histórico e de formação desses tipos de sociedade.

Levando em consideração todo esse embasamento teórico acerca do estudo da memória, agora podemos dialogar com os processos educativos, pois este trabalho aflora a partir da reconstituição dessa memória inscrita em documentos.

Apontamos aqui, alguns autores que discutem a educação de uma forma ampliada, como o pensamento de Paulo Freire em suas obras “a educação como prática de Liberdade (1967)”, “Pedagogia do Oprimido (1968)” e “Pedagogia da

Autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996)”. Carlos Henrique Brandão em “o que é educação (1984)” e “a educação como cultura (2002)”, Jaime Trilla (2008) em “educação não-formal” e Ingold (2010) “da transmissão de representações à educação da atenção”.

Tais autores, se debruçaram no campo da educação com outras interpretações, se distanciando daquela que é mais conhecida, a formal ou escolar.

Para Freire (2003, p.11) a educação é “fundada na ética, no respeito à dignidade e a própria autonomia do educando”, dessa forma a educação é vista de maneira ideológica, entretanto dialógica e minuciosa, portanto é entendida como “o processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, [...] é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta”( FREIRE, 2003, p. 10).

Assim o autor nos leva a compreender que a educação é um processo de conhecimento que por meio do dialogo ela vai se construindo no cotidiano do educando de maneira gnosiológica, ou seja, por meio da reciprocidade, do ganho mutuo e interação, onde suas experiências fazem parte do processo educativo.

De acordo com Brandão (1984, p.3):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: Para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com varias: Educação? Educações.

O autor nos apresenta uma definição de educação, de maneira geral, que ela ocorre “em casa, na rua, na igreja ou na escola”. Neste trecho, o autor nos mostra os diversos espaços que ocorrem à educação e o mais interessante é que ele insere como último espaço a escola, ou seja, nos chama atenção que a educação pode ocorrer em vários outros espaços que não sejam necessariamente o escolar, dessa forma, o autor nos dá a capacidade de investigar, como exemplo, a educação nos movimentos sociais no qual esta pesquisa se propõe em investigar (o movimento dos expropriados pela barragem de Tucuruí).

Brandão (1984) nos faz compreender que a educação está no cotidiano do individuo de maneira implícita, como no espaço da casa, acredito que quando

Brandão menciona este espaço nos faz conjecturar as práticas educativas a partir das tarefas domésticas da casa, das regras em relação ao horário das refeições, das brincadeiras, os horários de dormir, transmissão dos valores e da cultura familiar.

Estas são algumas suposições que podemos fazer com base no autor, pois “todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar” (BRANDÃO, 1984, p.3), ou seja, “todos os dias misturamos a vida com a educação” (BRANDÃO, 1984, p.3). Portanto, não existe somente uma única educação, restrita e sistematizada.

Dessa forma, podemos compreender que educação “a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor” (BRANDÃO, 1984, p.4), portanto isso nos possibilita em realizar um debate sobre uma concepção de educação de maneira ampliada, onde a educação ocorre no cotidiano do ser humano e em seu processo de conhecimento a partir de suas práticas de sobrevivência, de trabalho, de diálogo, dessa forma não entendendo como “Educação”, mas sim em “Educações”, como afirma o autor:

Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas (BRANDÃO, 1984, p.4).

A educação está presente em diversas sociedades de diversas formas, além de ser um ato cultural, ele pode também ser como ferramenta de poder entre os povos onde se cria uma lógica de crença, ideologia, modo de vida que reforçam as desigualdades entre os homens.

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se separa, de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros (BRANDÃO, 1984, p. 5).

Essa relação entre a educação e os grupos sociais, está relacionada no aspecto de que o real propósito está na transformação dos sujeitos e do mundo. É importante também, aqui, perceber que a educação não pode ser vista somente quanto um processo harmônico de desenvolvimento do homem, mas também como detenção de poder, e que aquele que possui pode ou não democratiza-la com os outros, tal qual usar como ferramenta de dominação.

Desse modo “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (BRANDÃO, 1984, p. 4), e como foi dito no tópico anterior, que a partir de sua práxis, ideologia projeto e organização/sentido que irá compor a forma como vai ser encarada a educação no movimento.

Para Brandão (1984, p.7) “a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível” é intrigante este fragmento citado por ele, pois essa questão da invisibilidade existe por diversas facetas sociais, uma delas seria por não levar em conta os processos informais e não formais da educação.

A educação, como já vimos, é um fenômeno complexo, com varias formas, heterogêneo, disperso, permanente e quase onipresente. Ela pode ocorrer, na escola e na família, com também na rua, no cinema, nas reuniões, nos jogos e brincadeiras entre outros, ocorrem igualmente processo de educação.

Esses conjuntos de processos resultam em educação. Mas afinal, o que é educação não-formal? Para Trilla (2008, p. 33) “toda atividade organizada, sistemática educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis”.

Essa educação, diferente da formal na qual já sabemos que é um tipo de educação que ocorre em instituições educativas (Escolas e Universidades) com um planejamento sistematizado com objetivos e metodologias já pensadas para que o educando aprenda determinado assunto, a não formal já é pensada por uma outra lógica, pois ela não se priva em ocorrer somente na escola, mas sim em outros espaços como, nos Hospitais, ONGS, Movimentos Sociais, sindicatos etc.

E qual seria a diferença para informal? Segundo Trilla (2008) e Coombs (1985) a educação informal é um processo, que dura à vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento por meio das experiências diárias e de sua relação com o meio.

Entretanto, diferentemente como alguns teóricos pensam - como Gohn(2014) que essas educações ocorrem isoladamente como categorias distintas- essas três

formas de educação, em alguns momentos elas se cruzam no cotidiano do indivíduo, Trilla (2008) define isso como “fronteira de especificidade ou de diferenciação da função educativa”.

Essa fronteira de especificidade ou de diferenciação da função educativa ocorre quando em um mesmo contexto esses três tipos de educação se aproximam em um determinado local. Para Trilla (2008):

O que delimita com razoável precisão os diversos conteúdos que o uso costuma contribuir às expressões educação formal e não-formal, por um lado, e informal, por outro, é um critério de *diferenciação* e de *especificidade* da função ou do processo educacional. Ou seja, estaríamos diante de um caso de educação informal quando o processo educacional ocorre indiferenciada e subordinadamente a outros processos sociais, quando aquele está indissociavelmente mesclado a outras realidades culturais, quando não emerge como algo diferente e predominantemente no curso geral da ação em que o processo se verifica, quando é imanente a outros propósitos, quando carece de um contorno nítido quando se dá de maneira difusa (p.37).

Para exemplificar a maneira em que ocorre a educação não formal e simultaneamente a informal, advém quando, por exemplo, um dos integrantes do movimento dos atingidos participa de uma reunião com os líderes e os demais membros do movimento, e, aprende como irão se organizar, planejar e executar algum tipo de estratégia ligada à luta do movimento.

Portanto, a finalidade de discutir essas três formas de educação (formal, não-formal e informal) é a vontade de (re)configurar o sistema educacional que ajude ao máximo que cada indivíduo seu percurso educacional de acordo com a sua realidade, necessidades e interesses.

Diante disso, o sistema deve ser aberto, flexivo, evolutivo, rico em quantidade e diversidade de ofertas e formas de educação. Além de atribuir o seu devido valor educativo, pois independente dos espaços e maneiras de se educar, é de suma importância o reconhecimento de que também possa ser um jeito de educar, a partir da sua própria lógica e dinâmica sociocultural.

#### 1.4 Trajetória metodológica

Neste tópico apresento o percurso e procedimentos metodológicos que orientaram a realização da pesquisa, bem como a caracterização do tipo de pesquisa para um melhor entendimento do objeto que se propõe a investigar,

apresentando de forma detalhada como a pesquisa foi realizada, as técnicas de produção de dados utilizadas e o processo de sistematização no decorrer da análise de dados.

#### **1.4.1 Caracterização do tipo de Pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa com abordagem teórico-metodológica qualitativa, pois ela “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Dessa forma, amplia as possibilidades de entender, obter conclusões e inclusões sobre o contexto no qual este trabalho acadêmico se insere.

A abordagem qualitativa do ponto de vista da dialética possibilita-nos em realizar análises da totalidade em que o objeto se situa, por meio dos contextos, fatos e acontecimentos ocorridos em um determinado tempo e espaço, com a sua origem, cultura e o simbolismo onde se encontra.

Como opção de método, trabalhei com a concepção materialista histórico dialético, advinda das percepções de Marx e Engels a partir dos pensamentos de Feurbach, que entendia tal conceito como “ideia materialista da realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 50). Porém, em 1945 Marx ao longo de suas celebres teses sobre Feurbach, rebate sua concepção filosófica geral ao mesmo tempo em que traça bases principais, assim criando o que chamamos de marxismo.

“O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza tentativas de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade, e do pensamento”(TRIVINÓS,1987, p. 51). Este pensamento se baseia na interpretação dialética do mundo, como se dá as relações homem e natureza, homem e sociedade, etc.

Assim, tal pensamento nos faz pensar o ser humano uma concepção científica da realidade, enriquecida pela prática social da humanidade. Em relação às questões filosóficas, Triviños nos chama atenção que:

A filosofia, na concepção do materialismo dialético, sofreu modificação substancial. Ao invés de ser um saber específico e limitado a determinado setor do conhecimento, o pensar filosófico tem como propósito fundamental o estudo das leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade, e o pensamento e, como a realidade objetiva, se reflete na consciência. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Logo, dá-se a entender que devido essa modificação substancial no campo filosófico do método, nos possibilita em realizar pesquisas que envolvem infinitas possibilidades em análises, pois não se limita a um conhecimento específico e limitado.

O materialismo histórico dialético se atreve entender e desvendar os problemas sociais e as relações dos fenômenos de forma geral e específica, realizando esse movimento de compreensão da realidade. Assim, o enfoque dialético mostra como se transforma a matéria e como se realiza essa passagem das formas inferiores às superiores.

Esse método por ressaltar na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade, talvez seja essa a ideia mais original deste método. “E ao focar historicamente o conhecimento, em seu processo dialético, colocou em relevo a interlocução do relativo e do absoluto” (TRIVIÑOS, 1987, p.51).

Dessa forma tal pensamento nos fez compreender que as verdades científicas, em geral, significam graus do conhecimento limitados pela história, entretanto, esse relativismo não significa reconhecer a incapacidade de o ser humano chegar a possuir a verdade, mas sim em entender todo o processo histórico e social em que o mesmo estava presente.

De maneira muito geral, a concepção materialista nos traz três concepções fundamentais, sendo elas conhecidas como: materialidade do mundo; matéria é anterior à concepção; o mundo é conhecível.

Na primeira concepção o materialismo está preocupado com a materialidade do mundo, ou seja, todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam na materialidade são reais. No segundo entendimento, está pautado no reconhecimento de que a consciência é reflexo da matéria existindo objetivamente, portanto se constitui em uma realidade objetiva.

Na última concepção mencionada, diz respeito à possibilidade que o ser humano tem a possibilidade de conhecer a realidade e se desenvolver gradualmente, claro que isso pode levar milhares de anos, séculos, meses ou em diferentes dimensões, e, mesmo assim conseguir distinguir o objeto, fenômeno ou o processo por sua qualidade, justamente por ser um sujeito histórico que emerge em sua materialidade.

Dessa forma, podemos entender aqui a importância desse método para o entendimento desta pesquisa, pois a partir dele pude entender a realidade material de sujeitos históricos os quais foram oprimidos, agredidos e silenciados por diversos momentos. Assim, o materialismo histórico dialético me possibilitou a compreensão do processo de deslocamento compulsório desses indivíduos marcados em um tempo e espaço.

Além desse método, utilizou-se como técnica de pesquisa o tipo documental, pois foi possível utilizar documentos como: atas de reuniões da Eletronorte e do movimento das comunidades locais para a conquista da terra, transcrições de entrevistas, além de jornais locais publicados antes e pós 1985.

Segundo França e Rodrigues (2010, p. 55) “A pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem passar por novas análises de acordo com os objetivos da pesquisa”. De acordo com as autoras:

As informações que se pretende obter de um determinado objeto de estudo podem ser encontradas em livros, revistas, correspondências, diários, noticiários de rádio, televisão, filmes, internet, produções iconográficas, testemunhos orais, entre tantas outras (2010, p. 56).

No caso deste estudo, contou com documentos primários, como atas de reuniões, transcrições de entrevistas, jornais do período histórico no qual foi investigado, além de dossiês produzidos pela Comissão Internacional de Barragem e Comissão Pastoral da Terra. .

Por tratar-se de uma pesquisa que investiga a memória de luta dos expropriados pela construção da UHE Tucuruí em seus primeiros momentos de mobilização, após o barramento do rio Tocantins e a construção e funcionamento da hidrelétrica Tucuruí, considerei necessário a realização de um levantamento sóciohistórico em máximo de todo esse processo, optou-se pela pesquisa documental como também de uma pesquisa bibliográfica, haja vista que este trabalho também se subsidiou em arquivos os quais já foram publicados como no caso das monografias, dissertações e teses.

De acordo com Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador

conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando nas referências teóricas publicadas com o objetivos de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Como já tratado por Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é essencial para uma pesquisa como auxílio para outro tipo de investigação quanto uso somente das bibliografias como fontes de análises, no entanto, este estudo fundamenta-se epistemologicamente em técnicas de pesquisa, justamente por dar subsídios para alavancar as fontes de análise desta investigação, como no caso das dissertações e teses mencionadas no quadro 01 que ajudaram no processo de elaboração e fundamentação desta pesquisa.

A pesquisa documental utiliza-se de fontes documentais que não receberam ainda um tratamento analítico, sendo oficiais ou não, como também documentos que podem passar por novas análises de acordo com o que a pesquisa almeja alcançar.

Gil (2008) ressalta que esses materiais, ainda, podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, e podem ser: relatórios, cartas, jornais, filmes, mapas, fotografias, gráficos dentre outros.

Para Cellard (2008):

O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo o pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente insubstituível, em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente quase a totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente ele passa a ser o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (p. 295).

Durante muitos anos, esse tipo de pesquisa limitava-se em documentos escritos e ou manuscritos para compreender o mundo e a vida em sociedade, onde os indivíduos que ocupavam esses estudos eram grandes personalidades que possuíam capital social, como reis, rainhas, presidentes e generais, assim não dando a oportunidade de outros sujeitos históricos que contribuíram de alguma forma para a sociedade, serem excluídos do ponto de vista da significância de serem retratos ou ilustrados em uma obra.

Além desse requisito, o pesquisador só poderia ter acesso aos documentos em arquivos públicos a nível municipal, estadual e nacional, assim como também em acervos particulares, museus e bibliotecas. Para Rodrigues e França (2010, p. 55):

Essa noção de documentos não pode mais ser aceita como uma verdade absoluta. Os documentos assumem hoje as mais variadas formas e nos

mais diversos lugares. As informações que se pretende obter de um determinado objeto de estudo podem ser encontradas em livros, revistas, correspondências, diários, noticiários de rádio, televisão, filmes, *internet*, produções iconográficas, testemunhos orais, entre tantas outras.

Assim, essa diversidade de documentos e a possibilidade de utiliza-los como recursos técnicos para analisar e compreender uma determinada época de uma sociedade ou uma figura de uma personalidade histórica resultou em aspectos positivos no campo da pesquisa. Como afirmam Samara e Tupy (2007, p.68):

Logo diferentemente do passado, a democratização do conhecimento incentiva uma rica discussão sobre a própria definição de documento, permitindo afirmar que a pesquisa histórica não se restringe ao espaço especializado do arquivo textual.

Cellard (2008) chama a atenção para o tratamento dado ao documento, pois se deve apreciar e valorizar, pois dependendo do tratamento desse material a extração das informações poderá enriquecer ainda mais o documento, como também poderá estagna-lo.

Para Cellard (2008), a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Mas essa observação só poderá ser feita, a partir do momento em que o pesquisador sistematiza os documentos, no caso da pesquisa que estou desenvolvendo, só foi possível realizar essa análise, depois de organizar os documentos a partir da periodicidade em que foi produzido, quem o produziu e qual foi o propósito da produção.

Vale ressaltar, que senti dificuldade nessa organização desses documentos, pois alguns não possuíam datas, então tive que inferir a partir da leitura em qual contexto o documento se inseria, para assim agrupar e posteriormente realizar uma cronologia dos fatos históricos, justamente para conseguir analisar de forma menos dificultosa, e claro que mesmo com todo esse cuidado com a técnica de pesquisa ainda assim foi difícil de trabalhar.

Outro ponto interessante da técnica documental é que se trata de um método de coleta de dados que se distancia do “sujeito físico”, portanto eliminando algum tipo de influência que pode ocorrer com a presença ou intervenção do pesquisador, como no caso de outros tipos de pesquisas qualitativas que há esse contato direto, como a narrativa, história oral ou alguma que seja semiestruturada, assim anulando

a possibilidade de algum tipo de reação do sujeito que possa comprometer a pesquisa.

Entretanto, para realizar-se uma análise complexa, que consiga retratar de maneira minuciosa a realidade do objeto investigado, necessitei de atentar-me para a contextualização histórica e sociocultural do período datado o documento analisado para que assim não haja interpretações errôneas, que obviamente, interferem no resultado do trabalho.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o pesquisador quando utiliza documentos precisa possuir um domínio em termos de organização para extrair as informações necessárias desse tipo de fonte, pois deve usar técnicas apropriadas para o seu manuseio e análise; seguir etapas e procedimentos; por fim elaborar sínteses. Ou seja, toda essa logística esta instigada de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos conforme Gaio, Carvalho e Simões (2008, p. 148) elucidam:

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize.

Portanto, Faz-se necessário todo esse cuidado no processo de investigação, justamente para que ele consiga obter sustentação como fonte do estudo. Outro ponto importante está no cuidado da interpretação e análise do documento, pois se engana quem pensa nele existe neutralidade.

Logo, precisei levar em consideração sob que forma ele foi produzido, quem o escreveu e com que propósito, justamente para que não ocorra uma simples descrição do documento sem levar em conta as outras características que enriquecem o mesmo.

Dessa forma, acredito que neste momento seja necessário relatar uma previa de como ocorreu o plano de trabalho desde os contatos iniciais até a conclusão dele. Tal fato se deu a partir do momento no qual obtive a oportunidade de ter contato inicial com os documentos que advinham de diversas fontes como: relatórios de pesquisas, monografias, dissertações, teses, ata de reuniões, arquivos impressos de jornais, dossiês da comissão mundial de barragem, áudio de entrevistas em fitas cassetes e fotografias da época.

O acesso a esses arquivos se deu por meio do projeto “As lutas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do País”, já mencionado, e principalmente através do acervo próprio de minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças da Silva, que durante a sua vasta trajetória de pesquisa no contexto territorial da Hidrelétrica reuniu um conjunto de documentos, que se constitui em um legado para futuras pesquisas que abordem temáticas que guardem relações com as Memórias de lutas dos Atingidos pela construção da UHE de Tucuruí. Após essa ambientalização por meio do acesso aos arquivos, foi sugerida a seguinte tarefa: catalogá-los.

O exercício de catalogação dos documentos possibilitou uma aproximação maior com a temática, e conseqüentemente ampliou as possibilidades de construção do meu objeto de estudo. Essa etapa do trabalho pode ser considerada como a fase exploratória<sup>7</sup> da pesquisa, devido o contato entre o pesquisador e o campo investigado.

Trata-se de uma etapa que exigiu concentração e disponibilidade de tempo, posto que a quantidade de documentos que foram catalogados eram superiores a quantidade de pessoas disponíveis para realizar tal tarefa, pois éramos apenas duas pessoas, o bolsista do projeto no qual esta dissertação se apoia e eu, enquanto pesquisador.

Durou aproximadamente seis meses o período de catalogação, iniciado em 20 de Abril de 2017 e finalizado em 03 de Outubro de 2017. Foram catalogados duzentos e sessenta documentos, organizados em quadros que continham informações de acordo com cada documento, periodicidade, conteúdo, e quem produziu o material. Como forma de dar mais objetividade ao acesso às informações, os arquivos foram divididos em seis subcategorias: montante; jusante; geral; usina; regional; montante/jusante.

Esta forma de subcategorizar teve como objetivo organizar as informações acerca dos territórios nos quais os documentos se referiam, por acreditar-se que essa forma de organização pode facilitar o acesso, apreciação e análise de conteúdos dos arquivos.

---

<sup>7</sup> Consultar MINAYO, M, C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Capítulo II, nas Páginas 31 à 33.

Além de cada quadro categórico obter a periodicidade em que foi registrado, o território do qual cada um se refere e também o autor ou instituição que produziu. Em cada registro, construímos breves sínteses sobre as informações que continham em cada arquivo catalogado, justamente para facilitar na busca de documentos específicos. Assim como foi o procedimento de catalogação das fitas cassetes, que foram digitalizadas, ou seja, já podem ser ouvidas sem necessariamente possuir um equipamento específico como aparelho de som que possua uma entrada para esse tipo de material.

O Próximo passo em relação aos documentos impressos foi no sentido de digitalizá-los e reuni-los em um banco de dados, que inclusive é um dos objetivos propostos no projeto em parceria com a UFRJ, UFPA, UEPA e UNIFESSPA, que aqui já foi mencionado, para que a comunidade científica possa disponibilizar desse material para realizar futuras investigações, como também respaldar todo o trabalho científico que o referido projeto possui.

Mais a frente, como forma de consolidar essa pesquisa e que também fez parte do plano de trabalho, participei de seminário “Tucuruí: memória de uma luta em curso”, realizado no dia 24 de abril de 2018, como atividade programada do Projeto coordenado pelo Prof.<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Henri Acselrad, que inclusive palestrou na mesa de abertura do evento, no auditório de Geociências, na Universidade Federal do Pará, Campus Belém.

Neste encontro de formação foi de grande importância não só para comunidade científica, mas como também para minha pesquisa de mestrado, pois foi um momento de diálogo com outros pesquisadores membros integrantes do projeto de Tucuruí, para ouvir relatos de fontes vivas que fizeram parte de todo o contexto histórico envolvendo a trajetória de luta dos atingidos, como: Roberto Pina (representante da colônia de pescadores de Igarapé-Miri); Maria Nercy Derze Marques (Líder do Movimento de Expropriados pela Barragem de Tucuruí); Aida Maria da Silva (ex-técnica da Comissão Pastoral da Terra e Prelazia de Cametá) e Raul do Couto (também ex-técnico da Comissão Pastoral da Terra e Prelazia de Cametá).

O referido seminário consistiu em dois momentos: o relato de testemunhos de resistência e na releitura da história (testemunhos de assessores). Porém o que

chamou atenção foi o relato da liderança do movimento, da forma como conduziu a sua narrativa histórica que nos documentos impressos estão fixados.

Em um de seus relatos, informou um episódio ocorrido na Gleba Parakanã, onde houve uma segunda desapropriação de terra, pois alguns dos atingidos que moravam na região de montante, em especial Velho Repartimento e a Velha Jacundá, após o momento no qual as cidades foram submersas, os habitantes foram deslocadas compulsoriamente para essa terra, onde por muito tempo, era habitada somente pelos índios Parakanãs.

Além dos problemas entre os conflitos territoriais entre os indígenas e os expropriados, houve um problema no lago da usina devido à mudança do bioma aquático, pois ao ocorrer o processo de eutrofização do lago, macrófitas aquáticas multiplicaram-se e juntamente com a degradação ambiental acarretou no surto de mosquitos.

Tal episódio ficou conhecido como a “praga dos mosquitos”<sup>8</sup>, onde os habitantes dessa região viveram o momento em ter que se deslocar de suas residências por causa do problema com os mosquitos, alguns, segundo o relato de expropriados, como também em algumas pesquisas já realizadas sobre esse episódio (como exemplo a que está na nota de rodapé) nos elucidam que uma parte significativa da comunidade colocou suas residências para venda em preços abaixo de seu valor real e mesmo assim não conseguiram realizar a transferência de posse. Diante disso ocorrendo compulsoriamente uma segunda emigração, no caso dos expropriados.

Além desse relato, do qual foi um dos diversos episódios vividos pelos expropriados, foram mostrados para o público neste seminário algumas fotos como também gravações em vídeo que retratava um pouco da organização do movimento dos expropriados pela barragem em seus momentos de mobilização, reivindicação e as reuniões com a Eletronorte juntamente com representantes do Governo Federal.

Outro momento do plano de trabalho com o objetivo de formação do grupo foi na participação da disciplina “TECH: Conflitos sociais e ambientes” ofertada pelo Programa Pós-Graduação em Sociologia (PPGSA/UFGA), na categoria de aluno

---

<sup>8</sup> Consultar o artigo SILVA, M. G. da. UHE - Tucuruí: Desterritorialização e Degradação Ambiental. O caso da Gleba Parakanã (PA) na Amazônia Brasileira.

ouvinte. Tais encontros ajudaram na fundamentação teórica do trabalho, como também possibilitou na ampliação de um debate acerca dos conflitos sociais e ambientes da UHE de Tucuruí.

#### **1.4.2 Contextualização documental da área referente à Pesquisa**

Neste tópico contextualizo a área da pesquisa na qual esta inserida nos documentos, trata-se de uma região que sofreu de forma direta os impactos socioambientais e espaciais na construção da UHE de Tucuruí, que é a denominada de montante.

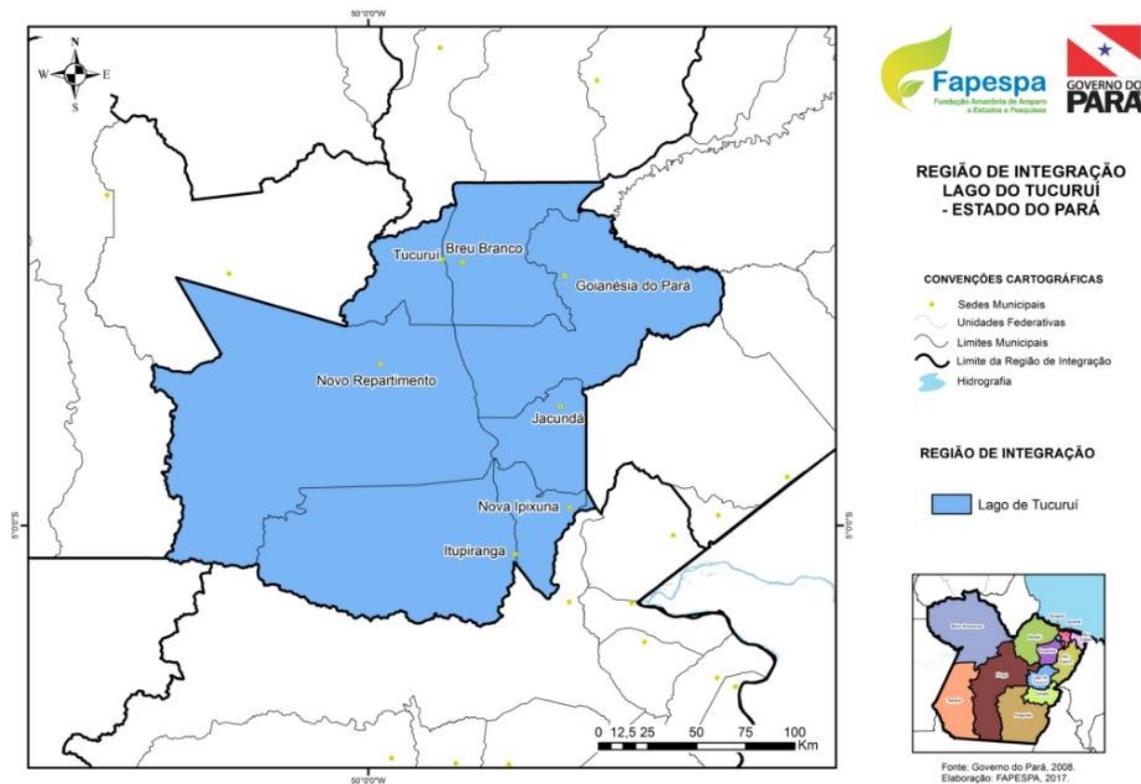
Na área montante da barragem localizam-se os municípios de Itupiranga e Marabá, pertencentes à mesorregião sudeste paraense; no reservatório situam-se: Nova Ipixuna, Jacundá, Novo Repartimento, Goianésia do Pará, Breu Branco e parte do município de Tucuruí (sudeste do estado).

Havia também uma região denominada de Jusante, que correspondia à área que, segundo os estudos iniciais da Eletronorte, não seria afetada, entretanto, o que ocorreu foi o contrário, pois se trata de uma área, cujos ecossistemas foram bastante afetados em termos da sua desestruturação ecológica e social pela construção da UHE de Tucuruí, entretanto tal região não será aprofundada neste estudo, porém é importante mencioná-la, justamente porque ela emerge em alguns documentos que foram analisados.

Nessa área estão situados os municípios de Baião, Mocajuba e Cametá, pertencentes ao nordeste paraense e parte do município de Tucuruí (mesorregião sudeste), além dos municípios de Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba Igarapé-Miri.

Vale ressaltar, que em função da grande extensão de todas as áreas afetadas, a pesquisa ficou limitada na região de montante, pois foi nessa localização que surgiu a maior parte dos expropriados. O mapa abaixo nos situa acerca desta região.

**Figura 01:** Mapa da Região de Integração do lago de Tucuruí/Estado do Pará



**Fonte: Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), 2017.**

O espaço demarcado de azul no mapa corresponde aos municípios da região de montante, que fazem parte da atual região de integração do lago reservatório da UHE Tucuruí, que começou a ser formado em 1984 com o fechamento das comportas. No ano seguinte, foi concluída a primeira etapa do projeto com a elevação do rio Tocantins à altura de 35 m acima do nível do mar, levando a extensão do lago a cobrir uma área de aproximadamente 243.000 km, segundo Acserald (1991).

Concomitantemente com a expressiva inundação ocasionada pela formação do reservatório, ocorreu a submersão da cobertura vegetal, em grande parte não desmatada, como também interrompeu a relação entre o rio “que expressava uma série de qualidades simbólicas, inscritas na dimensão cultural de diversos grupos sociais, no vivido e no imaginado” (SILVA, sd, p.4), e as comunidades atingidas.

Além desse rompimento com o padrão da relação entre ser humano (homem e) natureza, ocorreu também à alteração do ecossistema biofísico, impactando enorme quantidade de variedades da biodiversidade, nas quais estavam inseridos recursos naturais, uso do solo, patrimônios paisagísticos (como as cachoeiras de

Jatobal<sup>9</sup>), assim como também o desaparecimento de recursos vegetais e da vida animal.

Os impactos e os transtornos ocasionados chegam a ser incontáveis, haja vista que se trata de comunidades que viviam, em grande parte do trabalho da extração do caucho, da castanha-do-pará, do coco, do babaçu e de madeiras. De acordo com a literatura consultada<sup>10</sup>, esses impactos foram de proporções incalculáveis em relação a algumas localidades dessa região, como no caso de Jacundá, Jatobal e Breu Velho que se tornaram cidades submersas.

#### 1.4.3 Técnicas e Produção de Dados

Neste momento do trabalho, relato as técnicas utilizadas consistiram no processo em cinco etapas: Catalogação; Seleção, Categorização, Consulta e Análise dos documentos. Esta organização permite a construção de maneira mais objetiva na escolha dos documentos para serem analisados.

Vale ressaltar que essa primeira etapa, em que consiste na catalogação dos documentos da pesquisa, pode-se afirmar que este estudo conta com 260 (duzentos e sessenta) documentos impressos e 60 (sessenta) fitas catalogadas para usar como fontes documentais de análise. Entretanto, não serão utilizados todos os documentos, pois a pesquisa pelo pouco tempo em que dispõe não iria conseguir analisa-los.

Deste universo de 320 documentos, foram selecionados 12 documentos, sendo os critérios utilizados: informações sobre os expropriados da região de montante, acampamentos, assembleias e acerca dos processos de reivindicações e lutas que poderiam me ajudar na construção histórica, de forma linear para facilitar no entendimento da pesquisa. No quadro abaixo, apresento os documentos selecionados nesta fase da pesquisa.

---

<sup>9</sup> Foi um importante povoado localizado as margens do Rio Tocantins que pela dificuldade na transposição das cachoeiras do Itaboca, era um ponto de escoamento de mercadorias entre as cidades de Belém e Marabá.

<sup>10</sup> Visitar o trabalho de conclusão de curso: "SILVEIRA, Claudionor Gomes da. **Uma cidade submersa: memória e história de jacundá (1915-1983)**. EDUFPA, Marabá 1999." Pois aborda os impactos da submersão, a cultura, a economia e a história da região atingida.

Quadro 02: documentos selecionados para análise

Documento Nº	Título	Periodicidade	Elaborado:
D139	Coletânea de documentos sobre a usina	1981 a 1994 Pré-1985	Eletronorte e Expropriados
D246	Relatório do segundo acampamento dos trabalhadores rurais	25/04/1983 Pré-1985	Por comissões dos municípios da região de montante
D171	Breve histórico de luta	18/08/1983 Pré-1985	Comissão de Atingidos
D147	Publicação sobre a hidrelétrica e seus impactos	1984 Pré-1985	Expropriados
D159	Ata de Assembleia Geral de Fundação dos Desapropriados	01/05/1984 Pré-1985	Comissão dos Desapropriados
D158	Cartas para o CERIS (ajuda de custo)	04/12/1983 e 15/12/1985 Pré-1985	Comissão dos Desapropriados
D169	Dossiê “aparado histórico geral”	1989 Pós-1985	Movimento dos Desapropriados
D149	Carta Aberta “mosquitos no reservatório”	04/03/1991 Pós-1985	Entidades atuantes (Sindicatos, Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem)
D167	Ata de reunião na sede social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí	07/04/1991 Pós-1985	Movimento dos atingidos por barragem

D145	Ata de reunião: “planejamento das lutas na região”	21/04/1991 Pós – 1985	Atingidos por barragem
D151	Jornal Resistência – Tucuruí: “relatos de um povo abandonado”	Abril de 1991	Igreja
D148	Relatório do Encontro Nacional dos Trabalhadores	26/06/1991 Pós-1985	Movimento Nacional dos Atingidos
D179	Ofício para a Eletronorte: “reivindicações dos atingidos por barragens”	14/07/1997 Pós-1985	Movimento “Grito de Terra Brasil”
D138	Narrativas poéticas de uma expropriada	Sem data	Desapropriada do Velho Repartimento/P A

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Tais documentos foram selecionados com o propósito de sistematizar dados das principais lutas empreendidas pelos expropriados pela UHE de Tucuruí, captando o máximo de elementos inscritos nesses documentos que possam configurar a dimensão político-educativa dos processos, haja vista ser o diferencial desta pesquisa.

No quadro 02, referente à segunda etapa da pesquisa, podemos observar que os documentos possuem uma ordem cronológica, sendo divididos em Pré-1985 e Pós-1985, essa divisão se deu justamente para enfatizar a modificação do próprio grupo dos expropriados, que inicialmente é composto por comissões municipais em conjunto aos sindicatos, igreja e universidade, até chegar ao Movimento Nacional de Atingidos por Barragens<sup>11</sup>.

<sup>11</sup>É de importância destacar aqui, que este movimento nacional não se tornará objeto de análise nas próximas seções desta pesquisa, pois o estudo se aprofunda ao movimento dos expropriados da região de montante da UHE de Tucuruí e não sobre os demais atingidos por barragens no âmbito

Outro ponto importante nesta etapa foi em organizar a periodicidade dos documentos, entre o período pré-1985 no qual em sua maioria retratam sobre as primeiras mobilizações, lutas, acampamentos, organizações e fundação do movimento dos expropriados e pós-1985 que abordam as conquistas do movimento, as frustrações de direitos não conquistados e suas “novas” perspectivas.

Na terceira etapa, se deu por meio de quadros categóricos, pois através deles as informações contidas nos documentos ficaram de melhor entendimento, assim facilitando na análise de documentos que possuem elementos essenciais para a reconstituição da memória dos expropriados.

### **1.3.5 Sistematização e Análise de dados**

Neste momento da pesquisa, ancorou-se na premissa de que algumas categorias analíticas precisam ser preliminarmente conceituadas, de modo que possibilitaram orientar a busca e a organização dos dados a serem coletados nos arquivos. Sendo que as bases teóricas já definidas como Educação, Movimento Social e Memória, oportunizam análises a serem obtidas através do documento.

Este tipo de entendimento está intrinsecamente ligado à análise do discurso, no qual deve superar os limites da língua em que o documento foi produzido. Essa alusão faz referência especificamente ao contexto sócio histórico e ao simbolismo.

Castoriadis (1982) nos chama atenção para o entendimento acerca da sociedade em que ela está estruturada como uma rede simbólica onde as ações individuais e/ou coletivas compartilham significados que através da linguagem (especifica de cada grupo social) representam-se e tecem intenções, afetos e visões de mundo.

O discurso em si, caracteriza um modo de entendimento da linguagem em que se refere a atividades ou ações de sujeitos inscritos em contextos determinados. Para o entendimento do discurso se deve realizar associações, haja vista que ao analisar de maneira isolada, perde-se o entendimento real do documento ou distancia-se dessa realidade.

Enriquez (1996, p.18), amplia esse entendimento no sentido que para ele:

---

nacional. O documento usado que tem esse perfil amplo de atingidos, possui momentos importantes para reconstituição da memória dos processos de mobilizações e lutas do desapropriados da UHE.

O discurso de cada sujeito contém as construções fantasmáticas dos grupos sociais em que ela se insere, além de conter suas próprias lembranças, inibições e representações. O discurso é, então, atravessado pelo imaginário social, pelo imaginário individual, pela simbólica social (os grandes mitos, as angustias fundamentais) e pelas tentativas da simbologia individual.

Portanto, ao se realizar este tipo de análise, o pesquisador se depara com as condições de produção do discurso, que em suma referem-se na construção do sujeito e o contexto vivido, na pesquisa, essas condições da produção discurso eram bem complicadas de defini-las, justamente devido os documentos trazerem, fragmentos, ou apenas como forma de informação.

Os documentos os quais podemos destacar o discurso desses sujeitos, foi a Coletânea de documentos sobre a usina elaborada tanto pela Eletronorte quanto os expropriados que codifico na tabela 02 como D139, também estão presentes o discurso dos sujeitos nos arquivos: relatório do segundo acampamento dos trabalhadores rurais; carta para o CERIS (ajuda de custo); carta aberta “mosquitos no reservatório”; ata de reunião: “planejamento das lutas na região” e narrativas poéticas de uma expropriada, codificados em D246, D158, D149, D145 e D138<sup>12</sup>.

Este trabalho, também, baseou-se na análise de conteúdo, posto que para o entendimento do documento de maneira ampliada, optou-se por utilizar essas duas formas de análise: discurso e conteúdo. Vale ressaltar que não serão usadas como técnicas isoladas, mas sim complementares.

A análise de conteúdo foi usada no momento no qual precisava descobrir qual o período em que o documento se travava para fazer as inferências e a construção da memória coletiva, então se usou o entendimento do contexto no qual o documento estava se referindo.

Segundo Bardin (2006, p. 38) essa forma de analisar o documento nada mais seria que “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. O objetivo da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e/ou de recepção, sendo os seus indicadores quantitativos ou qualitativos.

---

<sup>12</sup>Os documentos estão codificados dessa forma, justamente para conciliar com o banco de dados catalogados no acervo de SILVA, M. G. (2019).

Chizzotti (2006, p.98) reitera que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente os sentidos das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Flick (2009), Bauer e Gaskel (2008) afirmam que os materiais textuais escritos são os clássicos para análise de conteúdo, tanto que são esses os documentos presentes na análise feita nesta pesquisa, apesar de que na primeira etapa existia outro tipo de fonte além os escritos, que no caso eram os áudios das fitas.<sup>13</sup>

Para realizar a análise de conteúdo, desenvolvi algumas etapas, sendo a primeira, após o momento de catalogados e sistematização, realizei pré-análise dos documentos, apenas lendo a síntese de cada um deles que possuíssem os seguintes descritores: expropriados, movimento social, acampamentos e reuniões, justamente para fazer uma organização cronológica dos fatos sociais.

Após a pré-análise do material já selecionado, optei por explorar as informações contidas nele, na qual me preocupava acerca principalmente se o documento tratava sobre a região de montante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pois o meu objeto de pesquisa se caracteriza a partir da luta dos sujeitos advindos dessa área.

No que tange-a o tratamento do material, realizei inferências nos documentos nos quais entravam em contradições e interferências no sentido de qualificar ainda mais o documento para o leitor possuir condições de fazer a sua própria análise do que esta sendo tratado.

Portanto, as técnicas de discurso de análise e conteúdo de análise, possuem como propósito ultrapassar o senso comum do subjetivismo, afastando-se de uma descrição simples do documento, e alcançando o rigor científico necessário, entretanto, de maneira flexível e dialética.

---

<sup>13</sup>Esse tipo de fonte documental, não foi utilizado justamente para complicar no momento de realizar as interfaces com os documentos escritos que possuíam uma versatilidade maior para dialogar com os autores, apesar de também sentir a dificuldade em categorizar e sistematizar tais documentos.

## **II SEÇÃO: PROCESSO DE MOBILIZAÇÕES, LUTAS NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DA UHE TUCURUÍ: mediações e estratégias político-pedagógicas**

### **2.1 Contexto sócio-histórico de implantação da UHE de Tucuruí e seus impactos na região de montante.**

Este período entre 1964 e 1985, o Brasil passou por excessivos acontecimentos que em grande parte refletiu e definiu no país que se tornou hoje, fatos que inclusive, ainda, provocam debates acerca dessa temática. A economia cresceu, levando o País para o oitavo maior PIB (Produto Interno Bruto) a nível mundial, e juntamente com esse crescimento, contraditoriamente, cresceram as desigualdades sociais e a violência no âmbito nacional, alimentadas em boa parte pela violência do Estado.

Um ponto importante desse período que sustenta este trabalho foram os movimentos sociais. Vigidos e reprimidos conforme a lógica da “segurança nacional”, não desapareceram, pelo contrário, tornaram-se mais diversos e complexos. Expressão de uma sociedade que não ficou completamente passiva diante do autoritarismo, segundo Napolitano (2014) no livro “1964: História do regime militar brasileiro”<sup>14</sup>. Tendo o entendimento de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla associação civil militar, conservadora e antirreformista, pauta-se a obra acima referendada.

O golpe, segundo Napolitano (2014) foi resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, que diante disso, marcou-se por embates de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria deu sentido e aprimorou os conflitos internos da sociedade brasileira, promovendo posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo.

---

<sup>14</sup> Nessa obra o autor percorre a extensa trajetória do regime em uma narrativa que tentou, ao máximo, privilegiar os eventos, processos e personagens, evitando digressões teóricas e historiográficas. É um livro que encara a difícil tarefa de escrever para estudantes e pesquisadores em apreender o passado a partir das clássicas perguntas: quem, quando, como e onde. Narrativas essas “factuais”, entretanto, o autor na tentativa de se posicionar em relação aos principais temas do debate atual, defendendo pontos de vista baseados na pesquisa documental e na releitura crítica da historiografia consolidada sobre o golpe o regime militar.

Nesta visão de mundo marcada pelo anticomunismo visceral, qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, ainda que a partir de reivindicações justas, poderia ser uma porta de entrada para a “subversão” comunista. Ao mesmo tempo, a Doutrina de Segurança Nacional deu novo élan ao velho comunismo local, permitindo e justificando, em nome da DSN, a manutenção de velhos privilégios econômicos e hierarquias sociais (NAPOLITANO, 2014, p. 13).

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) surgiu no segundo pós-guerra, sintetizada pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA, propagado pela Escola Superior de Guerra no Brasil, tornou-se uma das agências de fomento de repressão para com qualquer tipo de organização em grupo, posto que a partir da Revolução Cubana (1959), a América Latina era um dos territórios privilegiados da Guerra Fria. Neste sentido, o papel dos exércitos nacionais deste continente era alinhado ao bloco capitalista liderado pelos EUA, que deveriam primordialmente cuidar da defesa interna contra a “subversão comunista infiltrada”.

Dessa forma, segundo Napolitano (2014), a fronteira a ser defendida passaria a ser ideológica (e não mais geográfica) e o inimigo seria, primordialmente, um “inimigo interno”, que poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo.

De acordo com Bambirra e Santos (1988), o regime militar teve como características: o prevaletimento dos interesses da burguesia monopolista e nacional e estrangeira, em aliança com as antigas oligarquias; a implementação de uma política econômica que passou a ser exercida por uma burocracia e tecnocracia civil e militar, oriunda das classes médias e identificada com os interesses do regime, sob os interesses intitulados como desenvolvimento e segurança nacional.

Fruto desse regime e em conjunto com o crescimento do PIB naquele período, foram definidas de forma tecnocrata e centralizadora os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND), tendo como alguns de seus objetivos : colocar o Brasil, no espaço de uma geração na categoria de nação desenvolvida; expandir o PIB; duplicar a renda *per capita* do país, até 1980 em comparação com 1969; Investimentos nas áreas da siderurgia, petroquímica, transporte construção naval, energia elétrica e mineração.

Para isto, presumia na taxa de expansão de emprego de 3,2%, redução da taxa de inflação até o nível de 10%; manutenção de taxas anuais de crescimento do

PIB de 8 a 10%; propagação dos resultados do progresso econômico em termos sociais e regionais; estabilidade política e segurança interna e externa (Brasil, 1971).

O I PND foi elaborado durante um movimento cíclico chamado como milagre econômico, que segundo Furtado (1981) esse extraordinário crescimento no qual ficou conhecido como o “milagre econômico” se deu por meio da produção manufatureira brasileira, e este processo ocorreu sem que operassem modificações significativas na estrutura do sistema, ou sem que este alcançasse níveis altos de capacidade de autotransformação.

Os projetos de desenvolvimento do I PND seriam completados com o Programa de Integração Nacional (PIN), cujos objetivos eram na construção da Rodovia Transamazônica e colonização das regiões por elas cortadas, haja vista que essa região do país era considerada como um vazio demográfico, e que por meio desse programa viabilizaria uma rota migratória, principalmente para nordestinos, justamente no sentido de “integrar para não entregar”<sup>15</sup>. Tal programa instituído pelo decreto de lei 1.106 em 16 de Junho de 1970 possuía como principais objetivos:

1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola para as margens do rio Amazonas [...]; 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste [...]; 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado [...] de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência [...]; 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semiárida do Nordeste; 5) reorientar as emigrações de mão de obra do Nordeste em direção aos vales úmidos da própria região e a nova fronteira agrícola; 6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente a auto sustentação [...] (BRASIL, 1970, p.31).

Buscava-se, a priori, a expansão da fronteira econômica para o Norte, aproveitando a região amazônica, com cerca de 42% do território nacional, vislumbrada na época como um vasto território com potencial econômico, entretanto pouco explorado, baseados sobretudo na economia da extração, como o da borracha, minerais e madeira, correspondendo somente a 2% do PIB em relação as outras regiões do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo demográfico de 1970.

De modo geral, o I PND buscava solucionar dois problemas relativos à integração nacional: o primeiro em relação à colonização da Amazônia, a qual se

---

<sup>15</sup> *slogan* atribuído pelos militares em defesa da migração nacional para a Amazônia.

desejava explorar economicamente e ocupar, e o segundo pautado, segundo à lógica militar, a questão dos fluxos migratórios, causados entre outros fatores, pela disparidade de oportunidades oferecidas entre as regiões Nordeste e Sudeste.

Segundo Smith (1982), a região Amazônica com enorme potencial de recursos hídricos e baixas densidades populacionais, era vista como válvula de escape para os movimentos migratórios do Nordeste ocasionados pelo problema da seca na região, tornando-se possível por meio do projeto de integração da rodovia Transamazônica.

Entretanto, o que se evidenciou foi somente a troca de um problema de uma região a outro, pois se o problema dos nordestinos era por conta da ausência de chuvas na região para com o trabalho de agricultura de subsistência a exemplo, na Amazônia encontrariam problemas em termos de estruturas e suprimentos básicos.

Tavares (1972) considera que o desenvolvimento do período se fez com graves pressões inflacionárias e com o aumento do desequilíbrio externo e das desigualdades regionais, conseguiu manter um ritmo de crescimento elevado na época em que o processo de substituições de importações avançou até níveis de integração industriais maiores.

Tem-se assim, um avanço promissor no processo de substituições de importações nesse período. No entanto, em fins de 1973, a manutenção deste ciclo expansionista dependeria cada vez mais de uma situação externa favorável. Porém, o choque do petróleo no final deste ano, elevou a taxa de inflação interna e conseqüentemente tornou-se a situação externa mais adversa, assim prejudicando no ciclo expansionista.

O Brasil, em especial, diante da condição externa desfavorável, precisava atentar-se para as medidas a serem adotadas no combate dos problemas recentes. Então, no Governo de Ernesto Geisel, apresentou o II Plano Nacional de Desenvolvimento visando promover mudanças em setores estratégicos que seriam capazes de promover mudanças capazes de reerguer a economia.

O II PND mudou a ênfase do desenvolvimento para indústria de bens de capital, o plano buscava a preservação do modelo de desenvolvimento, admitindo que continuidade do crescimento exigisse uma “reconstrução estrutural”. O plano realizou alterações nas prioridades de industrialização, sendo principalmente o s

setores de meios de produção, como a da indústria siderúrgica, máquinas e equipamentos, sendo as empresas estatais os agentes principais dessa transformação.

O plano deu ênfase ao combate a inflação, a exploração o potencial elétrico e a continuação da substituição de importações. Segundo Sandroni (2000), o II PND se prontificava em transformar o País em uma “potencia emergente” deslocando-o do Terceiro mundo para o cenário de países altamente industrializados.

Nesse contexto, a Amazônia passou a ser considerada como uma área de grande potencial energético, desde esse período eram previstas, entorno da construção, varias usinas hidrelétricas como em Tucuruí- PA, Balbina –MA, Madeira (Jirau e Santo Antonio)- RO e Belo Monte- PA. Dentre elas, apenas a de Tucuruí foi implantada no período autoritário do regime militar, em vigor no País.

A divulgação e reconhecimento desse potencial contou com a ajuda da mídia local de Tucuruí, que propagava a ideia para os grupos locais da região de que a construção da Usina Hidrelétrica era sinônimo de progresso .

A empresa do setor elétrico, ao perceber que alguns grupos locais não apoiaram a ideia, passaram a usar de artifícios como a entrega de informativos por meio dos quais propagavam a ideia de que a Usina não era só importante para o desenvolvimento do País e da região, como iria trazer progresso para as comunidades locais.

Os outros atores sociais, no caso do prefeito e dos deputados estaduais e federais, com atuação nacional e estadual também foram informados sobre a construção da UHE de Tucuruí, porém tiveram pouco espaço para discutirem com os representantes da empresa de energia no contexto da implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Isso na prática adiou os conflitos, que só começaram a se mobilizar quando ações expropriatórias da empresa do setor elétrico estavam se consolidando.

Segundo Silva (2006, p. 14) “é praticamente inexistente qualquer referência a uma preocupação da empresa com relação ao deslocamento da população. Os espaços precisavam ser desocupados para atender a lógica utilitária da empresa”. Neste sentido, é possível exemplificar com o episodio marcado como consequência

desses deslocamentos, que foi o conhecido como a “praga dos mosquitos”, na Gleba Parakanã. Vale destacar o artigo intitulado “UHE-Tucuruí: desterritorialização e degradação ambiental. O caso da Gleba Parakanã (PA) na Amazônia brasileira”, nele é possível conhecer uma análise mais detalhada dos impactos socioambientais desse fenômeno, decorrente da formação do grande lago de Tucuruí. No texto analisa a proliferação dos mosquitos na Gleba Parakanã no contexto dos processos de desterritorialização e de deslocamentos compulsórios relacionados à construção da UHE Tucuruí, enfatizando a saga da redesterritorialização desta comunidade frente ao problema socioambiental causado pela proliferação de insetos.

A Gleba Parakanã localiza-se no município de Novo Repartimento, no sudeste paraense, à margem esquerda do trecho desvio da BR-230 - Transamazônica e, da reserva indígena dos Parakanã, entre os rios Tucuruí e Bacurí. Por via rodoviária, o principal meio de acesso à Gleba, situa-se cerca de, aproximadamente, 47 km do município de Tucuruí.

O barramento do rio por meio de objetos técnicos, alterou substantivamente o ecossistema biofísico<sup>16</sup>, o que impactou uma enorme quantidade de variáveis ambientais, como também rompeu com formas tradicionais de relações materiais e/ou simbólicas existente entre o ser humano e natureza, pois aquele rio expressava uma série de qualidades simbólicas inscritas no universo cultural dos diversos grupos sociais locais, que ali viviam.

De acordo com Silva (2018) Próximo à Gleba Parakanã, toda uma área de vegetação natural foi inundada, devido à negligência em relação ao processo de desmatamento da área que foi inundada, sem um estudo prévio sobre os impactos que poderiam ocorrer. Tal efeito, também se deu no próprio lago, pois se formou um novo ambiente aquático, onde o processo de eutrofização da água tomou conta do reservatório.

Devido a degradação descontrolada no ecossistema natural, a decomposição de toda a matéria orgânica inundada contribuiu para provocar a proliferação dos mosquitos.

---

<sup>16</sup>As informações encontradas na bibliografia referente à problemática de Tucuruí e os depoimentos de atores que vivenciaram o processo, indicam que o meio ambiente biofísico sofreu perdas de recursos naturais, patrimônio paisagístico, assim como contribuiu para o desaparecimento de espécies vegetais e animais típicos da região.

Além da questão do movimento duplo de desterritorialização na qual os expropriados sofreram<sup>17</sup>, ainda haviam conflitos sociais entre os expropriados que foram deslocados para a Gleba Parakanã, com os indígenas Parakanãs. Que de acordo com Silva (2004, p.2) “As terras indígenas foram apropriadas, não pelo camponês nelas assentado, mas por aqueles que articulam o grande projeto de investimento. O camponês, só mais tarde vai instituir novas formas de organização social naquele território”. Neste sentido da nova organização socioespacial os conflitos por terras entre esses dois grupos se tornaram cada vez mais tênues.

Outro autor (a) que contribuiu para o acúmulo de conhecimento teórico e epistemológico acerca da implantação da UHE Tucuruí foi Acserald (1991), que em “Planejamento Autoritário e Desordem Socioambiental Na Amazônia: Crônica do Deslocamento de Populações Em Tucuruí”; Acserald (2010) em “Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí”, problemática uma diversidade de situações e ocorrências decorrentes dessa implantação, com impactos severos nos modos de vida e dinâmica dos territórios de suas áreas de abrangências. Esses trabalhos retratam a reorganização espacial e a lógica do capital no sentido da apropriação dessas terras por meio do estado.

Para o autor essa forma de deslocamento e reorganização do espaço é incongruente, pois a repartição por critérios geofisiográficos afigura-se a um efeito oposto as realidades socioculturais específicas de cada grupo social (camponês, indígena, seringueiros, lavradores, pescadores, dentre outros que existem na região amazônica). Para Acserald, estes grupos não foram contemplados com políticas públicas que levassem em consideração a diversidade sociocultural da região, como, sobretudo, ser ouvidos como atores sociais importantes para a construção de alianças capazes de reerguer limites reais a desordem socioambiental.

.O projeto da implantação da usina se baseou no progresso da produção de alumínio, o que era visto como o crescimento econômico para o Brasil, entretanto os

---

<sup>17</sup>Neste caso, refere-se aos expropriados da cidade de Jacundá (cidade está que foi completamente submersa), que foram deslocados compulsoriamente para a Gleba Parakanã e posteriormente para a comunidade de Rio Gelado, devido o problema com os mosquitos, como também pelos conflitos com os Indígenas Parakanã que eram os únicos habitantes da região antes da formação do grande lago de Tucuruí.

sujeitos empreendedores nada fizeram em termos de políticas compensatórias, o que foi se evidenciando,

Na medida em que o desenvolvimento, simbolicamente representado na região de Tucuruí pela construção de uma das maiores hidrelétricas do mundo, não foi capaz de incluir locais no seu planejamento (SILVA, 2006, p.14).

A partir da primeira metade dos anos de 1980 começaram a emergir inúmeras mobilizações de grupos locais, justamente quando a empresa de energia começou a realizar os deslocamentos, a partir de quando os grupos começaram a entender que o progresso tão mencionado antes da implantação da Hidrelétrica, não contemplava o desenvolvimento das populações locais, mas sim para as grandes empresas multinacionais, dessa forma gerando as primeiras mobilizações.

Podemos inferir isso no documento denominado “coletânea de documentos sobre a usina e desapropriados”, que foi codificado sob o número D139. Trata-se de diversos documentos elaborados por meio dos expropriados e pela Eletronorte. Neste caso o arquivo analisado que compõem essa coletânea é uma espécie de informativo que foi produzido pela empresa de energia, com a seguinte manchete: “Tucuruí, urgente. Tudo o que você precisa saber sobre a hidrelétrica e suas consequências”.

Ainda sobre esse documento, ele possuía como estratégia política a expansão de informações para a sociedade civil um discurso pautado no discurso do progresso e do desenvolvimento, evocando a existência de estudos que comprovavam que a implementação da Usina era bom para todos. Acerca da expansão da informação, podemos perceber na passagem do texto em que diz assim, no informativo: “leia com atenção, e comente com os seus familiares, amigos, vizinhos e colegas” (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS SOBRE A USINA E DESAPROPRIADOS, p.20, sd).

Apesar de não possuir uma data específica, posso inferir que este documento foi elaborado em 1984, meses antes da implantação, pois usou o termo “vindouro”, após mencionar que o enchimento do lago seria em setembro, dessa forma faz mais sentido essa periodicidade, justamente porque no ano de 1984, o grupo dos expropriados estavam em um patamar de organização a nível nacional, ou seja, as pressões estavam ficando mais intensas naquele período, justamente porque nessa periodicidade os expropriados já haviam realizado algumas manifestações, reuniões

e acampamentos, por isso a necessidade de divulgar a ideia de progresso e desenvolvimento.

Nesse momento, destaco algumas informações que achei pertinente para entender posteriormente toda a indignação dos expropriados em relação a empresa de energia, como: “os peixes não vão morrer. Os peixes terão todas as condições no reservatório e abaixo dele” (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS SOBRE A USINA, 1981-1984, p.20), entretanto no documento denominado de “ata de reunião: planejamento das lutas na região”, elaborado em abril de 1991 por meio do movimento dos desapropriados. Podemos verificar que essa proposta não foi levado em consideração, pois os expropriados colocaram em pauta dessa reunião a necessidade da empresa do setor elétrico construir a “escada” dos peixes para a sua reprodução, pois algumas espécies estavam ficando escassas e outras só estavam conseguindo se reproduzir no chamado olho d’água, que se localizava dentro do reservatório de água.

Nos trechos:

não existe veneno algum na área que vai ser transformada em lago nenhum, sim, muitos boatos a respeito. Mas apenas boatos. Nenhuma verdade; a floresta não vai apodrecer. Com base nos estudos realizados pelos cientistas do INPA, chegou-se a conclusão de que a água do reservatório será de boa qualidade, inclusive para a vida dos peixes, até abaixo da barragem; quem diz isso não é a Eletronorte. São os estudos e conclusões das mais respeitadas instituições científicas dos pais; a luz farta dificilmente faltara como antes. Eletricidade é perigos (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS SOBRE A USINA, 1981-1984, p.20-21)

Nessa narrativa, registrada em documentos da empresa do setor elétrico. referendados no documento D139, revelam a ideia “vendida” pela Eletronorte em relação a implementação da Usina, mas será que foi assim mesmo durante a construção e abertura? Elementos que buscam responder essa questão estão sistematizadas no próximo tópico e na III seção.

Após essa explanação do contexto sócio-histórico de forma ampla, na qual trabalhou nesse período de redemocratização do país, projetos de integração nacional e economia, irei aqui especificar o caso da região de montante da usina de Tucuruí, pois os impactos sofridos nessa localidade, nada mais foram que os reflexos da política nacional de integração e “desenvolvimento” na Amazônia.

## **2. 2 A configuração sócio- territorial da área de montante da Hidrelétrica Tucuruí**

Como já informado no tópico “Contextualização documental da área referente à Pesquisa”, a montante engloba municípios da mesorregião sudeste paraense, que foi atingida de maneira direta com a formação do lago reservatório, a exemplo a cidade da Velha Jacundá, que teve sua historicidade totalmente comprometida, em que pese a sua grande importância social, cultural e econômica na região, e que após a formação do grande lago reservatório, mudou completamente a sua realidade.

A velha Jacundá, que passou a ser conhecida como “a cidade submersa”, segundo Silveira (1999), um historiador que em seu trabalho de conclusão de curso denominou dessa maneira. A velha Jacundá foi criada no ano de 1961, através da Lei nº2. 460, de 29 de Dezembro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de Dezembro de 1961, obteve a sua emancipação política, pois até então era administrada pelo município de Itupiranga, desde 1948, haja vista que se situava nos limites espaciais do referido município.

Jacundá era uma cidade muito fértil para os moradores, pois segundo Silveira (1999), até o último dia antes de serem expropriados de suas terras, os jacundaenses extraíam diamantes por meio da garimpagem, atividade muito comum nesse território, assim como a agricultura e a pesca.

Além de toda essa riqueza material/natural Jacundá possuía sua identidade marcada por uma cultura da solidariedade entre as famílias de ajudas mutuas, assim como também um imaginário simbólico interessante de lendas e crenças como demarca Silveira (1999) sobre o “encantado”, a “matinta pereira”, a “cobra grande” e o “negro d’água”.

A partir do Programa de Integração Nacional (PIN) e da construção dos grandes Projetos na Amazônia, em especial a criação de rodovias como a PA-150 e a UHE de Tucuruí, a vida dos jacundaenses, da velha Jacundá mudou completamente, pois Silveira (1999, p.92) afirma que:

o deslocamento teria provocado uma transformação radical na vida desses trabalhadores, os quais deixaram de ser senhores de si e de seus costumes e valores e passaram à condição de “estrangeiros”, numa terra de estranhos, sendo que seus destinos começaram a ser traçados por

elementos insensíveis aos seus problemas e angústias, alheios à sua realidade.

De acordo com a narrativa acima, essas transformações deram origem à insatisfações e angustias, pois a realidade desses grupos era bem diferente antes do deslocamento compulsório<sup>18</sup>, pois havia uma dinâmica social, cultural e econômica própria e que após esse deslocamento foram obrigados a mudar as suas relações com o novo território que teriam que construir.

Portanto, pensar a historicidade da velha Jacundá é pensar nos expropriados da UHE Tucuruí, pois os objetivos das lutas estão para além da apropriação material espacial, pois junto com a formação do grande lago da usina afundaram-se casas, roçados, vegetações para a agricultura, modos de vida, mas não as memórias daqueles que foram expropriados de suas terras e sofreram o impactos da construção desse grande projeto de investimentos.

No subitem a seguir vamos tratar, com base nos registros documentais, de memórias dos processos de luta e resistência dos expropriados, identificando seus mediadores e as estratégias político-pedagógicas que foram utilizadas.

### **2.3 Mobilizações, Lutas: mediadores e estratégias político-pedagógicas**

Neste tópico busco analisar processos de deslocamentos compulsórios de grupos sociais da área de montante, suas estratégias de resistência que foram se constituindo por meio, inicialmente, de processos de mobilizações e lutas empreendidas pelos expropriados e apoiados por mediadores e parlamentares. Analisa-se também várias estratégias político-pedagógicas que foram utilizadas como ferramentas políticas de construção coletiva, como acampamentos, passeatas, greve de fome, reuniões, e que foram utilizadas como instrumentos de lutas e fazem parte das memórias expropriados.

Os documentos que foram consultados, a maioria faz parte do acervo pessoal de minha orientadora que ao longo de suas pesquisas acumulou diversos materiais com conteúdos de grande importância, tanto que para selecioná-los ocorreram

---

<sup>18</sup> Tal nomeação se dá, devido ao fato de que os grupos sociais locais que residiam na região submersa do reservatório da UHE de Tucuruí, foram submetidos por meio da empresa de energia a se deslocarem a lugares adversos e descentralizados entre eles, assim de forma compulsória, ou seja, sem a possibilidade de exigirem ir a um lugar de preferência ou a opção de permanecerem em seus territórios de origem.

dificuldades para a escolha do material mais adequado para ser analisado, haja vista que se tratava de um universo 260 documentos impressos e 60 auditivos.

Início esta reconstituição com o documento elaborado por uma expropriada do velho Repartimento, que mesmo não possuindo escolaridade buscou traduzir por meio de uma narrativa poética, diferentes contexto da memória de luta da qual fez parte na condição de expropriada, e que é utilizada como uma das fontes de análise, conforme sistematizado no quadro abaixo:

**Quadro 03: Deslocamento compulsório**

<b>Documento</b>	<b>Narrativas poéticas de uma expropriada: processo de deslocamento compulsório.</b>
<b>D138</b>	<p>No ano de setenta e oito  Aqui no Repartimento  Chegou a turma Bezevi  Fazendo levantamento  Mandado da Eletronorte  Fez o povo ficar doente (verso 1).</p>
<b>D138</b>	<p>Proibiram os colonos  De fazer suas plantações  Se fizer perde seu tempo  Porque indenização  Com prazo de noventa dias  Precisamos deste chão (verso 2).</p>
<b>D138</b>	<p>Os pobres dos lavradores  Sem saber o que fazer  Saíram de suas terras  Já em tempo de morrer  Sem destino onde ir  E o que vamos comer? (verso 3).</p>

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Na narrativa acima, no denominado verso 03, a narradora sintetiza o começo de uma saga duradoura que foi o processo de deslocamento que os moradores, no caso do Velho Repartimento, hoje Novo Repartimento, sofreram a partir do anúncio por parte de representantes da Eletronorte, que precisavam sair de suas terras. “Bezevi”, na realidade o BASEVI, foi um grupo contratado pela empresa de energia para realizar o levantamento simplificado da área na qual foi atingida e como também estabelecer os critérios de indenização.

De acordo com o Relatório da WCD:

O processo indenizatório foi bastante problemático, à medida que a Eletronorte se pautou em critérios de eficiência administrativa e financeira, cuja base de sustentação foram os procedimentos jurídicos e a noção de tempo condicionada ao prazo de construção da UHE Tucuruí. Os critérios de avaliação dos bens, para efeito de indenização, levaram em consideração unicamente os aspectos materiais, abstraindo a valoração do trabalho investido no trato com a terra, os valores afetivos e simbólicos, ou seja, a lógica cultural, as condições sociais e históricas das populações locais. E àqueles que não concordassem com esses critérios indenizatórios ou com as áreas para onde seriam deslocados, era sugerida a assinatura de um termo de desistência (RELATÓRIO FINAL, 2000, p. 4.).

Percebe-se a partir do relatório, como também nos versos do Quadro 03, que o processo de indenização foi conturbado, pois não foram levadas em consideração as outras questões sobre os pontos de inundados, somente usando o critério material e acerca do tempo na qual a Usina Hidrelétrica se instalou.

Segundo relatos documentais foram negados aos colonos o direito de fazerem novas plantações justamente para que não entrasse como um acréscimo no processo indenizatório como podemos verificar na passagem narrada no verso 02, do mesmo quadro: “proibiram os colonos, de fazer suas plantações, se fizer perde seu tempo”.

Essa proibição colaborou para que os moradores da região experimentassem uma crise socioeconômica, pois como afirma logo em seguida “precisamos deste chão”, ou seja, o modo de vida daquele povo estava pautado em uma relação direta com a natureza e de seus elementos.

Crítérios como a valoração do trabalho investido, a exemplo de alguns expropriados que trabalhavam na agricultura de subsistência a décadas não eram pontos relevantes, segundo a Eletronorte, como critérios indenizatórios, assim como questões culturais, simbólicas e as relações sociais e/ou de pertencimento da

população local, não foram considerados, se configurando, dessa forma em uma indenização que além de não contemplar os danos causados pela empresa aos colonos, não incluiu critérios no campo da subjetividade.

O documento identificado como “Breve histórico de luta”, produzido por meio dos expropriados, que aqui neste trabalho atribuo a nomenclatura de D171, é um impresso que retratou de forma breve o histórico acerca dos problemas enfrentados e as lutas dos atingidos<sup>19</sup> pela hidrelétrica de Tucuruí, datado de 18 de agosto de 1983, tinha como objetivo além de divulgar amplamente a realidade vivenciada pelos expropriados, fazer a sua publicação em uma revista<sup>20</sup> de circulação, informando toda a problemática ocorrida naquele período.

Esse documento trata então da relação tensa e conflituosa com a empresa de Energia e a situação dos colonos<sup>21</sup> ao descrever que:

As mobilizações dos atingidos exigem, terra, casa e indenização do tempo em que foram proibidos de plantar, inúmeros acordos foram feitos com a Eletronorte, mas os cumprimentos só acontecem quando os atingidos pressionam (BREVE HISTÓRICO DE LUTA, 1983, p.01).

A narrativa revela bem as insatisfações e os problemas que aqueles indivíduos sofreram no processo de expropriação.

Outra situação que provocou muita tensão foi aquela relacionada com à questão das localidades que a Eletronorte definia para deslocar os expropriados, pois era de maneira difusa, inicialmente sem a participação dos expropriados. De

---

<sup>19</sup> Denominou-se de atingidos nesse momento da pesquisa por dois motivos, o primeiro é porque o documento analisado “breve histórico de luta”, se refere dessa forma os expropriados, e o segundo entendimento é que esse termo possui uma concepção ampliada dos grupos sociais que foram penalizados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, englobando os expropriados da região de montante, os afetados na região de jusante e todos os que foram atingidos pelo usina de energia elétrica.

<sup>20</sup> Durante o processo de pesquisa não foi encontrado algum material que indique a publicação dessa revista, porém no documento D171, informa o orçamento financeiro que estipulava a impressão de 3.000 revistas. O orçamento, contava com 20 filmes slides mais o valor do filme e revelação entorno de Hez\$ 2.058,00; 6 filmes negativos no valor de Hez\$ 114,00; 10 diárias do fotografo no qual incluía passagens Belém a Tucuruí, Cametá mais a circuvizinhaça no valor de Hez\$ 670,0; Previsão de composição, ilustração e arte final Hez\$ 3.727,00; Impressão da revista Hez\$7.099,00; Esse total em dólar convertido naquele período, ficaria entorno de \$17.995,00.

<sup>21</sup> É interessante destacar, que em alguns momentos colonos e expropriados estão com os sentidos diferentes, a de que o colono advém da figura do colonizador e o expropriado no sentido das populações tradicionais que também habitavam a região. Em outros momentos, colonos e expropriados se tornam uma única unidade, mas isso só se dá a partir das lutas do pós-1985, quando esses grupos percebem, que ganham mais força e visibilidade ao se tornarem um único coletivo, atribuo a isso com uma das estratégias político pedagógicas de luta. Essa identidade de colono, se dá também pelo fato de que esses sujeitos migraram para a Amazônia atraídos pelo Programa de Integração Nacional, de origens da região nordeste e sudeste do país, por isso essa autodenominação de colono.

início foi definida a cidade “construída” denominada de Nova Jacundá, e que para lá só iriam os que residiam na Velha Jacundá, entretanto, após a formação do lago, surgiram outras necessidades de deslocar compulsoriamente os expropriados.

Foram deslocados para a Gleba Parakanã, Rio Gelado, Novo Repartimento e Tucuruí, todos na região de montante. Assim, a forma de relocar a população acabou funcionando como uma estratégia política da empresa para segregar os atingidos para que não impedissem o barramento do rio Tocantins, a formação do grande lago.

O sentimento de desapropriação e o desconhecimento acerca para onde seriam relocados entristeceu os colonos, justamente por mudar a dinâmica social, como podemos inferir no trecho do verso 03 do quadro 03, “os pobres dos lavradores, sem saber o que fazer, saíram de suas terras, já em tempo de morrer, sem destino onde ir, e o que vamos comer?”.

Esse sentimento de preocupação advém da organização da produção do espaço, na qual esses sujeitos denominados de lavradores passaram uma vida se organizando de uma determinada forma para o seu auto-sustento e em alguns anos após a inserção da Eletronorte na região, tudo se modificou tendo que se organizar de outra maneira em outro espaço, por isso o questionamento “o que vamos comer?”, no caso dos pescadores que se deslocaram para regiões distantes do rio Tocantins, se aproximando de estradas, e dos lavradores em regiões inapropriadas à agricultura.

No quadro abaixo, são adicionados outros elementos que compõem a memória dos atingidos sobre o processo de deslocamento e as indenizações para a população local.

**Quadro 04: Deslocamento compulsório continuação**

<b>Documento</b>	<b>Narrativas poéticas de uma expropriada: processo de deslocamento compulsório.</b>
<b>D138</b>	A turma da Eletronorte Começou a nos enganar Dizendo nós damos casa Pra vocês todos morar

	Tem gente em repartimento Que não sabe nem entrar (verso 4).
<b>D138</b>	O povo se animou A coisa vai melhorar E logo foram chamando Para poder negociar A Eletronorte saltou fora Quem quiser vai se danar (verso 5)

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Os versos dos quadros 03 e 04, remetem para situações específicas que informam a construção da memória de uma comunidade, que segundo Le Goff (2013), a memória de maneira geral tem como propriedade a conservar certas informações, remetendo-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa.

Tais informações e impressões, são perceptíveis nos versos da narrativa, como “chegou a turma Bezevi”, “fez o povo ficar doente”, “proibiram os colonos de fazerem suas plantações”, “sem saber o que fazer saíram de suas terras”, “sem destino onde ir”, “e o que vamos comer”, “dizendo nós damos casa pra todos vocês morar”, “o povo se animou”, “a Eletronorte saltou fora”, “quem quiser vai se danar”. Estes elementos grafados nos versos da narrativa expõem as dificuldades, as necessidades e os sofrimentos dos atingidos em receber os seus direitos legitimados, como também na desterritorialização.

Todo o processo de deslocamento compulsório e de relocação em um novo território, não diz respeito somente à modificação do espaço, há, segundo Costa (2011), também uma enorme perda simbólica e material impactante para essas comunidades, pois mesmo levando consigo os seus conhecimentos e os simbolismos adquiridos em uma formação indenitária cultural, construída ao longo do tempo, houve perdas de toda ordem, pois a constituição de um novo território requer uma nova organização socioespacial e cultural.

No momento da reterritorialização esse cenário mudou, pois os expropriados tiveram que se reorganizar a partir do novo ambiente no qual foram deslocados, sendo assim uma nova reconfiguração na dinâmica social, cultural e de trabalho. Como exemplo, a relação com o rio Tocantins, que possui um simbolismo de grande importância aos atingidos pela barragem.

A insatisfação da população pela forma como foram obrigados a deixar as suas terras, compulsoriamente, impulsionou os expropriados a se organizarem e se mobilizarem, para lutar pelos seus direitos legais. Tal organização se deu por meio de ajuda de sujeitos que denomino aqui como “agentes educadores”.

**Quadro 05: Primeiras mobilizações e estratégias de lutas**

<b>Documento</b>	<b>Narrativas poéticas de uma expropriada: primeiras mobilizações e estratégias de lutas</b>
<b>D138</b>	<p>Mas o nosso Pai verdadeiro  Começou nos ajudar  Mandando seus mensageiros  Pra poder nos acordar  Ai o povo se uniu  E começaram a lutar (verso 06).</p>
<b>D138</b>	<p>Aí começou a luta  Com grande animação  Com Aida e Raul  E todos da comissão  Felisberto e mais outros  E o velho Falcão (verso 08).</p>
<b>D138</b>	<p>A nossa Igreja levantou  Pra poder nos ajudar  Com toda a comunidade  Agora vamos lutar  Veio até gente de Manaus  Também dos outros lugares (verso 09)</p>

Fonte: Acervo Silva, 2017.

No quadro 05 a narrativa traz consigo elementos de grande relevância para a compreensão acerca da origem das primeiras organizações e mobilizações e luta. No primeiro trecho, do verso 06, remete a questão da religiosidade da comunidade, que na passagem “mas o nosso Pai verdadeiro começou nos ajudar”, fica evidente a presença do catolicismo, no qual esse termo “Pai” se refere a Jesus Cristo.

Isso também se dá pelo fato, de que na região de montante, em cidades como Jacundá e Jatobal, os seus habitantes possuíam, uma tradição católica. Jacundá tinha como Padroeira a Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, sendo um dos maiores e mais importantes eventos da região era o dia de homenagear a protetora da cidade, que ocorria na primeira quinzena de outubro de cada ano; os Jatobaenses, por sua vez tinham como padroeira a Nossa Senhora dos Navegantes, também outra santidade católica

Ainda no mesmo verso, a passagem faz referência aos “seus mensageiros”, que são padres e bispos da igreja católica que foram agentes mediadores e educadores de grande importância na orientação para a organização das primeiras mobilizações e lutas. Esses representantes da Igreja católica foram os agentes que deram as primeiras orientações sobre os devidos direitos que os expropriados possuíam, além do direito básico pela terra.

Assim, é possível nomear como os principais mediadores a Igreja católica, a Universidade e o Sindicato dos trabalhadores rurais e as Colonias de Pescadores, pois foram agentes ligados a essas instituições que promoveram as primeiras orientações e organizações que somaram forças com os grupos locais empreenderam um amplo processo de mobilização e resistências, marcado por conflitos e lutas.

Podemos inferir que nesse contexto de organização e mobilizações ocorreram diversos processos educativos promovidos por esses agentes educadores, se considerarmos uma concepção ampliada de educação, desde àquela apresentada por Brandão (1984, p. 3):

ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: Para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com varias: Educação? Educações.

Nesta narrativa, o autor formula uma definição de educação que de maneira geral pode ocorrer em diversos espaços. Assim nos chamando atenção acerca dos diversos ambientes que promovem à educação, não se restringindo ao escolar. Dessa forma, o autor nos permite a pensar que os ambientes como a igreja e os sindicatos promoveram a formação desses expropriados pela barragem, pois “todos os dias misturamos a vida com a educação” (BRANDÃO, 1984, p. 3).

Ainda no quadro 05, no verso 08, foram citados alguns nomes: “Aida e Raul”, “Felisberto”, “e o velho Falcão”. Trata-se de lideranças locais que contribuíram de forma efetiva na organização e nos processo de luta dos expropriados.

Podemos perceber ainda no quadro 05, o grande papel que a Igreja católica teve por meio das Comissões Pastorais de Terra e da Prelazia de Cametá, visto que é enfatizado em diversos fragmentos das narrativas poéticas como em “seus mensageiros” e “a nossa Igreja levantou para poder nos ajudar”.

No quadro abaixo, podemos identificar os primeiros episódios de lutas contra a empresa Eletronorte.

**Quadro 06: Primeiros episódios de lutas.**

<b>Documento</b>	<b>Narrativas poéticas de uma expropriada: primeiros Episódios de lutas</b>
<b>D138</b>	No primeiro acampamento A Eletronorte viu Que o negócio piorou Porque o povo se uniu Aí ficaram contente Porque muitos desistiu (verso 14).
<b>D138</b>	Mas de nada adiantou E a luta foi a frente Todos estavam zangados Por tanto enrolar a gente Então todos animados E com a comissão enfrente (verso 15).

**Fonte: Acervo Silva, 2017.**

De acordo com os documentos consultados, como o Relatório do segundo acampamento dos trabalhadores rurais, elaborado por Comissões dos Municípios da região montante, que aqui nomeio de D246, e o dossiê “aparado histórico geral” escrito por representantes do movimento dos expropriado, no qual denomino de D169, revelam a procedência dos processos de organização e de luta presentes nos acampamentos mais intensos ocorrido no pré-1985.

O primeiro acampamento organizado pelos desapropriados ocorreu no período de 08 a 11 de setembro do ano de 1982, no escritório da Eletronorte, quando conseguiram pressionar a empresa a discutir sobre os problemas enfrentados, dentre eles àqueles referentes às indenizações e direito a terra.

‘ Apesar de terem conquistados avanços irrisórios a respeito do que estava sendo reivindicado, é possível reconhecer que este momento foi de grande relevância, pois fortaleceu ainda mais o grupo dos expropriados que posteriormente se organizaram durante seis meses para o próximo acampamento, de acordo com o segundo relatório de acampamento (D246), datado em 25 de abril de 1983.

Nos documentos catalogados e selecionados, não foram encontrando mais informações sobre como ocorreu todo o processo de organização e de luta dos expropriados nesse primeiro acampamento, os escritos apenas revelam de forma sintética e com poucas informações esse momento histórico.

Podemos observar que no quadro 06, a narrativa trata de um sentimento de raiva e, ao mesmo tempo, de união entre os expropriados e colonos sentimento que ajudou a promover o avanço das lutas e se contrapor às estratégias da Eletronorte, que negavam direitos ao oferecer indenizações muito aquém daqueles que tinham direitos, mobilizados os expropriados refutavam as propostas de indenização ofertada pela empresa, o que muitas vezes acarretou em não terem direitos garantidos, fazendo assim com que alguns colonos desistissem da luta, de acordo com o verso 14, “aí ficaram contente porque muitos desistiu”, nesta passagem os sujeitos que ficaram contentes, refere-se à empresa Eletronorte, pois dessa maneira era questão de tempo (seguindo a lógica da empresa) para os demais desistissem, porém a luta apenas se intensificou, como podemos analisar no quadro abaixo os momentos de formação e organização do grupo para continuar na luta pela direitos compensatórios.

Quadro 07: a luta continua

Documento	Narrativas poéticas de uma expropriada: a luta continua
<b>D138</b>	<p>Aí teve um ato público  Em 29 de janeiro  Na casa Paroquial  Fizeram um zuadeiro  Todos que estavam ali  Pegou chuva o dia inteiro (verso 16).</p>
<b>D138</b>	<p>Aí só teve promessas  Mas nenhuma cumpriu  Fizeram reuniões  E o povo se uniu  Enfrente a SPI  A barulhada tiniu (verso 17).</p>
<b>D138</b>	<p>Uns falavam outros cantavam  Era grande animação  Fazia fila no Sol  Com os pratinhos na mão  Todos olhando para frente  As panelas de feijão (verso 23).</p>

Fonte: Acervo Silva, 2017.

O referido ato público mencionado no verso 16 do quadro 05 foi um ato de repúdio aos procedimentos executados por parte da Eletronorte e também reivindicações de direitos básicos. Neste ato, os expropriados conseguiram apenas que a empresa reconhecesse necessidade de rever a situação-problema. Entretanto, nem um compromisso foi firmado por parte da empresa de Energia,

como também nenhuma mudança realizada, como se enfatiza no verso 17: “ai só teve promessas, mas nenhuma cumpriu”.

Essa insatisfação também é retratada no documento 246, que se refere a um relatório que concede informações do que antecedeu e do que ocorreu no segundo acampamento. Tal arquivo, foi elaborado por comissões dos municípios da região de montante, como a de Itupiranga, Jacundá e Breu Branco, em 29 Janeiro de 1983 a primeira parte do relatório e a segunda parte em 25 de Abril de 1983.

É perceptivo na primeira parte desse escrito, fragmentos da memória coletiva em relação às insatisfações dos colonos acerca das promessas da Eletronorte, como podemos perceber no trecho: “companheiros eram um pano de veludo que encobria suas mãos, por baixo do pano as mão são de ferro. Portanto, lamentamos que este povo egoísta tenham nos enganados desse jeito da nossa boa fé. Agora queremos o que é nosso”

Essa referência “as mão são de ferro”, os atingidos se referiam a empresa de energia, justamente pela forma como ela conduzia o processo indenizatório, pois os acalentavam com promessas em reuniões, mas que não saiam dos documentos ou das promessas, como podemos verificar no trecho: “não adianta mais ciladas, não acreditamos mais em conversas e documentos, queremos agora o que era nosso, podem entregar de volta, do contrário vamos tomar”.

E essas insatisfações em relação à empresa se aglutinou e surgindo a seguinte ideia:

É preciso reunir todos os companheiros atingidos e acampar no pátio da S.P.I. e de lá não sair até que nossas reivindicações não se concretizem realmente, do contrário, nós ficaremos sem paz que tínhamos antes na beira do Rio Tocantins. Agora é nossa oportunidade, “ou venceremos ou continuamos nesta triste situação”(RELATÓRIO DO SEGUNDO ACAMPAMENTO, 1983).

No dia 09 de abril de 1983, ocorreu o segundo acampamento<sup>22</sup> quando as comissões de representantes de todas as comunidades atingidas pela desapropriação, se reuniram para encaminhar decisões sobre a falta de respostas de um ofício enviado à Eletronorte.

---

<sup>22</sup>O referido acampamento concentrou em torno de 2 mil colonos ocupados no acampamento, como também a participação de entidades comprometidas com a luta desse povo e a divulgação por meio da imprensa, pressionou a empresa para que repensasse acerca das indenizações, segundo o dossiê da comissão pastoral da terra/Cametá (1989).

Chegando lá, se reuniram junto com aproximadamente 60 colonos do município de Moju, que estavam acampados no prédio da Eletronorte desde o dia 28 de março do mesmo ano, de acordo com as informações obtidas no documento 246.

No dia 10 de abril de 1983, a notícia ia se espalhando e pessoas de diversas regiões atingidas começaram a chegar. Neste dia, de acordo com o documento 246, encontrava-se em Tucuruí o Deputado Federal Ademir Andrade, do PMDB, que foi convidado pelos representantes da comunidade para participar de uma reunião, na qual foi informado sobre a situação dos expropriados e também sobre o ofício<sup>23</sup> encaminhado a Eletronorte no dia 22 de Fevereiro de 1983.

Foi pedido a ele, ajuda para a alimentação dos trabalhadores acampados, denuncia e divulgação do problema com a imprensa local, no caso a rádio Floresta de Tucuruí, pois de acordo com os escritos, tal rádio se encarregou em propagar informações que marginalizassem as comissões dos expropriados, gerando pânico na cidade.

Em relação aos alimentos, o deputado estadual Itamar Francês do PMDB junto aos comerciantes locais, conseguiu arrecadar alimentos para trabalhadores, tal recurso durou cerca de três dias e o referido deputado fez um pronunciamento de apoio às comissões de expropriados, na rádio Floresta.

Porém as tensões em Tucuruí se intensificaram, pois de acordo com os escritos no referido documento, ocasionou em momentos de repressão, como podemos verificar no trecho abaixo:

O Sr. Prefeito da cidade, por sua vez, achou por bem solicitar a Polícia Federal, alegando perigo à Segurança Nacional. A Polícia Militar e a Cavalaria, sediadas em Tucuruí, já não eram suficientes para controlar a situação. A guerra psicológica estava armada. (RELATÓRIO DO SEGUNDO ACAMPAMENTO, 1983).

Enquanto por um lado a empresa de energia com a prefeitura representando a repressão e truculência, do outro, trabalhadores reivindicando os seus direitos de forma pacífica com gritos de “não queremos violência, queremos justiça. Queremos os nossos direitos: lote de 21 alqueires, casa para morar, dinheiro para trabalhar”.

Esses gritos de protestos se referem aos objetivos da luta coletiva das várias comissões de cidade da região de montante. Na qual eram exigidas casas para

---

<sup>23</sup> O referido documento encaminhado à empresa de energia, se referia a reavaliação acerca do processo indenizatório, pois não condiziam correspondia de forma compensatória aos expropriados.

morarem, terras para plantarem, nesse caso a exigência de 21 alqueires que correspondem a aproximadamente a 60 hectares, sabendo que esse espaço corresponde a ¼do que foi submerso para a criação do grande lago. Exigiram também, o dinheiro para trabalhar, haja vista que os lavradores ficaram proibidos de plantar durante dois anos, assim influenciando no sustento de suas famílias.

Foi nesse clima de conflitos, repressões e resistência, ocorreu a primeira reunião no dia 15 de abril de 1983, com o objetivo de “resolver” os problemas com os expropriados. Estavam presentes, o prefeito de Tucuruí, o delegado da polícia militar, o engenheiro da Eletronorte, técnicos da empresa e a comissão dos expropriados.

A comissão representativa e assessoria trouxeram o resultado da reunião para uma assembleia ocorrida no mesmo dia às 20 horas do horário local, para dar os informes e discutir o que o grupo iria decidir após a assembleia.

Nesse encontro, foi encaminhado aos expropriados sobre a reunião anterior, em conjunto com a empresa, prefeitura e outras entidades públicas que os atingidos deveriam organizar a agenda em reuniões por localidades afim de discutir os problemas específicos por área.

Porém essa ideia não foi bem aceita na assembleia, pois de acordo com o relatório do segundo acampamento, colocaram questões indispensáveis:

Como encaminhar o trabalho se a empresa não se definiu quanto aos lotes de 21 alqueires, a construção de casas e a indenização justa das benfeitorias? Continuamos acampados até que a diretoria da Eletronorte atenda a essas reivindicações fundamentais (RELATÓRIO DO SEGUNDO ACAMPAMENTO, 1983).

Feita a votação os expropriados decidiram a permanecer acampados na sede da empresa, justamente para terem algo materializado em relação às promessas feitas pela Eletronorte, em vista a experiência obtida no primeiro acampamento que não obteve sucesso em relação às indenizações.

Entretanto, surgiu um novo impasse, a diretoria da empresa só iria atender as exigências dos expropriados se eles voltassem para as suas localidades, ainda com a ideia de formar agendas de reunião por áreas. Porém, eles mantiveram a decisão de permanecerem acampados até o momento em que a empresa de energia atendesse as reivindicações apresentadas a favor dos colonos.

É de importância registrar aqui, a firmeza e a organização dos trabalhadores revelados nesse impresso, pois se fortaleciam à medida que as dificuldades aumentavam. O acampamento era organizado por meio das comissões e dos grupos de serviços.

Os grupos se organizaram em: cozinheiras, segurança, rancho, saúde, comunicação, som, água e lenha. Dessa forma tornando-se uma verdadeira comunidade organizada. E de acordo com o relatório, através desta organização, criaram condições de estudar os assuntos mais importantes, como na identificação das pessoas que pretendiam desfigurar a o movimento legítimo e em como se organizaram para as próximas manifestações e reuniões com a empresa.

Acredito que nesse momento estamos diante do processo educativo do grupo dos expropriados, pois “os coletivos populares se reconhecem sujeitos de conhecimentos, de valores, culturas, sujeitos de humanização/emancipação. Sujeitos pedagógicos produzindo outras pedagogias” (ARROYO, 2012, p. 25).

Esse reconhecimento entre os sujeitos que é mencionado, o autor destaca que esses outros sujeitos fazem presente em ações coletivas e em movimentos, pois o fato delegar tarefas como no caso dos grupos de serviços, são de extrema importância para a visibilidade do grupo como também o sucesso dele, pois são esses “tempos/espacos onde se afirmam outras pedagogias de emancipação” (ARROYO, 2012, p.25).

De acordo com Arroyo (2012)um componente que esses grupos trazem para o pensar e fazer educativo está no fato de se reeducarem para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação que se reconhecem e se mostram sujeitos em movimento, e, em ação coletiva.

E essa ação coletiva e o movimento acarretam na fala sobre eles mesmos e sobre o que eles querem em quanto coletivo, e isso é posto nos momentos das assembleias e tomadas de decisões, pois “são eles, os novos/velhos atores em cena. Estavam em cena, mas se mostram como atores em público, com maior ou novo destaque” (ARROYO, 2012, p. 26).

Tal destaque ocorre nos momentos das passeatas, nos próprios acampamentos e até mesmo quando a mídia, neste caso a rádio Floresta, quando propagou informações negativas sobre os expropriados acerca da segurança na

cidade e mesmo assim proporciona de que esses sujeitos estão no lugar e que estão lutando por algo. Como afirma Arroyo (2012, p. 26) “sujeitos coletivos históricos se mexendo, incomodando, resistindo e lutando”.

Tais experiências advindas nesse processo de organização e de luta dos expropriados podem ser entendidas diante aos processos educativos como a ideia de educação popular de Paulo Freire que veio marcar o pensamento pedagógico.

Que para ele essa ideia de educação está muito atrelada com a transformação de uma sociedade ou de um grupo social, Freire (1993, p.17) “portanto, haveria um tipo de educação não apenas para transformar as pessoas (...) mas haveria educação que refletisse com as pessoas a transformação do país inteiro”.

Mas o que isso tem a ver com os expropriados? Bom, se pararmos para pensar nas estratégias de luta, nas organizações e nas reuniões, a preocupação não estava somente nas indenizações compensatórias, mas também a projeção de projeto de sociedade, preocupado com as questões ambientais, sociais e econômicas do País, como podemos observar no fragmento abaixo:

Está luz é para atender as grandes empresas estrangeiras que vem aqui, no nosso estado roubar os nossos minérios da serra dos Carajás, nossas terras, madeiras [...] Desenvolvimento? É a maior mentira que a Eletronorte vem contando, desenvolvimento quer dizer: roubar o que nós temos. Começaram roubando nossas terras, nossas casas e agora vão roubar os nossos minérios, [...] e tem mais, vão entregar às Multinacionais que por sua vez vão deixar só o oco das minas e o País com uma dívida externa, que nunca mais vamos pagar (RELATÓRIO DO SEGUNDO ACAMPAMENTO, 1983).

Apesar da fala acima, demonstrar elementos de indignação no qual ocorre um juízo de valor, é perceptível também uma lógica bem definida e coerente em relação à situação real do país em termos econômicos e sociais, e esse entendimento só foi possível por meio da educação popular que está pautada nas experiências das ações coletivas.

Freire (1993) entende a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares, que segundo ele “é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito” (p.19).

Esse fazer escola de outro jeito que Freire (1993) menciona, se refere as práticas sócias do cotidiano de luta dos expropriados, pois “há estreita relação entre

a escola e a vida política”, e o que esses “outros sujeitos” (ARROYO, 2007) se debruçam nessa vida política na qual aprendem a negociar, pensar em estratégias e em se organizar de maneira geral.

Para Freire (1993, p.20) “o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar as classes populares”, sendo assim, estamos admitindo um modo de conhecimento que é peculiar a elas, um conhecimento que não é adquirido no sistema formal de educação, mas sim nas vivências do cotidiano de luta.

Ainda sobre as vivências e formas de organização de luta, a Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG), acompanhou de perto o segundo acampamento dos expropriados e suas decisões. Ficou acordado no dia 16 de abril de 1983 que uma comissão mista representativa iria a Brasília no dia 20 de abril do mesmo ano para tentar negociar com o Diretor-Presidente da Eletronorte. E os enfoques ficariam sob responsabilidade da CONTAG,

As articulações, audiências públicas, e reuniões e negociações se configuram como práticas educativas, pois na medida em que ocorrem esses momentos, os sujeitos trocam informações e aprendem com a vivência desses momentos, dessa forma os espaços como os acampamentos, salas de reuniões, nos espaços de resistência em geral, sejam nas ruas como também nos lugares em que se preparam o próprio feijão, como identificamos no quadro 07, se configuram também como espaços educativos, pois são nesses momentos que as informações circulam entre esses sujeitos.

Nesses espaços, os expropriados aprenderam muito mais que produziram saberes acerca da experiência, pois nesses espaços educativos, eles foram aprendendo a se articular, organizar, planejar e a liderar, pois não havia um conhecimento estruturado, assim como na educação formal, para aprenderem a lidar com as situações que estavam acontecendo para com eles.

Assim como Brandão (1984), Freire (1993) Trilla (2008) compreendem a educação em um termo ampliado, que vai além do espaço formal e da escolarização, Libâneo (2002) amplia essa ideia que está interligada com as práticas político pedagógicas que identificamos ao longo do processo de mobilização e luta dos expropriados, na qual idêntica que:

O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas. Ora, se há uma diversidade de práticas educativas, há também uma diversidade de pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, a pedagogia dos movimentos sociais etc., e também, obviamente, a pedagogia escolar (LIBÂNEO, 2002, p.33).

O ambiente não-escolar diferente da escola, não possui o objetivo de promover a educação de forma direta, nesse sentido em que a educação está presente é de forma indireta e aprendida conforme as lutas vão se intensificando, gerando assim diversas pedagogias.

No próximo quadro, apresento as propostas elaboradas e estudadas por meio das comissões dos trabalhadores após a reunião com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) para a ida a reunião em Brasília com a Diretoria da Eletronorte.

Antes disso, é importante ressaltar esse processo de estudar as proposta e se articular com as comissões representativas com o intuito de ter êxito e na reunião em Brasília se caracteriza como uma estratégia política pedagógica, pois é política na medida em que se tem as negociações para chegar a uma proposta final que represente o coletivo, e é pedagógica quando a aprendizagem emerge posteriormente a esse momento de organização e escolha de uma proposta representativa.

Obvio que durante esse momento, há diversos momentos em que ocorrem oposições e aceitações, mas o que é importante para nós nesse instante é justamente o aprendizado de negociar, argumentar e decidir o que seria o mais importante para o coletivo.

**Quadro 08: Propostas estudadas e elaboradas através das comissões representativas**

Documento	Propostas encaminhadas para a reunião com a Direção da Eletronorte em Brasília
D246	1) Quanto ao lote de 21 alqueires: que sejam para todos os que vivem exclusivamente da terra (posseiros, pequenos proprietários inscritos no GETAT) e que sejam demarcados

	pela Eletronorte, para evitar conflito entre os colonos e fazendeiros, como vem ocorrendo na demarcação feita pela GETAT.
<b>D246</b>	2) Quanto às casas: que sejam construídas vilas com infraestrutura de água, luz, igrejas, posto médico, escolas, etc.
<b>D246</b>	3) Com relação as indenizações: baseando-se na necessidade de reassentar os colonos com as condições de poderem trabalhar, foi feita a proposta de dar a importância, em dinheiro, no valor correspondente à implantação de um alqueire de arroz.
<b>D246</b>	4) Quanto ao transporte: a empresa deverá fornecer transporte, por terra ou por água de acordo com a necessidade, por ocasião da mudança aos trabalhadores acampados.

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Em 20 de abril de 1983, ocorreu a reunião com a Eletronorte em Brasília, enquanto a comissão mista negociava com a Direção da empresa de energia, os colonos acampados realizaram uma vigília às 16 horas na Igreja Nossa Senhora da Conceição. Finalizada a vigília os expropriados retornaram ao acampamento, onde permaneciam em assembleia aguardando respostas sobre o que ficou definido na reunião em Brasília.

Às 21 horas, a comissão mista se comunicava por meio do telefone para dar os informes e as decisões na reunião em Brasília. De todas as propostas elaboradas pelas comissões, apenas a primeira foi aceita pela Eletronorte, as outras foram rejeitadas sem nenhum esclarecimento concreto.

Ao receberem essa notícia, os trabalhadores decidiram permanecer acampados, por acreditarem que as decisões estavam “soltas” e não concordaram

com o parecer. Então, durante a noite se reuniram em pequenos grupos para discutirem novas estratégias para apresentarem no dia seguinte em assembleia.

Já na manhã seguinte em assembleia, os expropriados decidiram permanecer acampados até que a questão do Financiamento Social (FINSOCIAL), que se referia ao terceiro pedido referendado no quadro 08, fosse mais bem concretizada e assumida por parte da empresa.

Ainda em Brasília a comissão mista repassava as informações decidias em assembleia à Eletronorte e para o governador do estado do Pará, Jáder Barbalho, que marcou uma reunião no dia seguinte com ela. E com essa reunião, concretizaram-se algumas reivindicações, como demostro no quadro abaixo:

**Quadro 09: propostas deferidas através do Governo do Estado do Pará.**

<b>Documento</b>	<b>O Governador do Estado reconheceu como justa a reivindicação dos trabalhadores:</b>
<b>D246</b>	Ele assume o compromisso de, juntamente com a Eletronorte e a CONTAG, entrar em contato com o Governo Federal para o FINSOCIAL, destinado a agricultura, seja de imediato liberada e destinada a quantia reivindicada aos trabalhadores rurais atingidos pela represa de Tucuruí.
<b>D246</b>	O Governador se encarregará de elaborar o projeto, baseado nas reivindicações e justificativas que os expropriados deverão apresentar no dia 26/04/1983.

Fonte: Acervo Silva, 2017.

O quadro 09, nada mais seria que o reflexo positivo das estratégias politico pedagógicas, e, para os expropriados foi um estímulo para continuar nas lutas, haja vista que ter o apoio do Governo frente ao problema com a empresa revela a ideia sobre os caminhos que devem ser feitos para alcançar os seus objetivos de luta.

O quadro abaixo revela o momento de euforia pela “conquista” de seus direitos após dias em acampamento se organizando, mobilizando, e as dificuldades enfrentadas no cotidiano até mesmo no momento de se alimentar “era grande

animação, fazia fila no sol, com os pratinhos na mão, todos olhando para frente, as panelas de feijão” (quadro 07, verso 23).

Vale ressaltar, esse sentimento de felicidade dos expropriados, posto os transtornos enfrentados no sentido de mobilizações, excesso de reuniões, manifestações próximas ao escritório da Eletronorte, os impasses e as incertezas.

**Quadro 10: as esperanças**

<b>Documento</b>	<b>Narrativas poéticas de uma expropriada: as esperanças</b>
<b>D138</b>	Com prazo de vinte dias Resolveram assinar Disseram pra comissão Leva este povo pra lá Vamos construir as casas Pra vocês todos morar (verso 29).
<b>D138</b>	Os ônibus da Eletronorte Em repartimento entrou Levando todos os colonos A turma de sofredor Soltaram tantos foguetes Que as ruas enfumaçou (verso 30).
<b>D138</b>	Uns falavam outros gritavam Todos com muita alegria Vamos ganhar nossas casas Só não sabemos o dia Uns choravam e soluçavam Iam falar e não podiam (verso 31).

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Interessante à representação nessa passagem do verso 30 do quadro 10, pois revela sobre o momento em que a empresa de energia se prontificou em ceder ônibus para levarem os colonos em seus respectivos destinos, e esse sofredor na qual se refere é a própria empresa, pois naquele momento era como se os expropriados teriam vencido a luta pela terra, mas que na verdade foi apenas uma estratégia para desmobilizar e enfraquecer o as comissões de expropriados, tanto que no trecho seguinte diz “soltaram tantos foguetes que as ruas esfumaçou”, ou seja, nos remete a ideia de quem realmente venceu a batalha foi a Eletronorte.

Entretanto, muitas dessas promessas, acima, não foram cumpridas por meio da Eletronorte, acredita-se que nada mais foi que uma forma de desmobilizar o movimento, devido as fortes pressões e a visibilidade que o próprio movimento estava tendo ao longo do processo de luta.

Uma dessas tentativas de desmobilização foi registrada no dossiê da comissão pastoral da terra (1997, p. 68):

Um pequeno grupo de colonos, orientados por pessoas que se opõem a luta justa e verdadeira dos trabalhadores, começou a criar uma situação que justificaria a presença da Polícia que, se necessário, devia entrar em ação: lançando entre os expropriados desavenças, puxando passeatas sem que a assembleia tivesse decidido, incentivando o quebra-quebra, tentando desestabilizar a comissão representativa dos expropriados e sua assessoria, criticando o apoio da Igreja local.

Entretanto, após a esse episódio, os colonos se organizaram em assembleia, no dia 15 de abril de 1983, com o objetivo de averiguar a situação que havia ocorrido, e nesse momento um dos próprios colonos que participaram dessas “desavenças”, deixou claro que havia orientação paralela e de má fé e que ele próprio tinha sido incentivado a acampar juntamente com mais uns oito companheiros. Porém ao final foi descoberto que havia cinquenta pessoas nesse grupo.

Nesta mesma assembleia os líderes do movimento preferiram recuar, com o intuito de não desmobilizar o movimento de fato, pois “se intensificou a propaganda de desmobilização e articulação através da rádio e do jornal, onde cada vez mais se identificaram os provocadores” (Comissão Pastoral da Terra, 1997, p.69). Todos estes fatos contribuíram positivamente para que os expropriados entendessem os tipos de manobras utilizados por seus adversários.

Em outubro de 1984 ocorreu o terceiro acampamento, após o fechamento da barragem, seria no terminal rodoviário de Tucuruí, onde seriam realizadas negociações, entretanto se depararam, com “entorno de, 200 policiais militares sob ameaça de fuzis e metralhadoras”, de acordo com o Jornal Oliberal (1984, p.18), fechando o cerco dos quatro ônibus que conduziam cerca de 500 pessoas, incluindo mulheres e crianças, até o local de negociações.

Então devido esse impasse, os atingidos formaram uma nova assembleia para que um grupo de expropriados fosse a Brasília para realizar as negociações. As principais pautas exigidas eram: a desapropriação das fazendas (Cametazinho, Grotão do Ricardo para assentar os expropriados de Itupiranga e Ipixuna, e a Gleba Santa Rosa para os expropriados de Jacundá); Construção de casas com o número compatível de expropriados; Pagamento do tempo proibido de plantar (que seria revestido numa ajuda de custo para um alqueire de roça com recursos do FINSOCIAL).

Enquanto ocorria a reunião em Brasília, surgiu um problema sério com entorno de 600 famílias de expropriados que a Eletronorte deslocou compulsoriamente para a Gleba Parakanã, um território indígena, então surgiu um clima tenso entre os camponeses e os indígenas.

Um fato curioso é que os acampados receberam ajuda solidária de remédios e alimentação do Governo do Estado, além da solidariedade dos habitantes de Tucuruí com alimentação aos integrantes do movimento.

Já a negociação em Brasília, foi definida que a empresa Eletronorte libera-se a demarcação das áreas Grotão do Ricardo e Cametazinho, para os expropriados de Itupiranga; a Gleba Santa Rosa para os expropriados de Jacundá; a construção de boxes comerciais para os expropriados que tinham comércio na velha Jacundá.

Entretanto algumas reivindicações não foram atendidas, tais como: a situação das famílias assentadas pela Eletronorte na Gleba Parakanã, pois a empresa não assumiu a relocação; reivindicação da ajuda de custo pelo FINSOCIAL, que ficou a critério pelo presidente João Batista Figueiredo, portanto as lutas tiveram que continuar no pós 1985.

No dia 01 de maio de 1984, na cidade de Tucuruí, os expropriados se reuniram em assembleia geral com a finalidade de fundar o Movimento dos

Desapropriados, enquanto entidade civil, democrática sem fins lucrativos, com tempo e existência indeterminados, sem vínculos com entidades religiosas ou partidários, com sede na cidade de Tucuruí, segundo o documento 159, referente à ata de assembleia geral dos desapropriados.

É importante destacara aqui, que durante os três acampamentos relatados o movimento dos desapropriados ainda não era institucionalizado quanto movimento representativo dos expropriados pela barragem de Tucuruí. Sendo estes, representados até então por meio das comissões mistas, CONTAG, sindicatos e representantes sociedade civil, contando com as decisões definidas através das assembleias gerais.

O Movimento dos Desapropriados se assegurou em quatro objetivos: Promover a união; a organização, assistência e defesa dos direitos de todos aqueles que vierem a ser/foram prejudicados pela construção, formação e funcionamento da barragem e reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O Movimento ficou separado em três órgãos de direção, sendo eles: I- A assembleia geral; II- as comissões de áreas de desapropriados e III- a comissão representativa dos desapropriados.

Abaixo, sintetizo em um quadro as funções atribuídas a comissão representativa dos desapropriados, pois nela há diversas informações importantes no que tange acerca na sistematização da organização das ações coletivas que foram aceitas na assembleia geral dos expropriados.

**Quadro 11: Organização do Movimento dos Desapropriados**

<b>Documento</b>	<b>Funções atribuídas à comissão representativa dos desapropriados</b>
<b>D159</b>	É responsável pela direção, promoção, representação e administração do Movimento, sendo composta de sete membros efetivos e três suplentes.
<b>D159</b>	Compete aos membros da comissão representativa: dirigir as atividades do movimento, representar ativa e passivamente, em juízo ou fora dele e em todas as ocasiões

	que se fizerem necessárias.
<b>D159</b>	Delegar expressamente os poderes.

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Essa organização do movimento pautou-se em um olhar democrático, e podemos inferir que se tornou um grande avanço em termos de organização da sociedade civil, pois o País, nesse contexto histórico, estava passando pela transição entre o regime de repressão dos militares para com o regime democrático.

Sendo as deliberações do movimento apenas em assembleias gerais e com a votação da maioria, e em seu art. 14, previa eleições a cada três anos, nos trinta dias antes do termino de cada gestão para os cargos das comissões, em voto secreto, semelhante com as primeiras eleições diretas no Brasil, que no caso da presidência só ocorreu em 1989, após cinco anos a fundação do movimento.

Após a assembleia de regulamentação do movimento enquanto entidade representativa foram eleitos as primeiras lideranças do movimento, sendo os efetivos: Raimundo Temistocledes do Nascimento; Raimundo Mota da Silva; Saint Clair Gomes Pereira; Antônio Cruz Sousa, Joaquim de Sousa Veiga, Gelmirez Lazaro da Fonseca e Manoel da Silva Sousa.

Já os (as) suplentes, foram eleitos (as): Felisberto Ascenção Damasceno e Ainda Maria Farias da Silva, na função de secretário do movimento e tesouraria, com auxílio dos demais representantes, podendo abrir contas bancárias, emitir recibos de mensalidades, etc.

Podemos revelar aqui, que a fundação do movimento só foi possível após as experiências de mobilizações e lutas entre o primeiro e o terceiro acampamento, em conjunto as negociações com a empresa de energia, constituindo-se dessa forma como uma educação popular em um ambiente não formal.

Na qual não existia um ensinar, pois não havia um programa com conteúdos ou formas de aprender a organizar e administrar um grupo com aproximadamente dois mil expropriadas. Assim, podemos referendar Freire (1993, p.21), pois para ele

“essas pessoas se ensinam umas às outras, elas ‘se medem’ em atos grupais de conhecimento”.

Nesse contexto de lutas, resistência e de pedagogia, os expropriados foram se constituindo como aprendizes e ao mesmo tempo, como promotores de práticas educativas inscritas nas reuniões, nos momentos de discussão, nos quais tratavam e debatiam assuntos relacionados a diversidade de situações que estavam enfrentando e também sobre a posição que a empresa de energia assumia frente às suas reivindicações.

Freire (1993, p.22) considera que a luta engendra um saber em certo nível, não sobre um saber escolar, mas sim um que se torna necessário para as lutas desses sujeitos que foram marginalizados socialmente. Segundo ele “sempre que se luta e peleja, há certa noção, há certa clareza sobre aquilo por que se luta, há uma noção de remover obstáculos”.

E o que esses sujeitos lutavam? Lutavam pelo direito pela terra, pelo trabalho, por uma vida digna, justamente porque essas reivindicações, antes da entrada da Eletronorte era algo que eles já tinham conquistados ao longo da vida.

Freire (1993) nos chama atenção no momento que as necessidades pelas quais se luta podem ser satisfeitas, podem ser resolvidas, essa descoberta dá conta de que há caminhos possíveis e que as necessidades, as que fazem lutar, não são tão exageradas e que podem ser resolvidas.

Para isso se criaram estratégias político pedagógicas, como observamos no segundo acampamento, quando a empresa de energia indeferiu as exigências dos expropriados. E eles por saberem que eram possíveis as indenizações, simplesmente permaneceram acampados até surgirem propostas concretas e satisfatórias ao coletivo.

Ou quando a Eletronorte tentou desmobilizar o movimento, manipulando alguns expropriados para marginalizar, gerando um “pânico” na cidade de Tucuruí, porém as comissões estavam atentas a isso, e utilizaram a estratégia pedagógica de informar por meio da assembleia como a empresa de energia poderia usar como artifícios com o objetivo de gerar tumulto e desunião do coletivo.

Que de acordo com Freire (1993) essas situações do cotidiano sugerem soluções, sugerem contornos, freios à ganância de quem tem o poder, que neste

caso é a Eletronorte. Portanto, “aquelas opiniões de todo dia, aquelas ‘manhas’ de resistir alguns momentos estratégicos, tudo isso vai sendo ‘estudado’ a nível coletivo. São atitudes que tendem a aperfeiçoar a resistência, torna-la inteligente”.

Portanto, entendemos aqui que a dimensão educativa perpassou em todos os momentos do processo de mobilizações, negociações e lutas, configurando-se em estratégias político pedagógicas, circulando nos espaços educativos dos acampamentos, reuniões e assembleias gerais.

### **III SEÇÃO: PRÁTICAS EDUCATIVAS E DE APRENDIZAGENS NOS PROCESSOS DE LUTAS NO PÓS-1985**

Nesta seção, tendo como referência o contexto dos processos de mobilizações e lutas, analiso ações que se evidenciam como práticas educativas e de aprendizagens, no período pós 1985, identificadas e/ou presentes nas estratégias político-pedagógicas voltadas para reivindicações, cujas demandas algumas ainda

persistem até hoje, além disso, uma discussão acerca dos reflexos de implantações de barragens no Brasil, realizando uma interface com o caso de Tucuruí para analisar de forma dialética os problemas estruturantes que elas causaram para a sociedade, como também como se dá a relação homem e natureza frente às barragens.

### **3.1 Abertura democrática: um novo contexto de luta dos expropriados**

Neste subitem analisa-se a continuidade das lutas, que se situando em outro contexto, naquele denominado de “abertura democrática” persistiram ao longo do tempo frente ao novo contexto histórico que o país estava vivenciando, justamente por se configurar como um processo de abertura em um momento democrático, diferente do contexto da implantação da Usina Hidrelétrica que foi marcado pelo autoritarismo. Mas essa modificação no regime político modificou a relação do grupo dos expropriados com os representantes da empresa do setor elétrico?

Nesse contexto histórico, o grupo dos expropriados se fortaleceu no sentido de construir unidade, pois unificaram forças juntamente com outros sujeitos que de alguma forma foram atingidos pela UHE de Tucuruí, como podemos verificar no documento denominado de “Ata de Assembleia Geral de Fundação dos desapropriados”, que foi catalogada sob código D159, que trata de forma geral como ocorreu essa unificação.

Trata-se, segundo esse documento de um contexto no qual colonos, lavradores, expropriados se tornaram um único grupo, constituindo a identidade do denominado de “Movimento dos Desapropriados”, que posteriormente somaram forças com outros atingidos por barragens no âmbito nacional e passaram a se inserir no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Os integrantes do Movimento dos desapropriados avaliavam que essa unificação os fortalecia no sentido de ganharem forças de maneira ampliada em face das articulações que passaram a construir, ainda que houvesse a preocupação da perda de identidade local de luta. Medeiros (1989, p.13) considerou que:

embora a ação dos sindicatos, dos partidos, das Igrejas etc., seja, no decorrer de sua trajetória, fundamental para projetar essas lutas para fora delas mesmas, para articular alianças, para fazer a costura entre lutas particulares e lutas mais gerais, não é essa ação que por si só cria o conflito.

De fato, conforme a percepção do autor lembra como foi o início das organizações as quais possuíram apoio da igreja, sindicatos e universidade, e no momento em que identificaram que a luta deveria ser a partir deles para eles, que apesar do apoio ter sido fundamental no processo de luta, não se viam como atores principais das lutas e não se sentiam representados pelas comissões mistas, por isso a necessidade de unir forças somente a quem realmente à luta iria surtir efeito.

Essa ruptura com as outras entidades que ajudaram nas lutas é identificada em uma passagem do documento D159, na qual está explícito da seguinte forma: “O Movimento dos Desapropriados é entidade civil, democrática, sem fins lucrativos, com tempo e existência indeterminados, sem vínculos de ordem religiosa ou partidários, com sede e foro na cidade de Tucuruí” (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA FUNDAÇÃO DO MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS, 1984, .p.1).

Tal regimento do Movimento dos Desapropriados se deu justamente devido à ausência de representatividade na luta e que por meio de uma assembleia geral, foi decidido unanimemente que o movimento fosse agregado as pessoas que realmente sofreram com a implantação da Usina e que lutassem em comum pelos mesmos direitos, assim evitando conflitos na tomada de decisões. Ainda sobre as tensões e conflitos em um grupo, Medeiros (1989, p.13) considerou que:

tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou à organização em defesa do que se considera legítimo. Dentro desse quadro, a partir dele e interferindo nele, compondo, pois, a própria experiência dos trabalhadores, que se movem às organizações partidárias, sindicais etc. e instituições de apoio .

A unificação se fez presente nas novas articulações enquanto unidade de grupo, pois no documento “carta para o CERIS<sup>24</sup>”, identificada na catalogação como D158, uma carta elaborada pelo movimento dos expropriados ao CERIS na qual trata sobre o plano de aplicação no qual repassa recursos financeiros, como hospedagens, diárias, organização de eventos. No referido documento foi solicitado recursos para um trabalho de educação sindical, um trabalho de formação que preparava os desapropriados para não só se organizarem institucionalmente como

---

<sup>24</sup>Durante a pesquisa não foi encontrado o nome por extenso da sigla CERIS, mas podemos inferir que se trata de um departamento que lida com as questões financeiras sob comando da repartição pública.

um movimento social, como prepará-los para participarem dos debates e discussões e das ações necessárias à resistência política e a reivindicação dos seus direitos.

Ainda sobre o documento D158, além das solicitações de recursos, há uma passagem que retrata a situação dos expropriados em relação ao processo reterritorialização no qual é percebido que há um problema frente ao direito da terra, atribuído simbolicamente por esses sujeitos. .

Após o terceiro acampamento a situação dos colonos mudou e que quase todos receberam terra e estão iniciando a vida em outro lote em novas áreas, isto para nós significa uma desigualdade porque houve uma alteração na vida e nos costumes do povo, tudo vai de novo (CARTA AO CERIS, 1985, sp).

Em relação à reterritorialização a carta denuncia um problema em relação à alteração cultural no modo de vida, enfatizada no seguinte trecho: “quem estava acostumado a viver nas margens do rio Tocantins foi colocado às margens da rodovia Transamazônica com outros vizinhos. Este fato dificulta o nosso trabalho, mas a partir da luta por terra temos o objetivo de desenvolver o trabalho comunitário e o seu espírito de união” (CARTA AO CERIS, 1985, sp).

Na narrativa poética abaixo, um dos seus trechos reconstitui essa memória da reterritorialização dos expropriados no processo indenizatório.

**Quadro 12: Reterritorialização dos expropriados e estratégias de desmobilização do movimento.**

Documento	Reterritorialização dos expropriados
<b>D138</b>	<p>A Eletronorte das coisas            Que não devia fazer            Umas vilas separadas            Isto eu já sei porque            Separando os comunitários            Todos vão enfraquecer</p>
<b>D138</b>	<p>Eles pensam que assim            Ninguém vai mais trabalhar            Porque estão divididos            E demorando a encontrar</p>

	Sobre o que estão sofrendo Não vai mais se lembrar (verso 40)
<b>D138</b>	Mas estão todos enganados Não deviam nem pensar Por nós estarmos aqui E os sofredores estão lá Mais a luta continua Na hora que precisar (verso 41)

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Após o processo de reterritorialização<sup>25</sup> o movimento dos expropriados retomou o seu processo de mobilização e organização em fevereiro de 1985, com apoio de seus mediadores (igreja e sindicatos). Foram organizados dois encontros nas áreas em que a situação de permanência da relocação se apresentava bastante crítica, como era o caso dos loteamentos do rio Moju e da Gleba Parakanã, de acordo com o documento “Carta à CERIS”-D158.

Diante da constatação da situação crítica dos relocados Um evento de maior porte foi organizado, com a participação de lideranças das regiões de montante e jusante, no qual foram discutidos problemas ainda existentes daquela época, o reforço no espírito de união, além de trabalhar de forma educativa o desenvolvimento comunitário, permitindo assim a troca de experiências e informações.

Um evento político-pedagógico, cujos processos de socialização, convivência e compartilhamento se caracterizam como um espaço de aprendizagem, troca de saberes e de experiências pois na medida em que eram feitos relatos e troca de informações, se constituíam possibilidades para uma nova postura política frente aos representantes do setor elétrico e de como lidar frente aos problemas os quais estavam sendo relatado.

<sup>25</sup> Esse é um termo utilizado por Haesbart (2011) sobre o deslocamento para um novo território, e mesmo junto a essa reterritorialização levarem consigo todos os saberes, as relações de afeto, e a relação com a natureza, o sujeito não consegue simplesmente dar o mesmo significado simbólico ou possuir a mesma relação que possuía em seu antigo território, pois a organização do espaço será diferente, as pessoas que residiam nas proximidades, não moram mais, logo a dinâmica e a relação com território serão modificadas e adaptadas ao novo território.

Com base no pensamento de Freire (2007), trata-se de um processo que se constitui em uma prática educativa por meio da dialogicidade, pois a partir da conversa cria-se a possibilidade da escuta e da compreensão do outro, da troca de experiências e de construção de práticas de solidariedade, de respeito ao outro e as diferenças.

Freire (2007, p. 60) considera que:

a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.

No contexto do diálogo freireano o ser humano torna-se capaz de dizer, de transformar e de reinventar o mundo; é capaz de ensinar e de aprender, configurando-se em sujeito de uma prática “política, gnosiológica, estética e ética” (FREIRE, 1993b, p.19).

Por meio dos documentos que tratam dos contextos e dos processos de mobilizações e lutas protagonizadas pelos expropriados com apoio de seus mediadores, como, por exemplo, nos escritos D246 e D158 que retratam sobre os acampamentos, é possível, no decorrer de suas análises, identificar saberes que foram sendo construídos a partir do cotidiano de luta, como: o saber se organizar, o saber reivindicar, o saber construir estratégias de lutas, o saber negociar pautas de reivindicações, o saber planejar com base nos recursos disponíveis.

A exemplo, o “Encontro de Colonos e Posseiros do Loteamento rio Mojú” (CARTA AO CERIS, 1985), no “Encontro de Lavradores Expropriados da Gleba Parakanã” (CARTA AO CERIS, 1985), e o “Encontrão de Lavradores em Tucuruí” (CARTA AO CERIS, 1985), em fevereiro e abril de 1985. Trata-se de eventos em que os expropriados buscavam se fortalecer e dar visibilidade às suas lutas e pautas de reivindicações.

Esses eventos se configuravam na prática, embora não fossem assim denominados, como espaços educativos e de construção e circulação de saberes, pois contribuíam para que por meio da dialogicidade entre os expropriados eles se constituíssem enquanto um coletivo e vão construindo saberes voltados para as suas ações de organização, pois nos eventos citados acima, os expropriados informaram no documento “carta ao CERIS -D158”, a previsão de 50 participantes

em cada um dos encontros, sendo eles no loteamento do rio Moju e na Gleba Parakanã, e 100 participantes no “encontrão” em Tucuruí. Dessa forma, tal saber foi produzido a partir da experiência dos outros eventos realizados e nessa ação foi usados para melhorar a logística do evento.

A construção coletiva perpassa as varias ações do movimento, pois tendo contado com a ajuda do CERIS para o transporte de algumas lideranças para participar do “encontro de colonos e posseiros do loteamento rio Moju”, no sentido de orientar, averiguar as demandas e também no sentido das novas reuniões e lutas, os expropriados também definiram suas estratégias político-pedagógicas da ajuda coletiva, uma delas foi a arrecadação de alimentos produzidos de cada região atingida, tais como: arroz, farinha, feijão, abóbora e macaxeira, de acordo com o documento “carta ao CERIS- 158”, que eram trazidos para contribuir com a alimentação de todo o coletivo que participava dos eventos..

Mesmo que tenha sido necessários que outros alimentos fossem comprados para compor as refeições nos três eventos citados anteriormente, como açúcar, café, óleo, sal, carne, cebola e tomate, pois devido à relocação para novas áreas, esses alimentos não eram mais produzidos pelo expropriados,. Essa forma de organizar os recursos de acordo com a disponibilidade foi sendo aprendido na luta, e passou a se configurar como um saber, o saber planejar com base nos recursos disponíveis.

Os saberes mencionados foram produzidos a partir das experiências vividas ao longo do processo de luta, como nos três primeiros acampamentos de 1982 a 1984, quando o grupo dos expropriados ainda não era institucionalizado como movimento social.

De acordo com Jorge Larrosa Bondía, o saber da experiência:

Tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna (BONDÍA, 2002, p. 26).

Nesse sentido, os saberes da experiência, tal como os saberes construídos nos processos de mobilização, organização e lutas das populações expropriadas pela construção da UHE Tucuruí, estão relacionados à materialidade da vida, pois estavam presentes no cotidiano dos sujeitos, que neste caso podemos não somente atribuir à organização, planejamento e execução dos processos de lutas dos expropriados, como também nas tarefas “simples”, como, por exemplo, preparar refeições em “cozinhas” improvisadas nos acampamentos, que em seu ápice conseguiu acampar até cerca de duas mil pessoas, de acordo com o documento denominado de “Relatório do segundo acampamento dos trabalhadores rurais”- D246.

Saberes que foram se construindo ao longo do tempo com base nas experiências de articulações do movimento em torno de mobilizações frequentes, pois na medida em que direitos foram conquistados concomitantemente outros problemas surgiam, ou algum já existente se agravavam, o que colocava o desafio aos expropriados de não pararem as lutas, como também estarem atento aos contextos sócio-políticos no sentido de terem que mudar ou ampliar os “gritos de ordem”. No início 1985 quando da retomada da luta no contexto da abertura democrática o grito de ordem era: “não queremos violência, queremos justiça. Queremos os nossos direitos: lote de 21 alqueires, casa para morar, dinheiro para trabalhar”; ou “terra sim, mosquito não”, que representava justamente o problema mais grave que os expropriados estavam enfrentando, a “praga dos mosquitos” (SILVA, 1997) .

O grito de ordem “terra sim, mosquito não” está registrado no documento de uma carta aberta acerca dos mosquitos no reservatório que foi catalogado sob o número e D149. Trata-se de uma carta para a sociedade civil de forma geral, na qual revela os problemas que os expropriados ainda estavam passando em 1991. O conteúdo da carta revela uma insatisfação coletiva que tem apoio dos sindicatos (dos metalúrgicos, da construção civil, dos rodoviários), estudantes (União dos Estudantes Secundaristas de Tucuruí), do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB) e da Associação Tucuriense de Empresa, como podemos analisar na citação abaixo:

São 1.500 famílias atingidas pela praga, cada pessoa esta sujeita à aproximadamente 500 picadas/ horas pelos insetos, onde as péssimas condições de vida dada as mesmas estarem expostas, não permitem o exercício de suas atividades agrícolas que constituem a fonte de subsistência dos moradores, além disso é evidente a presença endêmica de Leishmaniose e malária, e ainda o constante stress a que essas pessoas estão expostas, sendo que os mosquitos e as moscas infestam dia e noite (DOCUMENTO CARTA ABERTA MOSQUITOS NO RESERVATÓRIO, 1991, p.1).

No fragmento acima é nítido a insatisfação por parte dos expropriados em relação à situação, e a tal calamidade se reafirma quando o próprio prefeito do município, daquela época, decretou Estado de Emergência na área de proliferação e mesmo com isso, no referido documento citado, a Eletronorte não assumia tais problemas que foram causados pela construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí.

Segundo esse documento, a proliferação dos mosquitos foi ocasionada por quatro fatores: I- a formação do lago reservatório da UHT oferecendo extensa superfície hídrica; II - persistência da floresta inundada com a formação do “paliteiro” (restos de arvores que foram desmatadas pela Capemi– uma Empreiteira Eletronorte), e a presença de plantas aquáticas; III- aumento dos criadouros secundários decorrentes da ação homem nos assentamentos e assoreamento de igarapés; aumento da oferta de alimentos pela soltura de animais silvestres<sup>26</sup> e aumento de animais domésticos e humanos, decorrentes do reassentamento das famílias expropriadas pela Eletronorte.

Esse episódio dos mosquitos na Gleba Parakanã, de acordo com o Relatório da Eletrobrás (1992), estava pautado na decomposição de toda a matéria orgânica inundada.

No entanto, os documentos indicam que o problema dos mosquitos surgiu após formação do grande lago em 1984, e o documento citado é referente ao ano de 1991, que por sua vez, também menciona outro acampamento ocorrido no Escritório Central da Eletronorte, com poucos detalhes, mas que nele podemos entender o motivo dessa estratégia político-pedagógica que foi a efetivação desse acampamento, decorrente dos problemas com a proliferação dos mosquitos que ainda persistia, assim como chamar a atenção da sociedade civil e da mídia sobre os reais problemas que os expropriados estavam vivenciando, visando obter apoio para continuar a luta.

---

<sup>26</sup>Esses animais, de acordo com o documento 149, foram capturados durante o programa de resgate denominado de “operação curupira” em 1984.

Em relação à mídia, existia um jornal elaborado pelo próprio movimento dos expropriados denominado de “Resistência (resistir e avançar)”, justamente pelo histórico de luta dos atingidos. Neste trabalho, esse jornal foi catalogado e renomeado, agora se identifica como documento denominado de Jornal Resistência – Tucuruí: “relatos de um povo abandonado”, ou D151.

O referido documento foi publicado em abril de 1991, no ano XI, nº 89, com o título da matéria “Tucuruí, transamazônica: retratos de um povo abandonado”, produzido pela Pastora Rosa Marga Routhe, aproveitando o mês em que se comemora o dia nacional do índio, a autora fez duras críticas em relação à situação de matança dos índios ao longo dos tempos, desde a colonização europeia até a construção da UHE Tucuruí, interferindo nos territórios indígenas em face da necessidade de formação do grande reservatório e dos deslocamentos compulsórios dos habitantes das regiões alagadas.

Da nossa parte, não vemos motivos para comemorações. Como comemorar a situação lastimável dos trabalhadores da Paracrévea, em São Francisco do Pará? Como comemorar o estado de abandono que foi relegada a Transamazônica? Como comemorar os mosquitos que, em número incontável e infundável, após a construção da Hidrelétrica? (DOCUMENTO JORNAL RESISTÊNCIA, 1991, p.1).

Tais indignações revelam os problemas que estavam ocorrendo naquele período, somado com os índices de violência por parte da polícia com a população local de forma geral em Tucuruí, onde se concentrava as lutas dos expropriados.

O documento “jornal resistência”, como um saber voltado para a comunicação, revela a situação de violência na região de Tucuruí, em relação à negação da própria liberdade expressão da população, quando expressa em alguns trechos do jornal os seguintes fragmentos: “comemorar a absolvição de Quintino? Comemorar a punição de um estudante porque apresentou reivindicações ao diretor da escola? Comemorar as torturas que continuam nas delegacias de polícia?” (DOCUMENTO 151, 1991, p.1).

O jornal resistência ainda enfatizava a importância da mobilização dos expropriados, não só para a reivindicação dos seus direitos garantidos por Lei, mas também a sensação de segurança com a população local, pois o movimento era bem articulado politicamente, já estava em um momento em que possuía relações nacionais e internacionais para ajudar no fortalecimento do movimento.

Diante do contexto de violência foi solicitada na Assembleia Legislativa uma CPI da violência, com o objetivo de investigar os policiais que estavam usando a autoridade da função de forma inapropriada, tentando silenciar a população local e o Movimento dos expropriados em seus acampamentos, manifestações e atos.

Ainda sobre o acampamento, os expropriados exigiam as indenizações e relocações da população atingida, no tratamento das famílias que eventualmente queriam permanecer na área afetada e definição da Comissão de Negociação por parte da Eletronorte, referente aos requerimentos das fichas indenizatórias. Porém, neste momento de reivindicações de seus direitos, também foi uma ocasião na qual sofreram repressões, como podemos averiguar no trecho abaixo:

Se não bastasse o desrespeito e a sua irresponsabilidade às condições de vida humana e agressão ambiental, o Diretor Presidente da Eletronorte, faz ameaças através de um documento encaminhado ao STR- Tuc, de “despejar” as famílias que estão acampadas no Escritório Central da Eletronorte (DOCUMENTO CARTA ABERTA, , 1991, p. 1-2).

Após essa carta aberta, datada de 21 de abril de 1991, o Movimento dos Atingidos por Barragem da UHE Tucuruí<sup>27</sup> promoveram uma reunião de planejamento das lutas na região de Tucuruí, buscando justamente fortalecer o movimento.

De acordo com o pensamento de Freire (1997), esses tipos de práticas nada mais são do que organizar o saber e planejar a luta, pois “o conhecimento mais sistematizado é indispensável à luta popular para facilitar os programas de atuar [...] os caminhos da prática” (FREIRE, 1997, p. 25). Esse saber organizado que Freire considera se constitui a partir de situações de reconhecimento dos sujeitos enquanto mediadores

Na ata de reunião “planejamento das lutas na região” denominada de documento D145, dos expropriados, datada em 21 de abril de 1991, no município de Tucuruí, foi apresentado uma série de propostas tanto no sentido de construir uma pauta de reivindicação de direitos, como de estratégias de luta para a próxima intervenção do movimento. De imediato, ficou definida a realização de exame de sangue em todos os moradores das áreas contaminadas.

---

<sup>27</sup>Foi denominado dessa forma o Movimento dos Expropriados, pois a partir desse período o movimento obteve um caráter mais amplo, somando não somente a causa do expropriados da região de montante, mais também aos problemas da região de jusante e todo o indivíduo que de alguma forma foi atingido pela construção da UHE- Tucuruí e o barramento do rio Tocantins. Tal movimento, possui também uma característica nacional, pois se constitui com apoio de forças de outros atingidos por barragens, como no caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu e Balbina.

Como se trata de um movimento amplo, que não abarca somente para com as necessidades existentes dos expropriados da região de montante, mas sim com os atingidos de maneira geral, listo no quadro abaixo as reivindicações apresentadas na reunião.

**Quadro 13: Montante e Jusante**

<b>Documento</b>	<b>Necessidades existentes nas regiões de Montante e Jusante reivindicadas através do MAB-Tucuruí</b>
<b>D145</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção das pontes das estradas do Km 97-177;</li> <li>• Repovoamento dos pescados na Jusante (com espécies que se adaptam);</li> <li>• Saneamento e pesquisa da qualidade da água;</li> <li>• Poços artesanais com tratamento de água;</li> <li>• Pesquisa e Análise das ilhas nas regiões da jusante;</li> <li>• Construir a “escada” dos peixes para a sua reprodução;</li> <li>• Transporte fluvial;</li> <li>• Inventário dos lotes onde se proliferaram os mosquitos;</li> <li>• O indeferimento de entrada de máquinas e nem a “borrifação” do inseticida;</li> <li>• Três salários mínimos para cada família e mais uma cesta básica ao mês durante um ano;</li> <li>• Identificação rural das áreas afetadas e não proliferadas pelo mosquito;</li> <li>• Drenagem dos poços;</li> <li>• Construção do posto médico na vicinal 7 da Gleba Parakanã;</li> <li>• Inventário concluído dentro de nove dias;</li> <li>• Desmatamento de cinco hectares em volta das casas;</li> <li>• Manutenção das escolas das áreas atacadas por meio dos mosquitos;</li> <li>• Implantação do projeto de assentamento agrícola;</li> <li>• Construção de armazéns;</li> </ul>

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Como podemos perceber tais exigências se ampliaram em decorrência ao número de pessoas que foram atingidas pela construção da UHE Tucuruí e o barramento do rio Tocantins. Algo interessante que se expressa no documento é a condução da reunião, as estratégias de lutas, a organização das lutas o período estipulado para as próximas mobilizações e tudo democraticamente, com votação e contra propostas, o configura essa prática política como ação educativa no seu sentido ampliado.

É interessante também, o destaque dado ao relato das experiências das lutas anteriores como podemos observar na seguinte fala:

Não tem nada em termos de discussão sobre o acampamento. E falta infraestrutura, mobilização para a opinião pública como parlamentares e formas para a chamada de atenção dos problemas. E por isso gostaria que fosse esse sua luta data como por exemplo para o início de junho como forma de organizar melhor tentar da folego para o próprio movimento para a mobilização das bases e outros aliados interessantes ao movimento (ATA DE REUNIÃO- PLANEJAMENTO DAS LUTAS, 1991, p.2).

No trecho acima, nos revela que no contexto dessas estratégias político-pedagógicas que eram debatidas nas reuniões, as aprendizagens que foram se constituindo ao longo da luta, assumiam a configuração de um saber que se revelavam quando as lideranças do movimento demonstravam sabiam a articular com os parlamentares, sabiam identificar parceiros potenciais, sabiam construir aproximações com os mediadores do movimento, que com apoios políticos sabiam construir imagens positivas do movimento.

Outro aprendizado que se evidencia é em relação a percepção da necessidade e importância da organização do tempo como forma de dar “folego” para o movimento, devido aos exaustivos dias de acampamento, assembleias e negociações. Trata-se, portanto de ações e de espaços que conformam processos educativos e de aprendizagens e circulam saberes.

Nesse contexto de aprendizagem e constituição de saberes, é importante destacar a oralidade como uma ferramenta no processo de comunicação mobilização e organização dos sujeitos expropriados e do movimento, como no caso das reuniões, pois é a partir de suas narrativas orais que esses sujeitos se articulam e debatem as situações que estão vivenciando. É recorrendo a gestos, olhares e toques, que os sujeitos que estão na lutam buscam expressar a sua

compreensão acerca dos processos, que de acordo como Freire (1997) guarda relação com a :

nossa tradição da educação na cultura popular é mais oral do que escrita. As pessoas fazem narrações orais. E o que é narrado exige troca de olhares e gestos. O que é narrado não reúne nem guarda os objetos e as situações (1997, p.28).

O referido autor afirma que “a narrativa é um exercício da memória, atenta no presente, desafiando pessoas a se apoderarem do que é oralmente narrado. As pessoas desenvolvem à sua maneira uma posição diante do que é narrado” (FREIRE, 1997, p.28).

A partir desse entendimento os expropriados constroem o pensamento crítico acerca da sua própria realidade, a partir de tais narrativas, ajudando assim nas tomadas de decisões coletivas.

Outro registro documental é aquele que trata da reunião do dia 21 de abril de 1991, na qual surgiram algumas propostas de lutas construídas a partir dos saberes da experiência e aprendizados dos expropriados, como o saber lutar, o saber negociar e o saber administrar. As propostas em si, estavam pautadas na preocupação de como seria a luta, se seria isolada ou conjunta, contando ou não com as entidades comprometidas com a luta.

**Quadro 14 : Reunião dos atingidos por barragens para o planejamento das lutas na região, 1991**

Documento	Definição de propostas para a próxima luta
<b>D145</b>	Proposta I – “manter para o dia 10 de maio como forma de luta, o acampamento no Escritório Central da Eletronorte e que toda negociação seja feita no município de Tucuruí”
<b>D145</b>	Proposta II- “Realizar o acampamento para o início do mês de junho e tentar entrar em contato com as entidades de apoio para conseguir uma infraestrutura e solidariedade para o Movimento dos Atingidos por Barragens”

Fonte: Acervo Silva, 2017.

A proposta mais aceita na reunião foi à primeira, com dezenove votos apurados, contra sete a favor da segunda e obtendo duas abstenções. Essa forma democrática de definir as estratégias de luta se configurava também como um processo educativo em que os expropriados eram os agentes educadores.

Trata-se de um processo educativo que não se baseia em um no processo formal de educação, cuja estrutura curricular precisa está definida de forma *a priori*, fechada como define Trilla (2008), mas sim em um processo informal, em que os “conteúdos” são as atividades práticas, como afirma Freire (1997,p.30) “eles fazem ponte entre a inteligência e a experiência vivida, eles iluminam conteúdos já pressentidos no interior da prática”.

O referido autor faz uma crítica em relação aos pesquisadores no campo da educação para com o a compreensão dessa forma de educar, pois para ele “nos impomos demais e entendemos de menos” (FREIRE, 1997, p. 29). Ou seja, para podermos entender estratégias educativas nesse contexto, devemos nos importar menos com o campo teórico e mais sobre como os próprios grupos sociais, neste caso o movimento dos expropriados, se organizam.

Alguns anos após o acampamento do dia 10 de maio de 1991, os expropriados ainda lutaram por alguns direitos e ainda continuam lutando. No documento denominado de Ofício para a Eletronorte: “reivindicações dos atingidos por barragens” em 1997, revela que a luta ainda continuava em meados de no referido ano de elaboração do documento.

Nele, percebemos insatisfações recorrentes ainda naquele período, eram cobradas indenizações pelo “tempo parado” no qual os expropriados ficaram impedidos de produzir exigiam “que seja pago o lucro de cessante por dois anos como forma de indenização das famílias atingidas” (OFICIO PARA A ELETRONORTE, 1997, p. 1).

Em resposta a essa reivindicação em relação à Eletronorte, para quem foi remetido o ofício pelo movimento dos expropriados, a empresa de energia responde que:

A desapropriação do ponto de vista legal, se caracteriza no ato do pagamento e na escrituração deste ato, seja ele amigável ou judicial. O processo que envolve cadastramento, avaliação e negociação não caracteriza tempo parado (DOCUMENTO 176, 1997, p.2).

Esse tempo parado faz referência ao período que expropriados foram proibidos de fazer o seu plantio, devido à formação do grande lago. O processo indenizatório, tanto em alguns escritos oficiais da empresa de energia como os de produção por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), revelam essa forma de negociação “amigável”, significava que a Eletronorte indenizava a partir dos seus critérios administrativos, ou a espera judicial levando a eles o sentimento de que poderiam não ganhar nada.

Ainda sobre o documento D179, ele revela outras reivindicações do movimento para com a empresa de energia, como também as respostas feitas dadas pela Eletronorte, como sobre as necessidades na construção estradas nos reassentamentos, acerca disso:

A Eletronorte entende que ao entregar patrulhas mecanizadas às prefeituras de Novo Repartimento, Breu Branco, Itupiranga e Jacundá cumpriu integralmente o acordado com os representantes dos expropriados, haja vista que tais equipamentos se destinavam prioritariamente ao atendimento às necessidades dos reassentamentos de expropriados do Reservatório da UHE-Tucuruí. Foram arroladas nessas prioridades, a abertura e também a manutenção da totalidade das vias de acesso e estradas vicinais dos assentamentos rurais implantados, num total de 1.200 km de estradas construídas e 440 km de estradas recuperadas (DOCUMENTO 179, 1997, p.2).

As respostas dadas pela Eletronorte para o Movimento dos Atingidos por Barragens, Coletivo UHE Tucuruí, indicavam a ideia de que todos os problemas eram sancionados ou que estavam em fase de estudo para serem trabalhados posteriormente, tais como: a criação de um projeto extrativista para as ilhas do lago; implantação da escada de peixes para facilitar na reprodução da Piracema (um tipo de peixe específico da região amazônica), construção da eclusa para permitir a navegação; acesso e discussão com os atingidos e suas organizações do projeto de duplicação da Usina.

Alguns desses enfrentamentos descritos acima, por parte do movimento dos atingidos foram conquistados anos depois, como o caso da eclusa e a escada do peixe, entretanto uma das manifestações descritas no documento me chamou atenção. Tal manifestação era acerca da instalação de energia elétrica para as famílias residentes nas vilas, cidades e nas áreas de reassentamento na região. Ou seja, desde o funcionamento da Usina hidrelétrica (1984) até o presente documento (1997), algumas regiões que foram atingidas não possuíam energia elétrica, mesmo

sendo geograficamente mais próximas do que outras cidades que receberam tal benefício.

Podemos perceber que até mesmo a Eletronorte reconhecia a necessidade da energia elétrica nessas regiões próximas a usina, porém isso só foi possível por meio das mobilizações realizadas pelo MAB. Verifica-se a resposta da Eletronorte frente a tal problemática nos fragmentos abaixo:

Nas ações e continuas da empresa para o desenvolvimento regional, ligadas à produção e transmissão de energia elétrica, a Eletronorte tem sempre promovido medidas concretas no apoio à melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais da sua região de atuação (DOCUMENTO, 179, 1997, p.6-7).

Tais ações traduzem orientações e determinações do Governo Federal e, no caso específico do suprimento de energia, o Ministério de Minas e Energia; através da Eletrobrás e da Eletronorte, está desenvolvendo ações, incluindo a necessária participação do Governo Estadual e a das Centrais Elétricas do Pará S. A. – CELPA, para viabilizar intensa ampliação do atendimento com energia da UHE Tucuruí, à região Oeste do Pará, do Baixo Tocantins, e a da área d Novo Repartimento e Maracajá, atendendo dessa forma anseios dessas comunidades (DOCUMENTO 179, 1997, p. 7).

Paralelamente, estão sendo empreendidas ações objetivando a solução definitiva da qualidade do suprimento energético dos municípios já supridos à jusante e à montante da barragem, mediante correções que estão sendo feitas no ponto de origem deste suprimento na Usina, com destaque para o Novo Repartimento, que terá, a partir da conclusão deste trabalho, energia adequada ao progresso da cidade (DOCUEMNTO 179, 1997, p. 7).

É perceptível por meio do posicionamento da empresa de que esse problema com a energia foi um processo lento e que só foi verificado por meio das pressões exercidas do Movimento dos Expropriados. Dessa forma, aqui nesse momento do trabalho, já podemos concluir que todas àquelas reivindicações que foram atendidos graças às mobilizações das lutas dos atingidos.

As lutas foram de extrema importância para a construção de uma nova pedagogia de luta. Uma pedagogia a qual se orientou e se sustentou a partir do cotidiano das práticas de lutas desses “outros sujeitos”. Portanto, inferimos aqui, que as lutas foram árduas, longas e repressivas, mas se não fosse por elas, provavelmente os direitos não seriam minimamente reconhecidos.

### **3.2 A percepção da luta sob lógicas diferenciadas: da sustentabilidade e do capital**

Apesar dos mesmos grupos de sujeitos conviverem em um mesmo tempo e espaço em que o capital era o pensamento da sociedade como um todo os povos denominados aqui de expropriados pela barragem de Tucuruí, possuíam uma lógica própria com a relação com a natureza, pois para eles ela não era vista como essa “maquina que se opera e se manipula”, mas sim como pertencente a ela. Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina isso como ecologia dos saberes. O saber atribuído aqui é o saber ecológico, que para esses colonos que foram deslocados compulsoriamente de seus territórios, a natureza não é vista como um recurso natural, mas sim parte de suas sociabilidades.

Outro saber atribuído, que diverge com o pensamento e da lógica do capital, é o saber da temporalidade, pois para esses indivíduos, não era visto como importante essa produção em escala da matéria prima e nem o armazenamento excessivo dos alimentos advindos desse ambiente. Pescava-se o que era necessário, respeitando os ciclos de reprodução dos peixes, colhia-se o necessário para subsistências de suas famílias, porém com a chegada da Eletronorte essa relação foi modificada, como podemos verificar no quadro abaixo:

**Quadro 15: modificação no modo de vida**

<b>Document o</b>	<b>Narrativa poética de uma expropriada: relação expropriados e natureza</b>
<b>D138</b>	Vou dizer pra vocês Quantos foram expropriados Mais de quatro mil famílias Que se chamam os inundados Antes da Eletronorte Todos viviam folgados (verso 47)
<b>D138</b>	Cairam todos na pobreza Sem saber o que fazer Deita na cama e não dorme Até o dia amanhecer Pensando e amanhã? O que vamos comer?

<b>D138</b>	Depois dizem os preguiçosos É porque não trabalhou Já está nos sete anos Que a Eletronorte chegou Com uma mexida miséria Enrolando os lavradores (verso 49)
-------------	--

Fonte: Acervo Silva, 2017.

Podemos dizer aqui, a partir do quadro acima, que se trata de uma das lições que ficaram para a sociedade como um todo, pois com a chegada do projeto de implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí se construí um imaginário de progresso tanto para o País como para as comunidades locais.

Nos versos acima, é perceptível que com a construção da usina e o barramento do rio trouxeram diversos problemas para os colonos como a falta de alimentos devido a proibição da agricultura na região de montante como vimos nas seções anteriores, as indenizações compensatórias que não foram realizadas em sua totalidade, apenas algumas famílias conseguiram, entretanto não com o valor real que deveria ser destinado. Abaixo, uma figura desenvolvida pela comissão pastoral da terra ilustra essa situação.

**Figura 01: Capa do Dossiê elaborado pela comissão pastoral da terra- Cametá.**



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Cametá, 1989.

Na figura acima, percebemos que ela utiliza de elementos verbais e não verbais para emitir a mensagem ao seu receptor, como se trata da capa do dossiê da comissão pastoral da terra o seu receptor seria o produto para o conhecimento do próprio movimento dos atingidos, como também para a sociedade civil como um todo com o objetivo de revelar e divulgar os problemas socioambientais advindos com a construção da UHE de Tucuruí.

Como elementos não verbais, a imagem traz como elemento iconográfico a cruz que representa tanto a morte dos expropriados envolvidos na luta, como também a morte dos peixes devido a mudança do PH da água do rio, devido os restos dos resíduos orgânicos (árvores, plantas) na construção do grande lago, também na reprodução dos peixes para o que é chamado de “desova de espécies de peixes como bagres, dourada, o filhote, o surubim” (DOCUMENTO 179, 1997, p.5).

Na figura 01, percebemos também a presença da cabeça de boi que representando a morte dos animais no momento da inundação da região de montante no momento da formação do grande lago, assim como na destruição das áreas de agricultura, pois era o meio de subsistência dos lavradores, isto está sendo representado pelo contato das cruzes com a terra, representado pelo “mato”.

Outro elemento acompanhado da figura são as pessoas, representando o deslocamento compulsório de famílias da região submersa pela água, marcando muito bem o trecho de um dos versos das narrativas poéticas de uma expropriada: a “água subiu de vez,correndo como lavrador, saíram de suas terras,deixando tudo que plantou, os mais fraco do juízo,até louco já ficou” (DOCUMENTO, 181, verso 119).

E por fim, como o último elemento a ser analisado a linguagem verbal da figura, na qual foi expressa da seguinte forma: “progresso... Para quem?”. Tal fala marca a nossa análise a partir de todos os acontecimentos durante a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, como aos processos de mobilização e de luta dos atingidos.

Ao usar a seguinte mensagem “progresso... para quem?” é uma boa reflexão que devemos fazer, pois de tudo o que já foi discutido e analisado neste trabalho, podemos responder essa pergunta com tranquilidade. Esse dito progresso, apesar das primeiras enunciações da implantação da usina ter enfatizado essa questão do desenvolvimento da região, sabemos aqui que não foi bem essa lógica que prevaleceu.

Essa concepção de que não haveria um progresso para as comunidades locais, estava nítido na memória dos expropriados, inscrita no documento D246, no qual foi analisado o segundo acampamento dos expropriados quando o grupo não era considerado ainda como um movimento social legitimado, e que tal “progresso” seria para as multinacionais estrangeiras.

A partir do andamento das lutas ficaram cada vez mais evidentes os reais problemas que aquelas populações estavam enfrentando, com a falta de terra, com a falta dos alimentos que eram produzidos em seus roçados, de sua área de cultivo a e criação de animais.

E essas lutas deixaram uma série de lições que ficaram para a sociedade como um todo, por exemplo, a importância de se mobilizar, de se organizar e lutar por seus direitos, que apesar dos longos anos para se conquistarem, foram alcançados, mas isso com muita luta e esforço coletivo.

Na produção dos saberes, como o saber negociar, o saber articular, o saber esperar, tais saberes foram produzidos a partir das experiências advindas dos

acampamentos, reuniões e assembleias que marcaram o processo de engajamento dos expropriados.

Assim como também a lição sobre as questões ambientais que foram evidentes nesse processo, tais como o caso da Gleba Parakanã, devido o planejamento desordenado da área na qual foi atingida, mudando as condições ecológicas da região e acarretando um surto de doenças como a malária e dengue, devido a grande proliferação de mosquitos na região.

A morte de peixes e animais que viviam na área atingida, mesmo com a captura de alguns animais terrestres em 1984, momentos antes do alagamento da área, impactando diretamente no equilíbrio ecológico na região. Tanto que em relação na produção dos peixes, tiveram que construir uma escadaria para a desova de alguns peixes, pois se reproduziam na região de montante da Usina, mas isso só foi realizado a partir da pressão do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí com a empresa de energia.

Nesse momento faço o seguinte questionamento: “será que as lições foram assimiladas no contexto atual?”. Tal pergunta é necessária, pois acredito que deve ser pensado qual o significado que a nossa sociedade como um todo pensa em relação à natureza. Que história da natureza que o nosso tempo e espaço está narrando para as gerações futuras? E qual ideologia nós queremos transmitir para essas outras gerações?

Para responder tais perguntas, faço um debate com os acontecimentos ocorridos no Brasil acerca de barragens, não necessariamente sobre as de Usinas Hidrelétricas, pois os efeitos para os grupos sociais que fazem parte desses territórios, assim como no caso dos expropriados de Tucuruí, sofreram ou sofrem de algum problema ocorrido após a implantação das mesmas.

Farei neste momento um recorte de algumas consequências advindas pela ausência de políticas públicas e de fiscalização em localidades que sediaram e ou sedem as instalações de barragens para, respondermos a seguinte pergunta: “as lições foram assimiladas?”.

No dia 05 de novembro de 2015, no distrito Bento Rodrigues, em Minas Gerais, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco,

ocasionando em 19 mortes, vilarejos enxurrados e impactos socioambientais incalculáveis, de acordo com o jornal G1 (2018).

**Figura 02: Tragédia em Mariana-MG, enxurrada de lama com rejeitos.**



Fonte: Reprodução/TV Globo, 2015.

De acordo com o relatório técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 2015, em seu total a área atingida foi de 1.400 hectares. Tal avaliação realizada possibilitou no reconhecimento da situação geral pelos rejeitos da mineração, e de acordo com a Embrapa (2015) as regiões afetadas tiveram em sua topografia e condições de solo profundamente alteradas, constituindo-se em um novo abstrato para o desenvolvimento vegetal, totalmente das condições vigentes.

**Figura 03: Extensão da área atingida pelo rompimento da barragem em Mariana**



Fonte: Reprodução/TV Globo, 2015.

Ainda sobre o relatório técnico, e extensão das áreas atingidas em relação as possibilidades de recuperação ambiental e aproveitamento agrícola, o documento revela fortes limitações para o desenvolvimento vegetal, seja pela deficiência generalizada de nutrientes, seja pelo conteúdo da matéria orgânica generalizada.

Tal tragédia marcou a história brasileira em meados do século XXI, tais impactos socioambientais ocasionaram também no deslocamento compulsório das comunidades locais, assim como no caso da UHE de Tucuruí, as diferenças estão no período histórico em que uma foi na transição do regime totalitário para o regime militar, e a outra ocorrida no período democrático e que a origem dos impactos foram diferente, o primeiro devido à formação do reservatório de água e o outro no rompimento do reservatório de rejeitos químicos.

Em fevereiro de 2018, outro episódio ocorreu envolvendo barragens e desta vez foi na de Barcarena, onde fortes chuvas impulsionaram o vazamento de poluentes de metais pesados como chumbo, arsênio e mercúrio, contaminando o Rio Murucupi, de acordo com o Jornal o Globo (2019).

O Instituto Evandro Chagas foi acionado pelo Ministério Público do Pará (MP-PA) e o Federal (MPF) para analisar se os reservatórios em que a empresa armazena toneladas de resíduos do processamento de bauxita, e de acordo com os técnicos, na inspeção, não identificaram os indícios de rompimento ou danos estruturais nos reservatórios, mas concluíram que estes estão operando nos limites, e que, com as chuvas, parte do material vazou.

Segundo o laudo técnico do Instituto Evandro Chagas (2018), acerca do problema do vazamento de rejeitos da barragem em Barcarena, o pesquisador em saúde pública, Marcelo de Oliveira Lima, em seu parecer desta que:

Os reservatórios da empresa transbordaram não apenas em virtude do volume de chuvas, mas também porque a empresa não foi capaz de tratar todos os seus efluentes. Com o transbordamento, a área interna da empresa foi usada para escoamento dos efluentes que, posteriormente, foram carregados pelas chuvas ou irregularmente lançados no meio ambiente (LIMA, 2018, p.2).

Um termo de ajuste de Conduta (TAC), foi assinado em setembro de 2018 obrigou a empresa a repara os danos causados às populações ribeirinhas, além de reduzir em 50% a produção de minério e fixado o valor de R\$ 65 milhões a serem investidos em medidas emergenciais, como pagamento a indenização de mensal no valor de R\$ 670 reais as famílias atingidas.

**Figura 04: Reservatório da empresa Hydro Alunorte em Barcarena.**



Fonte: Brasil de Fato, 2018.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), apesar de ter um caráter agora nacional, que também fortaleceu o grupo dos expropriados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, participou na audiência pública realizada no dia 15 de fevereiro de 2019, para ajudar as famílias atingidas pelos rejeitos no processo de negociações em conjunto com o Ministério Público e a Mineradora, de acordo com o jornal Brasil de Fato (2019).

**Figura 05: Igarapé poluído com rejeitos- caso Hydro**



Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2018.

A imagem acima se refere a um dos vários igarapés que tiveram contato com os rejeitos vazados da Mineradora Hydro Alunorte, vale ressaltar que as populações

locais ribeirinhas<sup>28</sup> sobrevivem dos rios e dos igarapés, pois por meio deles se deslocam para outros territórios como também para a sua subsistência, algo bem característico na região amazônica.

Como ultimo exemplo trago o maior desastre socioambiental ocorrido no Brasil, à tragédia ocorrida em Brumadinho – Minas Gerais no dia 25 de Janeiro de 2019, com o rompimento da barragem da empresa Vale na Mina do Feijão, os rejeitos dispostos ocupavam uma área de 249,5 mil m<sup>2</sup> e o volume disposto de era de 11,7 milhões de m<sup>3</sup>, ocasionando na morte de 134 pessoas e 119 desaparecidas, de acordo com o relatório da missão emergencial a Brumadinho/MG após o rompimento da Barragem no primeiro bimestre de 2019, como podemos verificar deste mesmo documento no trecho abaixo:

No dia 25 de janeiro de 2019, por volta das 12:28h, horário de Brasília, a Barragem I da mina de Feijão rompeu-se, liberando 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. A capacidade da barragem era de aproximadamente 13 milhões de metros cúbicos<sup>5</sup>. A força da onda de lama varreu equipamentos operacionais (como trens, veículos e máquinas de beneficiamento do minério) e o centro administrativo da Vale, soterrando escritórios, vestiário e um refeitório, matando centenas de trabalhadores e trabalhadoras que trabalhavam e almoçavam no local (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2019, p, 10).

O Governo do Estado de MG, através das Secretarias de Estado de Saúde (SES); de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), de posse dos resultados iniciais do monitoramento feito pelo Governo de Minas no Rio Paraopeba, após o rompimento da Barragem em Brumadinho (MG), constatou que a água apresentava riscos à saúde humana e animal, emitindo “Alerta para uso de água em Brumadinho” e indicando a não utilização da água bruta do Rio Paraopeba para qualquer finalidade, até que a situação seja normalizada.

Vale ressaltar aqui, o entendimento de Carvalho (1991) acerca do entendimento que a nossa sociedade e políticas públicas possuem sobre a relação com a natureza. Tais tragédias, revelam o descaso para com as questões socioambientais, mas isso é devido a próprio concepção que os seres humanos possuem da natureza ao longo de suas histórias.

De acordo com Carvalho (1991), o:

---

<sup>28</sup> Conceito usado pelo campo da geografia para definir as comunidades que residem a margem dos rios.

Importante é compreender que entre os seres humanos e os outros seres que compõem a nossa realidade as diferenças não se devem ao fato de uns serem naturais e os outros não. As diferenças encontraremos nas dinâmicas, nos ritmos, nas finalidades, nas formas, na reprodução, na recriação que cada um ou o conjunto de seres que compõem o planeta apresenta (p. 11).

Dessa forma podemos relacionar com as diversas tragédias ambientais ocorridas pela construção e rompimento de barragens, pois as dinâmicas, os ritmos e as finalidades eram diferentes entre dois grupos que lutavam por um mesmo território, no caso os grupos locais e as empresas que implementaram as barragens, entendemos aqui, que a lógica que prevaleceu em relação as suas vontades, ideologias e a relação com a natureza, foi à lógica das empresa e não a dos grupos locais que foram atingidos por essas empreitadas. Como podemos visualizar na figura abaixo.

**Figura 06: Área devastada pelos rejeitos em Brumadinho-MG.**



Fonte: Huffpost, 2019.

Na imagem acima é perceptível verificar os impacto ambientais ocorridos na área. Atualmente ainda ocorre a missão do corpo de bombeiros para encontrar sobreviventes da crise ambiental instaurada na região.

De acordo com o relatório emergencial (2019), o Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoa Humana (CDDPH), aprovou o relatório da comissão especial, que, durante quatro anos, analisou denúncias de violação de direitos humanos no

processo de implantação de barragens no Brasil. Assim a primeira constatação é da missão é que a maioria das recomendações do CDDPH aos órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) e as empresas, que poderiam ter evitado violações de direitos humanos, não foram acatadas.

Dessa forma, podemos compreender a crise ambiental existente no Brasil desde a década de 1974, com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí até a década atual dos anos 2000, como no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu no Pará, o rompimento das barragens do estado de Minas Geras (Mariana e Brumadinho), como também no vazamento de rejeitos químicos na barragem de Barcarena, também no Estado do Pará.

Entretanto tal crise ambiental ela não foi ocasionado pela natureza, mas sim pelo homem, como afirma Leff (2013) em epistemologia ambiental, no quinto capítulo do livro, que trata sobre a crise racional ambiental. Para o autor, este conceito revela a origem dos impactos ambientais, pois o homem está ciente da causa e efeito na mudança da paisagem natural, como no caso das barragens, e mesmo assim constrói ou não usa de artifícios para evitar tais catástrofes.

Assim podemos responder a pergunta realizada no início deste capítulo “as lições foram assimiladas?”, percebemos aqui que apesar dos impactos socioambientais ocorridos por meio da construção da UHE de Tucuruí, ainda são recorrentes no País, pois a lógica dominante é a lógica do capital, na qual o que importa é a exploração da natureza, portanto é este significado e é essa história da natureza que a sociedade brasileira está querendo para as futuras gerações, apesar de que na constituição esteja presente no art. 225 de 1988, na qual registra que devemos cuidar e preservar a nossa biodiversidade de animais e plantas para as futuras gerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar neste momento da pesquisa trabalhei com um plano de organização para cada etapa do estudo, no qual foi se estabelecendo uma trajetória metodológica singular, pois desde os primeiros contatos com a pesquisa, exigiu muitos esforços.

Como se trata de uma pesquisa do tipo documental, o estudo exigiu uma organização minuciosa para com as fontes da investigação, na qual foi realizado em cinco etapas: catalogação, sistematização, pré-análise e tratamento dos materiais.

A pesquisa contou com 260 documentos escritos, e 60 fitas, porém desse universo, optei por utilizar 14 escritos que possuísemos seguintes descritores: Usina Hidrelétrica, Montante, acampamentos, assembleias, reuniões e negociações.

Tal descritores foram utilizados para se aproximar do objeto de estudo, que no caso, foram os processos de mobilizações e de lutas dos expropriados frente a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Ao longo da pesquisa, senti dificuldades para extrair as informações dos documentos, pois os dados empíricos que retratassem sobre as práticas educativas estavam de maneira implícita e dispersa nos materiais. Porém, o estudo minucioso foi importante, pois a partir dele pude elencar as estratégias político pedagógicas inscritas no processo de mobilização e de luta dos expropriados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Tais estratégias podem ser identificadas nos momentos de negociações, acampamentos, assembleias, reuniões e articulações, pois na medida em que estavam se politizando estavam aprendendo nesses espaços de mobilizações e de lutas, que as considero como espaços educativos, pois a circulação das aprendizagens se definiam nesses momentos coletivos.

Portanto, o trabalho foi de importância para a sociedade, uma vez que aciona esses “novos sujeitos”, que até então foram (in)visibilizados ao longo o tempo, assim como à academia pois ajuda a pensar na educação, além do ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Planejamento autoritário e desordem sócio-ambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de população de Tucuruí**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 25 (4 ): 53-68, out./dez.1991.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa, Ed. Presença, s/d.

\_\_\_\_\_. **Análise crítica da teoria marxista (Pour Marx)**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

ATINGIDOS POR BARRAGEM. **Ata de reunião: “planejamento das lutas na região”**. D145, 1991 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

BAMBIRRA, Vânia e SANTOS, Theotônio. “Brasil: Nacionalismo, Populismo e Ditadura. Cinquenta Anos de Crise Social”. **América Latina: História de Meio Século**. Organizador: Pablo Casanova. Brasília Editora Universidade de Brasília. Vol. 1.1988. pp. 100-153.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

BARROS, R. P. de; HERNIQUES, R. MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro, 2002.

BAUER, M., & GASKELL, G. (Eds.). **Qualitative researching with text, image, and sound**. London: Sage. (2008).

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1984, p.747.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Ed. rev. e amp. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

BURKER, Peter. **A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica crítica a emancipação social**. Trad. Mouzar Benedito. – São Paulo: Boitempo, 2007.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a Experiência e o Saber da Experiência**. In: Leituras SME. Campinas, 2002 .

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Dialética: teoria e práxis: ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética**. Porto Alegre, Globo: São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1983,

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico: 1970**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29, Abr. 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Metas e bases para ação do governo**. Brasília, 1970.

\_\_\_\_\_. **I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-74**. Rio de Janeiro, 1971.

BRAUDEL, F. (1949) **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II** (2ª ed. ampliada, 2 vols, 1966; trad. inglesa, 2 vols. London, 1972-3).

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHANGEUX, J. –P. (1972). “Discussion a J.-P.Changeux e A. Danchin. Apprendre par stabilization selective de synapses en cours de développement”. In: Morin e PiattelliPalmarini (orgs.), **L'unité de l'homme. Invariants biologiques et universaux culturels**. Paris: Seuil, 1974, pp. 351-57.

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais (8a ed.)**. São Paulo: Cortez.

COSTA, Rogério Haesbert. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios à multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011, 19-79.

COOMBS, O. H. **La cirsismudial de laeducación: perspectivasatuales**. Madri: Santillana, Col. “Aula XXI”, 1985.

COMISSÃO DOS ATINGIDOS. **Breve histórico de luta**. D171, 1983 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

COMISSÃO DOS DESAPROPRIADOS. **Ata de Assembleia Geral de Fundação dos Desapropriados**. D159, 1984 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

\_\_\_\_\_. **Cartas para o CERIS (ajuda de custo)**. D158, 1983 e 1985. IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

COMISSÕES MISTAS. **Relatório do segundo acampamento dos trabalhadores rurais**. D246, 1983 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Dossiê: Tucuruí, progresso para quem?**. Fev. 1989. Acesso em: <  
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/Q3D00017.pdf> >.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório da missão emergencial a brumadinho/mg após rompimento da barragem da vale s/a.** Brasília, Fev. 2019. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/fevereiro/missao-emergencial-do-cndh-apresenta-relatorio-sobre-rompimento-de-barragem-da-vale/RelatrioMissoemergencialaBrumadinho.pdf>>.

DESAPROPRIADA DO VELHO REPARTIMENTO. **Narrativas poéticas de uma expropriada.** D138, sd. IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

ELETROBRÁS. **UHE Tucuruí. Estudo de Caso.** Rio de Janeiro: Arquitetura Ambiental Ltda, set., 1992.

ELETRONORTE; EXPROPRIADOS. **Coletânea de documentos sobre a usina.** D139, 1981 – 1994, IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

EMBRAPA. **Avaliação dos Impactos Causados ao Solo pelo Rompimento de Barragem de Rejeito de Mineração em Mariana, MG: Apoio ao Plano de Recuperação Agropecuária.** Disponível em: <[http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/566237/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_Relatorio%20Tecnico\\_Avaliacao%20dos%20Impactos\\_Acidente%20Mariana\\_Embrapa.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/566237/RESPOSTA_PEDIDO_Relatorio%20Tecnico_Avaliacao%20dos%20Impactos_Acidente%20Mariana_Embrapa.pdf)>

ENTIDADES ATUANTES. **Carta Aberta “mosquitos no reservatório”.** D149, 1991. IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao Estado. Psicanalise do vinculo social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

EXPROPRIADOS. **Publicação sobre hidrelétrica e seus impactos.** D147, 1984. IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

FERNANDES, Leonardo. **Barcarena: há um ano, mais uma tragédia marcava a mineração no Brasil.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/17/barcarena-ha-um-ano-mais-uma-tragedia-marcava-a-mineracao-no-brasil/>> .

FERNANDES, Roberto. **Três meses após tragédia de Brumadinho, bombeiros ainda buscam vítimas.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2019/04/25/tres-meses-apos-tragedia-de-brumadinho-bombeiros-ainda-buscam-vitimas.htm>>

FLICK, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa (3a ed., J. E. Costa, Trad.).** São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 148 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, C. **O Brasil pós-“milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento.** Petrópolis, Vozes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 Ed.- São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

\_\_\_\_\_, **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, Aprendizizes e Saberes em Processos Participativos**. Investigar em Educação – IIª Série, Número 1, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos na América Latina – 20 a 26 de março de 2005, universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_, **O mito da desterritorialização: do fim dos território à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 6 Ed. 2011, 396p.

IGREJA.. **Jornal Resistência – Tucuruí: “relatos de um povo abandonado”**. D151, 1991 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

INGOLD, Tim. **Da transmissão de representações à educação da atenção**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

LEITE, Cristiane. **Três anos após rompimento de Fundão, moradores reclamam de impactos causados por lama**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/11/05/tres-anos-apos-rompimento-de-fundao-moradores-reclamam-de-impactos-causados-por-lama.ghtml>

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Porto, Ed. Escorpião, 1974.

MARCONDE, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth (orgs). Metodologias e Técnicas de Pesquisa em Educação. IN: FRANÇA, Maria do P. S. de S. Avelino de; RODRIGUES, Denise Simões. **A pesquisa documental sócio-histórica**. Belém, Ed. UEPA, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Selected Works**. 2 vols. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1958.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo** / Leonilde Sérvolo de Medeiros. — Rio de Janeiro FASE, 1989. 216

MEUDLERS, M; BRION, S. e LIEURY, A. **“Memórie”**.IN: EncyclopaediaUniversalis, vol. X. Paris: EncyclopaediaUniversalis France, 1971, pp. 785-91.

MINAYO, M, C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, E. e PIATTELLI PALMARINI, M. (orgs). **L´unité de l´homme. Invariants biologiquesetuniversauxculturels**. Paris: Flammarion, 1971. (trad. Franc. G. Vico).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Ata de reunião na sede social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí**. D167, 1991 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS. **Dossiê “aparado histórico geral”**. D169, 1989 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

MOVIMENTO GRITO DE TERRA PELO BRASIL. **Ofício para a Eletronorte: “reivindicações dos atingidos por barragens”**. D179, 1997 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS ATINGIDOS. **Relatório do Encontro Nacional dos Trabalhadores**. D148, 1991 IN: SILVA, M. G; MIRANDA, R. W. P; SARDINHA, L. F. Relação de materiais selecionados para utilização na pesquisa do projeto “as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país” – relatório parcial – 2017.

NIEMEYR, Ana Maria. Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento de ensino em antropologia. IN: NIEMEYR, Ana Maria e GODOI, EmiliaPietrafesa de (org.). **Além dos Territórios: para um dialogo entre a**

**etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. p. 11-40.

RICOEUR, R. **INTERPRETAÇÕES E IDEOLOGIA.** Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

RODRIGUES, D. S.; FRANÇA, M. P. S. G. **Pesquisa Documental sócio-histórica.** IN: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Metodologias e técnicas de pesquisa em educação. – Belém: EDUEPA, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria de Laura. **De uma geografia metafórica da pós-modernidade a uma geografia da globalização.** CulturaVozes, São Paulo, v. 91, nº 4, ano 91, p. 14-30, 1997.

SARTRE, J. P. **Questão de método.** 2ª edição, São Paulo: Editora D.E.L., 1976.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1989 -3ª, edição 150 p. (série didática).

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 2000.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n. 1. jul. 2009. Disponível em: . Acesso em: 4 maio 2015.

SILVA, Graça [etall]. Cartografias e métodos: outros traçados. IN: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; TEIXEIRA, Elizabeth. **Caminhos metodológicos para a pesquisa em educação.** Belém: EDUEPA, 2011. (p. 59-78).

\_\_\_\_\_, **UHE – Tucuruí: Desterritorialização e Degradação Ambiental. O caso da Gleba Parakanã (PA) na Amazônia Brasileira.** Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx//egal6/Procesosambientales/Impactoambiental/286.pdf>> acesso em: 23 de maio de 2018.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. **Uma cidade submersa: memória e história de jacundá (1915-1983).** EDUFPA, Marabá 1999.

SMITH, Nigel J. H. ***Rainforest corridors***. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1982.

STEIN, Lorenz Von. **Geschichte de sozialenBerwertung in Frankreichvin 1789 bis auf unsereTage**. Hiledesheim: George Olms.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TRILLA, Jaume. **Educação não-formal**. IN: ARANTES, Valéria A. (org). Educação formal e não-formal. São Paulo: Summus, 2008, p. 15-18,

VAINER, Carlos B. **O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e de diretrizes**, 2003.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.



Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Programa de Pós – Graduação em Educação - Mestrado  
Travessa Djalma Dutra, s/n – Telégrafo  
66113-200 Belém-PA  
<http://ccse.uepa.br/mestradoeducacao>